

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**GREGORI VIEIRA BEZ FONTANA**

**O BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE COMMODITIES AGRICOLAS:  
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA (1997 A 2015)**

**CRICIÚMA  
2017**

**GREGORI VIEIRA BEZ FONTANA**

**O BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE COMMODITIES AGRÍCOLAS:  
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA (1997 A 2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel, no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Natália Martins Gonçalves

**CRICIÚMA**

**2017**

**GREGORI VIEIRA BEZ FONTANA**

**O BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE COMMODITIES AGRÍCOLAS:  
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA (1997 A 2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 6 de julho de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Natália Martins Gonçalves - Orientadora  
Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC

Prof. Dr Miguelangelo Gianezini - 1º Avaliador  
Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Melissa Watanabe - 2º Avaliador  
Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC

**Aqui você faz dedicatória àqueles(as) que  
julgar merecedores(as).**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, principalmente aos meus pais Rosângela Vieira Bez Fontana e Marcelo Bez Fontana por serem pessoas fantásticas, que sempre me apoiaram nas escolhas e decisões que tomei, a Ana Carla Moraes que sempre esteve ao meu lado com muita paciência, e foi tão compreensível e amorosa nessa fase da minha vida acadêmica, mas ao mesmo tempo importante e que me trouxe conhecimento e sabedoria.

A minha professora e orientadora Dra. Natália Martins Gonçalves, que tive oportunidade de conhecer e aprender muito sobre política, economia, relações internacionais e demais tantos outros assuntos. Ao curso de ciências econômicas, no qual conheci pessoas incríveis, que passaram pela minha jornada acadêmica e que de alguma forma contribuíram na minha caminhada.

.

.



**“Sábio é aquele que conhece os limites da própria ignorância.”**

**Sócrates**

## RESUMO

Com as mudanças ocorridas no cenário internacional devidos aos conflitos que marcaram o século XIX, acabaram por desenhar um novo cenário para as relações comerciais. Considerando o comércio internacional, este trabalho tem o intuito de analisar como a relação comercial entre o Brasil e a China, foi desenvolvida no período de 1997 a 2015, focando nas *Commodities* agrícolas. Os acordos assinados por esses dois países são responsáveis direta ou indiretamente pelo aumento dos volumes e valores exportados. Os resultados obtidos ao analisar as balança comercial brasileira do agronegócio demonstram uma evolução significativa na corrente de comércio entre os dois países. Os acordos foram responsáveis por fortalecer a relação comercial e impactar positivamente na balança comercial do agronegócio.

**Palavras-chave:** Comércio internacional. *Commodities* agrícolas. Relação comercial Brasil-China. Acordos.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução em (%) do comércio internacional (1994-2015) .....	53
Gráfico 2 - Evolução das Exportações Mundiais - 1950 a 2013.....	53
Gráfico 3 – Importação mundial US\$ bi. (1950-2013) .....	54
Gráfico 4 - Balança Comercial Brasileira – (1950 -2014) US\$ bilhões FOB.....	55
Gráfico 5 – Balança comercial brasileira (2000-2015) – bilhões US\$. .....	55
Gráfico 6- Participação % do Brasil nas exportações e importações mundiais (1950-2013) .....	56
Gráfico 7 - Variação (%) anual das Exportações brasileiras e Participação (%) das Exportações no PIB.....	57
Gráfico 8 - Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio - 1989 a 2015 - (em US\$ bilhões) .....	62
Gráfico 9 - Balança comercial do agronegócio (1995-2014) .....	63
Gráfico 10 - Exportações de <i>commodities</i> agrícola selecionadas (1994-2015).....	64
Gráfico 11 - Taxa de juros SELIC – série histórica 1996- 2016.....	68
Gráfico 12 – Variação da taxa de câmbio livre (compra) fim de período (1996-2015) .....	69
Gráfico 13 – Taxas de câmbio de países em desenvolvimento e/ou exportadores de <i>commodities</i> versus Dólar dos EUA - 2013.....	70
Gráfico 14 - Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) - US\$ milhões - Posição de investimento internacional – Investimento Direto no Exterior (IDE) – 2001-2015 .....	71
Gráfico 15 - Investimento estrangeiro direto no Brasil - principais investidores - 2015 - US\$ milhões.....	72
Gráfico 16 - Exportação brasileira para a China - totais por fator agregado – US\$ FOB.....	74
Gráfico 17- Exportações do agronegócio brasileiro (1997-2015) em US\$ bilhões FOB .....	75
Gráfico 18- Participação em % das exportações para China na balança comercial do agronegócio (1997- 2015) .....	76
Gráfico 19- Participação em % das exportações para a China e União Europeia do agronegócio (1997-2015) .....	76
Gráfico 20- Exportações do agronegócio brasileiro para a china (1997-2007) milhões US\$ .....	78

Gráfico 21- Exportações do agronegócio brasileiro para a china (2008-2015) bilhões US\$ .....	79
Gráfico 22- Importação do agronegócio brasileiro de produtos chinês (1997-2006) em milhões US\$.....	80
Gráfico 23- Importação do agronegócio brasileiro de produtos chinês (2007-2015) em milhões US\$.....	81

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BRIC's - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CGV- Cadeias Globais de Valor

COSBAN - Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

FMI- Fundo Monetário Internacional

GATT-Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

MEDIC - Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NAFTA - Acordo De Livre Comercio Da América Do Norte

OMC- Organização Mundial do Comércio

ONU- Organização das Nações Unidas

SCI – Sistema Consular Integrado

SGP- Sistema Geral de Preferências

SH- Sistema Harmonizado

SMC- Sistema Multilateral de Comércio

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>19</b>
2.1 A POLÍTICA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	19
2.2 ECONOMIA INTERNACIONAL.....	26
<b>2.2.1 Cadeias globais de valor .....</b>	<b>33</b>
2.3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	36
<b>2.3.1 Teorias do comércio internacional e definições .....</b>	<b>37</b>
<b>2.3.2 Barreiras ao comércio.....</b>	<b>39</b>
<b>2.3.3 Acordos.....</b>	<b>41</b>
2.3.3.1 Sistema Geral de Preferência (SGP).....	42
<b>2.3.4 balança comercial .....</b>	<b>44</b>
<b>2.3.5 O comércio exterior do Século XX para o Século XXI.....</b>	<b>46</b>
<b>2.3.6 O comércio internacional de <i>commodities</i> agrícolas.....</b>	<b>57</b>
2.4 A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO DE COMMODITIES AGRÍCOLAS NO PERÍODO DE 1997 A 2015 .....	59
<b>3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>65</b>
<b>4 O BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE COMMODITIES ALIMENTÍCIAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA (1997 A 2015) .....</b>	<b>67</b>
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO AMBIENTE ECONÔMICO NO PERÍODO DA EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO.....	68
4.2 A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASIL-CHINA NO MERCADO DE <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS NO PERÍODO ENTRE 1997 E 2015.....	72
<b>4.2.1 A balança comercial Brasil-China no período entre 1997 a 2015.....</b>	<b>73</b>
<b>4.2.2 Destaques da pauta de importação e exportação de <i>commodities</i> agrícolas, os volumes e os valores, no período de 1997 a 2015.....</b>	<b>77</b>
4.3 IMPLICAÇÕES POLÍTICAS, CONSOLIDADAS NOS ATOS BILATERAIS, SOBRE OS RESULTADOS DO COMÉRCIO BILATERAL DE COMMODITIES AGRÍCOLAS ENTRE BRASIL-CHINA .....	81
<b>4.3.1 Atos internacionais vigentes bilaterais Brasil-China relativos à agricultura .....</b>	<b>85</b>

<b>4.3.2 Atos internacionais bilaterais vigentes Brasil-China relativos à <i>commodity</i></b> .....	<b>86</b>
<b>4.3.3 Atos internacionais vigentes bilaterais Brasil-China relativos à agronegócio.....</b>	<b>87</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo passou por diversas transformações no último século, marcadas por grandes conflitos internacionais que abalaram as relações políticas e econômicas dos países em todo o mundo. Estes conflitos do início do Século XX provocaram o realinhamento das forças políticas e econômicas, forçando o reposicionamento das nações e redefinição de novas hegemonias. A economia internacional passou por uma reestruturação que foi tomando forma a partir da Conferência de Bretton Woods, realizada entre junho e agosto de 1944, antes mesmo do fim efetivo da II Guerra Mundial (ALMEIDA, 2001). Essas mudanças desenharam um novo cenário para as relações comerciais a partir desse período, considerando o sistema monetário e financeiro internacional.

Na década de 1990 importantes acontecimentos marcaram o comércio internacional: em dezembro de 1993, em Genebra, foram concluídas as rodadas do Uruguai; em 1994 os representantes das partes contratantes do GATT assinam a ata final trazendo o que seria a principal novidade, a criação em bases concretas da Organização Mundial do Comércio (OMC). A OMC foi a primeira instituição que de fato passou a tratar de questões relacionadas ao comércio internacional, fechando uma lacuna na ordem internacional do pós-guerra (THORSTENSEN, 2010).

No Brasil ocorreram algumas modificações em relação às suas posições diplomáticas e econômicas relativa ao SMC. A própria abertura comercial no início da década de 1990 veio atuando sobre o posicionamento do país em relação às negociações internacionais. O governo toma um tom mais liberal sem deixar de ser o motor que puxa o desenvolvimento econômico brasileiro. Em 1991 é assinado o tratado de Assunção que funda o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Influenciou a forma de trato diplomático do Brasil no mundo passando a ser um harmonizador dos interesses do bloco diante de um viés mais liberalizantes pela via multilateral (OLIVEIRA,2007).

No século XXI a rodada de Doha, trouxe como destaque o tema do desenvolvimento, fazendo com que parte da população mundial tire mais proveito dos benefícios da globalização. Com o tema agricultura como pilar das negociações, buscou-se a liberalização no comércio internacional. Segundo Oliveira (2007, p. 261),

Não obstante a liberalização do comércio agrícola seja considerada como elemento central da Rodada, novas negociações acerca de diversos outros temas (como serviços, produtos não agrícolas, propriedade intelectual, investimentos, comércio eletrônico etc.) foram também lançadas em Doha, buscando uma óbvia harmonização de interesses entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.

Na atual rodada da OMC em Doha, foi dada importância aos interesses dos países em desenvolvimento, vislumbrado na declaração de abertura ministerial de Doha. As negociações ficaram estagnadas até meados de julho de 2004, sendo somente finalizada no ano de 2011 tendo um total de duração de 10 anos (2001-2011) (CESAR; SATO, 2012).

O setor agropecuário ganhou o foco nas rodadas de negociações devido ao fato do mesmo possuir uma elevada proteção tarifária e ter como singularidade os subsídios às exportações, utilizando-os como uma medida de proteção à produção agropecuária. O comércio mundial de produtos agrícolas e seus derivados tem sido marcado pelas diversas formas de proteção pelos países em desenvolvimento e desenvolvidos, por isso os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) buscam reduzir essas barreiras. Todavia, apesar dos esforços, o protecionismo a aos produtos agrícolas continuam sendo muito superior ao de outros produtos (THORSTENSEN, 2010).

Com a dinamização do comércio internacional e a modernização das relações comerciais entre os países a partir da década de 1990, uma maior participação das economias no conhecimento do comércio mundial traz ao país grandes benefícios para o seu crescimento, como a indução à competitividade das empresas que atuam no mercado doméstico, contudo, ainda existem inúmeros desafios a serem superados. A partir desse período, o governo vem, ao longo dos anos, propondo diversas ferramentas para se inserindo no mercado global e para acompanhar esse movimento das relações comerciais.

O setor agropecuário ganhou destaque e significativo crescimento nos volumes exportados após a abertura econômica na década de 1990. Barros e Silva (2008) afirmam que foi a partir dos anos de 1990, onde ocorreu um crescimento da produção, seguido com significativa revolução tecnológica, que o agronegócio brasileiro ganhou competitividade e eficiência, fazendo com que ocorresse uma baixa real dos preços beneficiando a sociedade como um todo, contribuindo para a manutenção da taxa de inflação e atenuando os déficits comerciais do país.

A política agrícola brasileira desde de o período colonial até a atualidade, prioriza os incentivos às exportações de *commodities* agrícolas e minerais. O conceito do agronegócio adota o conceito de desenvolvimento como sinônimo do progresso tecnológico que ocorre em etapas, conforme esses avanços se dão nas cadeias produtivas. Mendonça (2015, p. 392) sugere que:

A Embrapa incorporou esta perspectiva a partir dos anos 1990 para incluir como “clientes” setores denominados “de fora da porteira da fazenda”, mais especificamente empresas de insumos químicos, industriais, e infraestruturas e de comercialização agrícolas.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) tornou-se um dos mecanismos principais das políticas governamentais para o desenvolvimento tecnológico nas áreas da agropecuária e de apoio aos produtores com uma maior intensificação do uso do solo. Melhorando a prática de manejo na produção através da introdução da biotecnologia, a produção transgênica e a manipulação genética, a intensidade do uso da terra, proporcionou a produção da “*safrinha*” e a diminuição do ciclo de plantio, foi possível se obter duas safras no verão. A utilização de novas técnicas e o uso intenso de pesquisa e desenvolvimento, fortalecendo a qualidade e potencializando os volumes destinadas às exportações de *commodities* agrícolas (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Tendo em vista que a década de 1990 marcou o cenário econômico do país, tanto por mudanças das políticas governamentais relacionadas à produção, às políticas econômicas internas (por exemplo, a estabilização econômica, a implantação do Plano Real em 1994) e externas, como a abertura comercial, quanto pelo seu posicionamento político e comercial diante de um mundo que expande suas fronteiras para a globalização do comércio.

As exportações brasileiras obtiveram taxas positivas ocasionada pela pauta exportadora e pelo destino de exportação, a partir de 2000 o crescimento do comércio e o *boom* das *commodities* influenciado pelo aumento da demanda dos países em desenvolvimento. Outro fator importante foi o ganho de competitividade do setor agropecuário, devido ao próprio crescimento mundial e a modernização tecnológica do setor e a expansão da produtividade (VIEIRA FILHO, FISHLOW, 2017).

A expansão econômica da china trouxe a inclusão de um novo mercado



consumidor, inclusive de alimentos. A China no ano de 2000 ocupava a posição de 11º importador, correspondendo a uma demanda de US\$0,5 bilhão cerca de 3% do total exportado, dando um salto no ano de 2013 se tornando o principal destino das exportações agrícolas brasileiras, representando US\$20,5 bilhões, um total de 23% da produção agrícola nacional. Em relação a produção e exportação o Brasil é líder na de café, cana-de-açúcar, açúcar, laranja, soja, carne bovina e de frango (VIEIRA FILHO, FISHLOW, 2017).

Com a abertura econômica na década de 1990 e uma maior inserção e aproximação comercial chinesa, ocasionou no início do século XXI um aumento significativo das exportações e importações brasileiras para esse país, sendo a partir de 2002 o principal parceiro comercial na Ásia passando à frente do Japão, acordos nas aéreas de equivalência sanitária em 2002 abriu ainda mais a possibilidade de exportações de produtos como a carne de frango e bovina (OLIVEIRA, 2004)

A China tem grande importância para o Brasil no campo econômico, devido ao seu acelerado crescimento, se tornado um importante mercado consumidor direto, e indireto devido a ser um grande fornecedor de produtos industriais para os países desenvolvidos. A china também tem grande representatividade política no conselho de segurança, podendo apoiar os interesses brasileiros, por outro lado o Brasil busca um relação comercial mais justa defendendo o multilateralismo no comércio internacional através da organização mundial do comércio (OMC) onde apoia a sua entrada na organização (OLIVEIRA, 2004)

Diante da importância que a China tem para o Brasil no setor agropecuário, onde se tornou no final da década de 1990 um grande consumidor de produtos agrícolas brasileiros, principalmente de *commodities* agrícolas. Será interessante investigar qual o papel do Estado nessa relação comercial, e se os acordos bilaterais na área da agricultura, agronegócio e *commodities* contribuíram para o fortalecimento comercial entre esses dois países.

Diante das discussões acima expostas, pode-se afirmar que o período de 1997 a 2015 trouxe desafios significativos para as relações comerciais brasileiras com o resto do mundo, de forma especial, aquelas relacionadas com a base da pauta de exportações, isto é, as *commodities* agrícolas. Portanto, propõe-se nesse estudo responder à seguinte indagação: como se estabelece o comércio

internacional de *commodities* agrícolas, considerando a relação comercial do Brasil com a China? Diante dessa questão norteadora da pesquisa, persegue-se com esse estudo, alcançar o seguinte objetivo: Analisar o posicionamento do Brasil na relação comercial com a China no mercado de *commodities* agrícolas, considerando o período de 1997 a 2015.

Como objetivos específicos, propõe-se os seguintes:

- a) Levantar os atos internacionais bilaterais Brasil-China, na base de dados do Ministério das Relações Internacionais, usando as palavras-chave “agricultura”, “agronegócio” e “*commodities*”;
- b) Traçar graficamente a evolução do comércio exterior brasileiro de *commodities* agrícolas com a China, no período de 1997 a 2015;
- c) Analisar os destaques da pauta de importação e exportação de *commodities* agrícolas, os volumes e os valores, no período de 1997 a 2015;
- d) Relacionar os resultados encontrados nos objetivos “b” e “c” com os atos Brasil-China em vigência;

Neste trabalho de pesquisa será analisado o posicionamento do Brasil em relação ao comércio internacional de *commodities* agrícolas com a china, o período proposto está compreendido de 1997 a 2015, o período de tempo a ser analisado se destaca devido a mudanças nas relações econômicas e políticas.

Ocorreu um fortalecimento da nova moeda nacional resultando assim em uma inversão da pauta comercial. O Brasil passou a importar mais, tornando a balança a comercial deficitária, juntamente com a implantação de uma abertura econômica como plano de fundo para a recuperação do crescimento e desenvolvimento do Brasil (SARQUIS, 2011).

É importante fazer essa análise no campo econômico com o intuito de esclarecer o que ocorreu com a participação do Brasil no mercado mundial de *commodities* agrícolas, buscando com uma maior clareza o seu posicionamento econômico e político com a China. Identificando os acordos internacionais que estão vigentes para a melhor contribuição do posicionamento do Brasil no comércio com o

país escolhido mundial.

Diante da importância que a China tem para o Brasil no setor agropecuário, onde se tornou no final da década de 1990 um grande consumidor de produtos agrícolas brasileiros, principalmente de *commodities* agrícolas. É necessário investigar qual o papel do Estado nessa relação comercial, e se os acordos bilaterais na área da agricultura, agronegócio e *commodities* contribuíram de 1997 a 2015, para o fortalecimento comercial entre esses dois países.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A POLÍTICA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A política brasileira passou por grandes transformações no início da década de noventa, segundo Cervo (2002) formas de pensar o desenvolvimento do estado brasileiro onde uma política de protecionismo imperava, o estado era condutor do desenvolvimento econômico, através das suas ferramentas políticas faziam uma mutação na estrutura econômica nacional. Grandes acontecimentos no mundo foram a chaves importantes para isso.

O triunfo do capitalismo sobre o socialismo soviético em 1989 deu impulso à globalização em sua dimensão horizontal e vertical. Três fatores influenciaram sobre o reordenamento das relações internacionais: a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos da América. [...] essa tendência histórica deparou-se, entretanto, com duas outras, uma que a continha e a outras que embalava: a formação de blocos econômicos e anova assimetria entre o centro do capitalismo e sua periferia (CERVO, 2002, p.5).

As relações internacionais seguiram o mesmo caminho, uma abertura econômica cuja as relações estavam cada vez mais voltada aos grandes blocos e parceiros comerciais que tinham um alinhamento político e que surgiam como novos personagens da dinâmica global do comércio, sendo que as grandes e as velhas economias do globo ainda sim exerciam um poder ideológico, político e militar.

Como fazia a década, a diplomacia Brasileira manteve forte presença nos órgãos multilaterais. Desde 1990 [...] O multilateralismo foi eleito como meio de ação da nação desprovida de poder para realizar sua vontade. (CERVO, 2002, p.10).

Novos personagens surgiram, saíam da chamada periferia do mundo capitalista e ganhavam destaques, chamando a atenção para uma nova reordenação econômica e de dinâmica comercial. O Brasil vem nesse movimento buscando se inserir nesse novo jogo se alinha aos seus vizinhos de fronteira e de identidade política. Abertura econômica nacional para o mercado externo se faz em face a uma política neoliberal que tomou conta dos governos da América do Sul (CERVO, 2002).

Na década de noventa, a política de relações internacionais Brasileira segue os acontecimentos que o mundo vem passando e, segundo Fletes (2010, p 12), "Historicamente, a política externa brasileira pode ser dividida em duas tradições de pensamento uma enfatizou as relações com os Estados Unidos e com alguns

estados Europeus”. Uma ideologia neoliberal ganha força tendo como grande ator promocional os Estados Unidos da América. Uma nova realidade econômica surge caracterizado pelo aumento e velocidade dos fluxos financeiros das economia internacional, processos produtivos e o próprio advento da tecnologia de produção fara com que ocorra um nivelamento no que tange a oferta e demanda.

A partir de uma perspectiva realista, os estados buscarão o tipo de ordem global que lhes permita exercer maior influência nas questões mundiais. Ordens globais diferentes, como um concerto de grandes potencias ou um sistema multirracional, determinarão os variados graus de influência de potencias regionais, intermediarias e grandes (FLEMES, 2010, p. 405).

Diante desse cenário onde o surgimento dos blocos econômicos ganhavam cada vez mais forças, nos quais os países chamados de periféricos se unem para poder superar as dificuldades e ganhar notoriedade na nova economia internacional. Segundo Cervo (2003), diante desse cenário, a política exterior do Brasil adaptou-se de modo não simples, o Itamaraty perdeu o rumo que por sessenta anos havia imprimido uma racionalidade e continuidade à política exterior onde o estado buscava o desenvolvimento nacional. O país perdeu autonomia na sua política internacional

Desistindo de fazer política internacional própria, o Brasil aplicou as duas gerações de reformas sugeridas pelo chamado Consenso de Washington. Em uma primeira fase, implementou políticas e rigidez fiscal, retirou o Estado dos investimentos produtivos, contraiu salários e benefícios do Estado de bem-estar, privatizou empresas públicas, vendeu-as às companhias estrangeiras para arrecadar dólares e pagar a dívida externa (CERVO, 2003, p.8).

As relações comerciais com os vizinhos de fronteira ganham força, mas ainda o país exerce pouco poder de decisão nos órgãos internacionais de regulamentação de comércio, com a China o que ocorre é diferente houve um maior senso prático, qualificada como sendo de parcerias estratégicas nos anos noventa. Essa parceria resultou em um avanço tecnológico na era espacial, privilegiou a questão ambiental. Foi percebida uma maior cooperação nos setores de energia, da política internacional, da indústria pesada e dos serviços de engenharia.

Com o fim da guerra fria e uma maior ascensão do chamado liberalismo econômico e principalmente um crescimento do livre comércio e do livre fluxo de mercadoria e capitais, entrando em cena o chamado multilateralismo que foi utilizado pelas nações menos desprovidas como uma forma de defesa e principalmente para que pudessem fazer as suas vontades (CERVO, 2002). Outro fator que contribuiu e deve ganhar destaque é a

A ascensão do livre comércio e do livre fluxo de capitais deprimiam a questão da segurança entre 1990 e 2001, quando o tema da governabilidade global ameaçava as soberanias nacionais. O Brasil ocupava-se então com o liberalismo econômico, ecologia, direitos humanos, segurança, multilateralismo comercial e fluxos de capitais (CERVO, 2002, p. 10).

Durante o liberalismo econômico ocorreu uma aspiração as políticas públicas externas e internas inspirando a delegação brasileira nas rodadas de negociação do GATT e da OMC em temas importantes como propriedade intelectual, investimentos, comércio de serviços, sistemas de preferência e sistemas multilateral do comércio Cervo (2002). A mudança da linha da política do ITAMARATY foi definida e colocada ao mundo na assembleia geral da ONU em 1991 e reforçando ainda mais a ideia de estado menos participante na economia.

Indo além das exigências do consenso de Washington, a equipe do governo de Cardoso optou pela venda preferencial das empresas públicas as companhias estrangeiras. Obteve do Congresso uma lei de privatização para permitir que se fizesse pelos mecanismos de alienação (CERVO, 2002, p 11).

As lideranças políticas estavam convencidas e defendiam que os resultados para economia brasileira seriam positivos e ocorreria uma melhoria dos sistemas produtivos e de serviços libertando o Brasil das dívidas externas.

É bem verdade que a resposta da economia Brasileira foi positiva na medida em que o parque industrial modernizou-se e o desempenho elevou-se. Contudo a privatização com alienação impediu a inserção internacional do país em condições de competitividade sistemática, que demandava a expansão para a fora de empresas da matriz nacional (CERVO, 2002, p. 2002).

Apesar de os resultados que se esperavam nunca tenham sido alcançados como foi planejado, a abertura do mercado brasileiro trouxe um novo desafio ao Itamaraty, a saber:

A abertura destinava-se, pela lógica política, a forçar a modernização do sistema produtivo e a elevar sua competitividade externa. Visto que os fluxos do comércio não confirmavam tal fato, o governo passou a negociar em múltiplas frentes, visando com seus esforços alcançar do GATT=OMC um sistema multilateral com regras transparentes, fixas e justas e dos blocos regionais idênticos dispositivos. (CERVO, 2002, p 16).

O comércio internacional que era uma das chaves para o desenvolvimento econômico perdeu esse sentido, passando apenas a receber a tarefa de ser uma ferramenta que gerava superávit e divisas para o país equilibrar o balanço de pagamentos. Com a introdução do plano real o comércio começa a sofrer

uma tendência para saldos negativos, com a moeda sofrendo desvalorização com um déficit de 60,4 bilhões entre 1995-2000 (CERVO, 2002).

Outro reflexo que se esperava com abertura comercial era uma melhora na qualidade dos produtos, mas o que se pode notar foi somente um aumento de volume mais ainda de forma muito tímida e Cervo (2002, p.17) demonstra isso a seguir:

A pauta de das exportações brasileiras [...] tampouco registrou qualquer melhoria de qualidade com as inovações da abertura econômica. As séries históricas do Banco Central do Brasil indicam que ela se compunha em 1989, de 71,1% de produtos industrializados [...] e 27,1% de primários; em 1997, os industrializados somavam 70,9% [...] e os primários 27,1%.

Os impactos na economia Brasileira foram maléficos a população, mesmo tendo como principal finalidade a modernização e conseqüentemente o desenvolvimento econômico via economia de mercado, em que os estados aplicaram diversas medidas de incentivo, impactos foram outros.

Todas essas políticas governamentais tiveram a finalidade última de reestruturar o país e viabiliza-lo dentro da nova ordem mundial, cujo motor é o liberalismo comercial e a competitividade global [...] a sociedade pagou o preço por essa transformação abrupta em um curto espaço de tempo, forçado pelo motor global, dentro de uma temporalidade muito inferior àquela vivida pelos países mais desenvolvidos (GONÇALVES; ANACLETO; MORATO, 2012, p 3).

Analisando a política externa Brasileira chama a atenção o multilateralismo presente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, como demonstra Oliveira (2012, p. 11):

A defesa do multilateralismo constitui-se enquanto tradição na política externa brasileira, coadunando-se com os princípios constitucionais fundamentais que regem suas relações internacionais, como aqueles que da independência nacional, da igualdade entre os estados e da solução pacífica dos conflitos.

Isso pode ser observado na forma como as relações internacionais se comportaram nas últimas décadas, o país ágil na forma de grande líder regional colocando os interessantes regionais nas pautas de negociações dos órgãos internacionais que normatizam o comércio internacional, mas mantendo seus interesses nacionais sem perder a autonomia política.

Com vistas a manter a sua autonomia e a compatibilizar possibilidades externas com os imperativos do desenvolvimentos nacional, a política externa brasileira das últimas décadas apresenta traços de inovação que se conectam ao emaranhado da tradição [...] os nexos entre o passado e o futuro em contexto no qual os interesses nacionais são redefinidos segundo as necessidades presentes de multiplicidade e pluralidade de atores e agendas. (OLIVEIRA, 2012, p 13).

Além de estar inserido no contexto político internacional participando ativamente em grandes eventos como Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) que discutiam a nova tendência mundial do comércio. Relacionado à sua política interna as novas tendências mundial de comércio através de grandes eventos como a Rodada do Uruguai que culminou com a criação mais tarde da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O país participou ativamente das negociações para o lançamento da Rodada do Milênio [...] colaborou na conformação da Agenda do Desenvolvimento com foco em agricultura na Rodada Doha. Nesta última, passou a ter *status* diferenciado enquanto negociador de relevo no campo da agricultura. (OLIVEIRA, 2012, p. 7).

Além disso, a própria criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), no ano de 1991, representando o que foi chamado por Oliveira (2012 p. 7) de “um marco político e econômico no processo de integração do Brasil com seus vizinhos do cone sul”. Foi essa ampliação da agenda comercial juntamente com uma política externa que nas últimas décadas foi capaz de fazer uma área comercial e produtiva e ao mesmo tempo uma integração regional com poder político e econômico na nova ordem mundial (OLIVEIRA, 2012).

Estar inserido em um bloco econômico por acordos comerciais é de extrema importância para que uma nação em desenvolvimento possa se inserir de forma mais coesa e se estabelecer para as outras nações como uma nova potência econômica. Fletes (2010, p. 406) demonstra sua opinião da seguinte forma:

Eu argumento que a existência e a participação do Estado dominante em instituições regionais é um pré-requisito para a aceitação regional [...] sua incorporação nos processos de tomada de decisão regional e a representação dos respectivos resultados em negociações globais marcam a principal diferença entre hegêmonas globais e meras grandes potências.

O Brasil se diferencia dessas grandes potências como EUA e da China de se tornar uma grande potência dominante independente da futura ordem global devido a sua falta do recurso material não lhe transforma em uma *grande potência*. Para isso ele precisava de elementos fundamentais que como grande força econômica, política e militar (FLETES, 2010). Outra questão que vai chamar atenção da política externa brasileira é as direções que essas políticas tomaram.

Com interesse nas negociações multilaterais resultantes dos acordos que surgiram da Rodada do Uruguai até as tratativas para o lançamento da Rodada de Doha, sempre esteve presente na agenda externa brasileira sendo o primeiro vetor. O MERCOSUL sempre foi a estrutura para uma integração regional sendo ele o



segundo vetor da política externa do governo, a realização de acordos que envolviam países fora da América do Sul o terceiro vetor de estratégias Oliveira (2012). Para maior ênfase de sua ideia, Oliveira (2012, p. 9) argumenta que

Assim, pode-se afirmar que a política comercial externa do Brasil fez uso de uma *estratégia de negociação em três trilhos*, com prioridades ao multilateral, combinada com regionalismo em dois tempos [...] 1995 e 2010 estruturam-se de forma a priorizar a atuação no regime multilateral de comércio em paralelo à ampliação de aprofundamento da integração regional na América do sul.

A alternância de poder ocorrida em 2002, em que foi eleito presidente o Luís Inácio Lula da Silva, uma mudança não apenas política interna foi implementado, mas uma mudança nos novos elementos, uma mudança em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso (ALMEIDA, 2004).

A maior parte das novas iniciativas se situa na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de uma ativa coordenação política com atores relevantes da política mundial, geralmente parceiros independentes no mundo em desenvolvimento, com destaque para a Índia, a África do sul, e a China, ademais dos países vizinhos da América do Sul (ALMEIDA, 2004 p. 162).

A relação em que ocorre a expansão comercial e o desenvolvimento foi apropriada pela própria diplomacia Brasileira contra as práticas protecionistas que os países desenvolvidos tinham principalmente nos setores agrícolas, onde gera efeitos muito negativos aos países em desenvolvimentos que dependem das exportações desses produtos, segundo Oliveira (2002), o que ocorreu na Rodada de Doha foi que houve uma centralidade no tema agricultura, mas quem dominou as negociações e os resultados delas foram os países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e União Europeia.

Mesmo com todos os empecilhos, a política externa se saiu muito bem sobre o comando do governo Lula, desde defesa do multilateralismo em que buscou atuar com seus vizinhos através do Mercosul, que ganha um status de líder regional, e se alinha com os principais países em desenvolvimentos como a Índia e a China, e com as grandes economias busca ser um grande negociador sem deixar de lado sua autonomia política e econômica.

Do ponto de vista do conteúdo, a diplomacia do governo Lula apresenta uma postura mais assertiva, mais enfática em torno da chamada defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais, assim como de busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, com reforço consequente debate no plano político. (ALMEIDA, 2002 p. 165).

Com uma articulação da política comercial voltado ao desenvolvimento

nacional de forma muito bem articulada e sincronizada, sinalizou para que o Brasil fosse tratado como um mediador mundial reconhecido pelas potências econômicas e um grande articulador no jogo mundial das relações internacionais, sempre seguindo os trilhos onde a estratégia comercial estava sempre presente sem perder o enfoque na tradição de atuação internacional, mas colocando novos enfoques e ideologias e políticas para a inserção internacional brasileira (OLIVEIRA, 2002).

No ano de 2011, ocorre novamente uma mudança presidencial, Dilma Rousseff assume como a nova presidente do Brasil ela e toma frente do governo brasileiro e foi, segundo Cervo e Lessa (2014, p 133), o período em que

As relações internacionais do Brasil atravessam, durante os quatro anos do primeiro governo de Dilma Rousseff [...] um período caracterizado pelo declínio relativamente ao período correspondente aos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva [...] quando se lidava com o conceito “ascensão”.

O que se pode notar é uma continuidade das políticas internacionais que o governo anterior fazia, uma continuação de certa frouxa e lerda. Mas ainda o Brasil continuou sendo reconhecido com uma potência regional e sempre tomando liderança regional para si em assuntos internacionais.

O Brasil sempre se manteve presente em grandes órgãos multilaterais tradicionais tais órgãos atuam na esfera regionais e internacionais, como o principal intermediador o Itamaraty. Com atuação nos blocos regionais como o MERCOSUL e os BRIC's, segundo Cervo e Lessa (2014, p.136), “o multilateralismo brasileiro penetra desse modo por vontade nacional essa vontade é vista na direção em aos países de primeiro mundo e aos emergentes”. Demonstrando que

As novas dinâmicas da sociedade internacional aproximaram nações simultaneamente diferentes e homogêneas como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em blocos de integração. Estes blocos possuem capacidade de conquistar uma maior visibilidade, já que concentram interesses e demandas comuns de diferentes nações, aumentando o papel do bloco como um todo e de cada país individualmente no âmbito internacional. (REIS; ASSUNÇÃO; LEMOS, 2013, p. 11).

Esse multilateralismo será seguido sempre de perto de um universalismo como ação externa, uma insistência na chamada relação Sul-Sul, onde cabia aos emergentes traçar seus rumos e suas políticas internacionais com ou sem a ajuda com o mundo desenvolvido. Essas novas economias vão através de grandes coalizões, blocos econômicos parcerias no âmbito internacional extremamente estratégicas (CERVO; LESSA, 2014).

O Brasil sempre exibiu no exterior uma imagem de país emergente e com

uma grande dinâmica na economia e nas relações internacionais até o ano de 2010, com políticas que levaram estabilização econômica e uma política externa muito assertiva e grande internacionalização das empresas brasileiras, mas que decaiu em muito no governo de Dilma Rousseff (CERVO; LESSA, 2014). Os autores continuam explicando uma queda na eficiência:

Os resultados da queda de eficiência do paradigma logístico de aliança Estado-sociedade são concretos e incidem sobre os fundamentos internos da emergência no cenário internacional: queda do percentual da indústria no PIB, reprimarização econômica, queda das exportações especialmente de manufaturados, queda do crescimento econômico e, mais grave, quebra da confiança no país do empresariado nacional e estrangeiro. (CERVO; LESSA, 2014, p. 135).

Pode-se atribuir a queda do Brasil no cenário internacional aos problemas internos como a baixa inovação e competitividade na indústria nacional e nos sistemas produtivos, grande problemas no sistema de coalizão dos partidos onde o personalismo político é muito mais forte do que o próprio processo decisório em prol de políticas que realmente beneficiarão ao um todo e não apenas ao grupo que está no poder, salvando-se apenas um único setor o agronegócio (CERVO; LESSA 2014). Os autores continuam, pois segundo eles, essa fase de ascensão vai entrar em declínio pós governo Luiz Inácio da Silva:

Após uma fase de ascensão do país como potência emergentes, a inserção internacional do Brasil entra em declínio entre 2011 e 2014. As causas que determinam a mudança e a nova tendência localizam-se no enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade; na quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo; no enfraquecimento de estratégias e inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos [...] no protagonismo de Rússia e China no seio do Brics. (CERVO; LESSA, 2014, p. 149).

Uma ausência de uma política que pudesse conduzir o comércio exterior brasileiro dará ao país um resultado de quedas nas exportações e consecutivamente nas contas externas; outro fator que deve ser levado em consideração é o fato de o mundo estar seguindo um regime de comércio, em que antes tinha um multilateralismo passando cada vez mais para o bilateralíssimo. No que se refere às estratégias do governo anterior foi mantido mais de forma muito lento e obstruída, apenas dois setores vão se apresentar mais dinâmico nesse cenário, o agronegócio e a expansão das empresas nacionais para fora, resultando em uma internacionalização econômica (CERVO; LESSA, 2014).

## 2.2 ECONOMIA INTERNACIONAL

O sistema Bretton Woods foi responsável por construir os pilares para o restabelecimento da ordem no sistema monetário, e os acordos em relação ao sistema financeiro internacional. Neste último caso, mesmo existindo um consenso na direção de uma fundamentação com um viés mais liberal, devido à crise de 29, os governos começaram uma prática mais protecionista (OLIVEIRA, 2007). A Conferência de Bretton Woods foi marcada por divergências de ideias entre os ingleses e os americanos, predominando as concepções norte-americanas. Foram criados organismos importantes, destacando o Fundo Monetário Internacional (FMI), que teria como função atenuar as crises das contas externas dos países membros e promover liquidez internacional e o Banco Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que foi encarregado de financiar a reconstrução dos países, principalmente, das economias europeias destruídas na II Guerra (ALMEIDA, 2001).

O Brasil teve uma participação tímida nesse reordenamento econômico mundial devido ao seu limitado poder econômico e político à época. Mesmo tendo ensaiado na década de 1930 uma tentativa de independência econômica, onde havia um arranjo de equilíbrio entre as potências predominantes da época, as relações brasileiras se caracterizavam por uma intensa relação comercial com os Estados Unidos (OLIVEIRA, 2007).

A década de 70 foi marcada por mudanças na ordem econômica internacional. O sistema Bretton Woods apresentava fragilidades o que acarretou o fim dos pilares principais do sistema, como o padrão dólar-ouro. O fim do câmbio fixo ocasionou transformações importantes na forma da gerência global das relações monetárias e financeiras. Segundo Oliveira (2007, p. 237):

O fim do padrão dólar-ouro, em 1971, e o conseqüente fim do câmbio fixo, em 1973, acabaram por trazer à tona novos desafios ao sistema internacional, tendo em vista a configuração monetária que deu ao capitalismo mundial condições relativamente estáveis de crescimento, entre as décadas de 1950 e 1970, não mais existia.

Problemas de ordem econômico-monetária ligados ao aumento dos preços do petróleo em 1973, fazendo com que o mundo fosse inundado pelos chamados petrodólares. No ano de 1979, com a revolução Iraniana, mais uma vez o petróleo teria um aumento no seu preço internacional, ocasionando uma recessão para a economia mundial com evidentes efeitos sobre o comércio internacional (ALMEIDA, 2001).

Na década de 80 com a guerra fria caindo no enfraquecimento, a URSS começa a iniciar suas reformas no plano político e econômico. Essa conjuntura econômica internacional permitiu aos americanos colocar seus interesses puramente econômicos acima dos interesses geopolíticos “dando espaço para a grande potência capitalista usar, de forma mais aberta e tranquila, o seu Market Power como elemento de pressão” (Oliveira, 2007, p.246). Portanto, foi a partir da década de 80 que os EUA buscou acordos bilaterais como a União Europeia havia iniciado.

O Brasil não agiu diferente. Na década de 1980 ocorre uma mudança de posicionamento do país em relação ao sistema multilateral de comércio (SMC), com o governo atuando de forma mais efetiva em relação aos acordos multilaterais, deixando de lado antigas posições defensivas em relações a esses acordos. Foi na década de 1980 que se observa uma crise financeira internacional que passou a assolar os países em desenvolvimento, atingindo o Brasil em 1987 (OLIVEIRA, 2007).

Com o desenvolvimento e a modernização do sistema capitalista decorre uma modernização das relações comerciais entre países ao redor do globo, as relações de comércio assumiram um maior dinamismo tornando a discussão das relações econômicas entre diferentes atores da economia mundial, um assunto de grande interesse para a tomada de decisão dos governos e empresas multinacionais.

A economia internacional passou a ser objeto de estudo para uma maior análise e assim se obter uma maior a compreensão das relações comerciais mundiais, segundo Cassano (2002, p.114), “o comércio internacional é tratado como a alternativa ideal para que os países aproveitem melhor os seus fatores produtivos”. Os países que produzem bens de capital com elevado grau de diferenciação, com mais e melhor tecnologia embarcada, e que necessita de alta especialização na produção, obtém uma maior parcela no comércio internacional com melhores relações econômicas com seus parceiros comerciais.

Os países sempre procuram melhorar suas relações comerciais através de acordos comerciais as quais priorizam obter a maior vantagem possível a ser alcançado em mercados com grandes graus de competição. A discussão sobre economia internacional tem seus primeiros registros na doutrina mercantilista, observam-se os primeiros sinais de um protecionismo das empresas, e de

estratégias nacionais do estado para direcionado a esse processo de expansão econômica.

Todos os estudos produzidos foram importantes para a compreensão do comércio internacional, mas a partir do século XX se aponta para um padrão comercial com abundante oferta de trabalho em relação ao capital.

O teorema de Heckscher-Hohlin confirmou a tese de que cada país irá exportar os bens intensivos de fatores abundantes, ou seja, países com fator trabalho abundante também deverá estar produzindo maior quantidade de bens intensivos de capital do que necessitam consumir a fim de exportar um maior volume dessa produção (CASSANO, 2002, p.115).

O comércio mundial ganha características em ser um sistema de articulação e de troca de fatores como produtos manufaturados, tecnologia, moeda bens de capitais serviços entre economias nacionais e que passou por diversas mudanças em sua estrutura, chamando atenção para as estas mudanças Almeida (2002, p.112) sugere que

Saltos tecnológicos, mudanças de padrões monetários, crises financeiras, anos de crescimento sustentado seguidos de conjunturas de estagnação, surtos de liberalização alternando com impulsos de protecionismo comercia, incorporação de novos atores econômicos e preservação de velhas desigualdades estruturais [...] uma gama variada de tendências e de ciclos tão diversos quanto os processos políticos que marcaram um século ao mesmo tempo destruidor e criador.

Países que tem um papel pioneiro no ciclo econômico como os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha que atingiram formas de comercialização e acumulação modernas, em relação às economias que estão atrasadas ou tiveram uma inserção tardia nesse processo. Segundo Almeida (2002, p.112),

A presença hegemônica do mesmo conjunto de economias no centro do sistema (um reduzido grupo de países não muito distinto do atual G-7), processos de globalização comercial e de internacionalização financeira relativamente semelhantes, bem como a atuação de um grupo influente de atores transnacionais, os cateis do final do século XIX e as companhias multinacionais na passagem para o século XXI.

As empresas rompem as barreiras físicas e financeiras ganhando novos espaços econômicos, onde conseguem multiplicar seus fatores produtivos com objetivo de conquistar mercados e consumidores novos. Problemas como mão de obra, alocação de recursos e insumos e barreiras comerciais não afastam mais as empresas de garantir seus objetivos em um novo mercado consumidor.

Passar a observar o novo padrão financeiro, a cooperação entre as empresas transnacionais e os países, assume um papel fundamental no desenvolvimento das economias internacionais. Segundo Almeida (2002, p.115), “os

grandes fluxos de capitais deixam de ser privados para assumir a forma de transferências públicas (por meio dos bancos de desenvolvimento)”. O estado atua como ator em uma cooperação de alocação de recursos através de financiamento longos, e através de acordos econômicos formando blocos de interesse mútuos economicamente.

A globalização econômica ganha força no cenário econômico, o mundo passa a ser único. Barreiras geográficas não são mais empecilhos, para o comércio mundial onde as relações econômicas internacionais entre empresas e principalmente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo Almeida (2002, p.119) a globalização estava dada.

O movimento de globalização seria retomado nas duas últimas décadas do século XX, ao encerrar-se o intervalo histórico de desafios socialistas ao modo capitalistas de produção e ao serem incorporadas à economia internacional as últimas *terrae incognitae* do sistema de mercado: o início dos anos 90 representou assim, não tanto um *fim da história* mas mais propriamente um *fim da geografia*.

Novos atores na economia internacional surgem, países que antes tinham um papel de periféricos ganham força se reestruturando e dinamizando seus meios de produção, através de uma moderna relação de empresas estatais com o mercado interno.

Antes mesmo da terceira onda de globalização manifestar-se como tendência da economia internacional no último quinto do século XX, novos atores já tinham sido incorporados ao sistema global de produção mercantil ---, países de periferia capitalistas que lograram desenvolver um sistema industrial integrado e relativamente competitivo (ALMEIDA, 2002, p.120).

Não apenas o Brasil passa por essa mudança, mas outros países que hoje tem grande relevância no mundo globalizado e chamam atenção do mundo, como adquirem grande crescimento econômico e superaram crises.

Coreia do Sul, Brasil, México, Tailândia, além de outros na periferia dinâmica do capitalismo global – combinaram mecanismos de mercado e de indução estatal para constituir, via substituição de importações ou integração aos circuitos produtivos das corporações mundiais, sistemas produtivos performantes e capazes de digerir a moderna tecnologia industrial. (ALMEIDA, 2002, p.120).

Mas isso não impediu as desigualdades estruturais entre os países desenvolvidos, que caracteriza o capitalismo, onde o norte mais desenvolvido possui os fatores produtivos melhores e mais modernos, com sistema de financiamento maduros e privados em relação ao sul com baixa produtividade dos fatores. Com destaque para uma participação no comércio mundial através de produtos baixo teor

tecnológico embarcado e com grande participação do financiamento estatal como Almeida (2002, p.120) explica que,

esse processo de melhoria qualitativa de sistemas produtivos periféricos não impediu a continuidade das velhas desigualdades estruturais que sempre caracterizaram a economia capitalista [...] De fato a globalização tende a agravar, num primeiro momento, os padrões de desigualdade regional, ao selecionar áreas suscetíveis de serem integradas a nova economia planetária – pela oferta abundante de mão de obra assalariável, comunicações baratas, condições institucionais adequadas – e outras, sequer merecedoras do direito de serem exploradas (países menos avançados, regiões pobres da África do Sul ou Ásia do Sul).

Além da exclusão dos países considerados menos avançados para os padrões do comércio internacional, que não são apenas afastados do processo de desenvolvimento industrial e comercial. Para os padrões mundiais esses países têm alto índice de desnutrição, baixo índice de desenvolvimento humano, grande instabilidade política e guerras marcando os cenários social e econômico dessas nações.

Nos países que já estão inseridos nesse processo ocorre uma moderna e articulosa cooperação entre nações com grande capacidade de consumo, essas relações são postas através de acordos promovendo a integração regional cada vez mais evidenciada nos acordos de livre comércio e os mais conhecidos são a União Europeia, NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) o que caracteriza esses acordos que esses blocos passaram a dominar o grande fluxo do comércio mundial.

A missão econômica da globalização foi a de produzir maior quantidade de bens a custos continuamente mais baixos, no que deve-se reconhecer sua tremenda eficiência relativa, maior em todo caso do que o sistemas econômicos baseados na alocação de administrativa e recursos – isto é, volumes crescentes de comércio de mercadorias, de intercâmbio de serviços e de investimentos recíprocos (ALMEIDA, 2002, p. 128).

Analisando a economia internacional, sobre o elemento da globalização, observou que a dinâmica do comércio mundial, relações comerciais entre países e principalmente entre empresas transnacionais, mas ainda ficou restrito aos países mais desenvolvidos. Almeida (2002, p, 128) demonstra que

Se deu preferencialmente entre os próprios países desenvolvidos e com uma gama reduzida de países emergentes, isso não derivou de nenhuma discriminação *a priori* contra certos povos ou nações, mas tão simplesmente em função da equação *custo-oportunidade*, conhecida dos economistas: alguns países por razões de soberania nacional, colocaram-se voluntariamente a margem do processo de globalização, aumentando o lado do custo em relação aos ganhos de *oportunidade*.



No Brasil, a relação com o comércio mundial tem seus próprios contornos e uma complexidade, devido a evolução econômica que os países passaram alternando, em maior ou menor crescimento, intercalados por crises cambiais e desequilíbrio macroeconômicos antes da abertura comercial na década de noventa. Desde então, tem procurado consolidar a estabilização econômica e fundamentar um crescimento sustentado.

No comércio internacional houve uma elevação das taxas de crescimento e uma alteração na pauta das exportações mundiais. O comércio de produtos agrícolas perdeu espaço nas exportações mundiais para os produtos para bens manufaturados no último século.

O comércio internacional de produtos agrícolas, que em 1900 representou 57% das exportações mundiais, perdeu participação para as transações internacionais de bens manufaturados no decorrer do século XX. Em 2011, o comércio de bens manufaturados representou dois terços das transações internacionais, enquanto o comércio de produtos agrícolas equivaleu a menos de 10% das exportações mundiais (GONÇALVES, 2015, p. 1).

As exportações mundiais cresceram no último século, mas os produtos manufaturados obtiveram um maior crescimento em relação aos produtos agrícolas.

Entre 1950 e 2001 as exportações mundiais cresceram em média 6% ao ano. Todavia, enquanto as exportações de produtos agrícolas cresceram 3,5%, a comercialização de bens manufaturados aumentou aproximadamente 7,5% ao ano no mesmo período (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2012).

Isso ocasionou no Brasil uma inversão de sua pauta de exportação, com a abertura de novos mercados consumidores no exterior e o crescimento da produção industrial o país conseguiu diversificar sua pauta de exportação, antes tínhamos um cenário em que os produtos agrícolas dominavam a pauta em relação aos bens manufaturados.

A tendência de crescimento das exportações de bens manufaturados pelo Brasil se reverteu na última década. As vendas brasileiras de bens manufaturados que representaram menos de 10% das exportações totais em 1965 se elevaram para 44,8% em 1980 e para 59% no ano de 2000. (GONÇALVES, 2015, p. 2).

Enquanto nos bens agrícolas essa mudança também foi sentida mais de forma negativa com a queda nas vendas para o mercado externo. As exportações de bens agrícolas corresponderam à aproximadamente 81% das vendas externas totais em 1965, 42,2% em 1980 e 22,8% em 2000. Mas isso se reverteu em 2010 quando os bens agrícolas superaram a venda de bens manufaturados.

Outro ponto importante foi a transição de governo ocorrido entre Fernando Henrique Cardoso que era o presidente do Brasil, e passa o cargo para o Luiz Inácio Lula da Silva esse momento não apenas compreendeu a mudança no governo, mas representou também uma mudança nos modelos de inserção internacional do Brasil em relação aos seus parceiros comerciais no mercado mundial.

A adoção de uma postura mais autônoma, bem como a estratégia de condicionamento da política externa a um projeto de desenvolvimento nacional. O comércio exterior novamente se reorientou e buscou expandir-se em direção a novos mercados, para além dos países centrais (GONÇALVES, 2015, p.2).

O Brasil buscou uma maior ofensiva comercial na direção dos países da América Latina e dos países da África e da Ásia, com acordos e tratados bilaterais o maior destaque foi no MERCOSUL, assim buscando uma independência dos organismos internacionais do qual o governo era extremamente dependente, conseguindo dessa forma a realização do seu projeto de desenvolvimento.

### **2.2.1 Cadeias globais de valor**

O mundo vem passando por inúmeras mudanças geográficas como transformação constante do espaço geográfico, mudanças políticas, com o comércio internacional obtendo uma nova dinâmica e com padrões cada vez mais inovadores, as empresas rompem as barreiras e passam a se internacionalizar tornando muito mais complexos o ato de produzir um bem e vendê-los. Todo esse cenário em ebulição vem e vira cada vez mais ocasionar mudanças profundas nas relações econômicas dos países (OLIVEIRA, 2015).

A economia mundial por sua vez passa por mudança qualitativa e quantitativa, novos personagens e formas de produção a inserção de tecnologias cada vez mais rápidas na entrega de informação como a comunicação de forma instantânea via internet muda a forma das grandes organizações empresariais de trazer desde insumos mais baratos a parceiros comerciais que lhe possam oferecer mais em qualidade e produtos.

O comércio internacional cresceu em média 20 anos na casa de 5,4%, enquanto as mudanças que eram resultados das formas como as organizações produziam seus bens se modificavam, além das relações internacionais em o Estado atuava também mudavam no mesmo ritmo, a produção de um determinado passa de

um cadeia nacional, dentro de um país, passando a sofrer uma dispersão geográfica alcançados cada vez mais outros países e outras empresas aliando todas e uma grande cadeia de produção de valor (OLIVEIRA, 2015).

Faz 20 anos, 60% do comércio mundial ocorria entre os países desenvolvidos (Norte-Norte), 30% entre países desenvolvidos e emergentes e em desenvolvimento (Norte-Sul) e os restantes 10% no sentido Sul-Sul. Por volta de 2020, espera-se que o comércio ocorra por igual nas três direções apontadas. Se assim for, o peso relativo do comércio Norte-Norte terá se reduzido pela metade em menos de 30 anos (FENT, 2014, p.10).

Cada vez mais, as cadeias de produção e valor vêm ganhando espaço no planejamento das empresas e dos governos, no geral pode presenciar uma cooperação entre governos e empresas de diferentes setores e mais diversos ramos de produtos. As Cadeias Globais de Valor sempre fizeram parte do mundo empresarial mais vem tomando dimensões maiores na década de 90. Mas essa dinâmica começou muito antes com as empresas americanas na década de 1960 passam a praticar uma distribuição em suas cadeias de suprimentos, buscando no exterior uma redução de custo (FENT, 2014).

Nas políticas industriais em que a produção estará voltada para uma cooperação entre diversas empresas do globo, reduções das barreiras tarifárias em maior escala, ganha destaque a criação da Organização Mundial do Comércio nos anos 1990, fara com que as empresas sejam beneficiadas com a regulamentação e queda das barreiras alfandegarias, e consecutivamente foram importantes na proteção à propriedade intelectual e investimentos ocasionando uma liberalização do comercio de serviços (RABELO, 2014). Entram em cena as cadeias globais de valor, personagem principal nas estratégias das empresas e governo.

Modificações das relações comerciais ocorrem no direcionamento do comércio internacional, um aumento significativo entre o Sul-Sul, esse aumento se deve entre as relações de troca entre as empresas transnacionais em economias emergentes. Os fluxos de comércio entre Sul-Sul em ralação ao globo cresceu, em 1990 era de 8%, passando para 24% em 2011 Oliveira (2014). Outro destaque será

As novas tecnologias e arranjos institucionais [...] a adesão da China à OMC, em 2001, conduziram a alterações profundas na divisão internacional do trabalho com destaque para a perda relativa da capacidade dos Estados nacionais de organizar a produção das diversas indústrias em seu próprio território [...] um mesmo produto pode ser projetado nos Estados Unidos, ter parte de seus componentes produzidos na Alemanha, na Coreia do Sul e no Japão, e ser montado na China e dali ser distribuído por todo o mundo (RABELO, 2014, p. 17).

Um novo desafio surge para os países que buscam um desenvolvimento, pois suas escolhas na política econômica devera englobar agora estratégias para atrair empresas estrangeiras abrindo seu mercado interno, ao mesmo plano que tem de buscar uma forma de incentivar suas empresas nacionais a se desenvolverem sua capacidade de participar do mercado internacional (RABELO, 2014).

Para que uma empresa ou um grupo dela participem dessa cadeia de produção o governo tem uma participação, empresa e governo agem como sócios, o estado provera a infraestrutura como portos e aeroportos em boas condições estradas e sistemas financeiros fiscais e tributários no intuito de facilitar a inserção nesse grupo. Assim as empresas dessa economia entrarão com a tecnologia de produção e “*know how*” e um produto com valor um agregado (PEREIRA, 2014).

O que ocorre no Brasil é uma situação em que a política industrial acaba se voltando para um protecionismo e preferência para o mercado interno de consumo, isso acabou prejudicando o país e suas empresas que, ao invés de buscar desenvolvimento e crescimento e uma participação no mercado internacional, optaram pelo comodismo do mercado nacional com produtos primários com baixo valor agregado (OLIVEIRA, 2014).

O Brasil hoje tem uma participação nas cadeias globais de valor de forma marginal, isso ocorre, pois, o papel do Brasil é de um grande exportador de *commodities* agrícolas e minerais como a soja, o milho e o mineiro de ferro, produtos que dão e são baixos em teor tecnológico. Essa posição assumida pelo governo em uma política industrial protecionista a produtos estrangeiros e uma industrial focada em um mercado interno acaba por prejudicar a dinâmica na busca por uma posição melhor nas cadeias globais (PINHEIRO, 2014). O autor continua discorrendo sobre os efeitos negativos dessa política:

O efeito negativo desse tipo de política ganha mais relevo à luz da evidência de que a importação de insumos – em especial, bens de capital – é um importante canal pelo qual empresas de setores em desenvolvimento absorvem tecnologia. A importância desse aspecto no desenvolvimento dos países do Leste Asiático – normalmente apontados como sucessos de política industrial – é enfatizada por vários autores. (PINHEIRO, 2014, p. 36).

Manter uma indústria sempre dinâmica com as tecnologias atuais, com parcerias e cooperação com outros países se inserindo em parcerias comerciais com a Europa e Estados Unidos almejando transferências de tecnológicas trarão benefícios a indústria nacional em longo prazo, onde umas das principais alavancas

para o desenvolvimento é a exposição da indústria interna a competição internacional (PINHEIRO, 2014). O autor continua sua contribuição demonstrando que

Entre 2001 e 2011 [...] comparado com outros países, usa-se muito pouco insumo importado no processo produtivo. A título de ilustração, em 2001 apenas 13,5 % do consumo intermediário da indústria brasileira era proveniente de outros países (PINHEIRO, 2014, p.33).

Demonstrando como nossa indústria é ainda muito fechada em relação à internacionalização de insumos em seus meios de produção. Outro ponto é como o estado pode induzir a uma internacionalização da economia atraindo as cadeias globais de valor, um governo com maiores investimento em infraestrutura em partes importantes na logística sugerindo melhorias em portos e aeroportos ferrovias hidrovias, na área de educação com a descoberta de novas tecnologias em parceria indústria e universidade compartilhada com a indústria proporcionando capacidade de disputar parcela do mercado mundial onde o consumo de bens de maior valor agregado é maior (THORSTENSEN; FERRAZ; GUTIERRE, 2014).

## 2.3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Sobre o comércio internacional, inicialmente, cabe tratar de aspectos históricos que evidenciam mudanças significativas ao longo dos últimos séculos. O artigo de Cassano (2002), intitulado “A teoria econômica do comércio internacional”, demonstra que, na metade do século XVIII, o mundo passa a observar uma substituição da doutrina mercantilista, que justificava o comércio internacional pela oportunidade que ele oferecia de se obter um excedente na balança comercial, cujo o principal objetivo era o alcançar o superávit comercial valorizando as estratégias nacionais onde o estado apoiava a produção para a exportação e pratica do protecionismo.

Ainda, de acordo com as informações disponibilizadas no artigo acima citado, essa prática seria substituída pelo liberalismo econômico e pelo racionalismo onde a principal forma de uma nação ganhar impulso seria e se desenvolver economicamente será através do com relações comerciais com outros países. A troca entre os países seria benéfica para aos dois desde que cada país se especializa-se em produto que tivesse maior vantagem.

### 2.3.1 Teorias do comércio internacional e definições

As teorias do comércio internacional devem, de igual modo, serem consideradas em uma perspectiva histórica a partir da leitura de diferentes autores. Sendo assim, Cassano (2003), em um percurso histórico, remonta os estudos de Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, John Stuart Mill. Na sequência, são apresentadas algumas das principais considerações acerca das teorias de cada autor, conforme reunidas e discutidas por Cassano (2003).

Adam Smith (1776) foi pioneiro nessa escola em desenvolve a teoria das vantagens absolutas, onde cada país deve se concentrar na produção dos bens que lhes dará maior vantagem absoluta, ou seja, o bem que tiver a maior produtividade com a menor quantidade de insumo (trabalho) para produzi-lo juntamente com uma divisão do trabalho esse bem pode ser produzido mais e com menos insumos. Aquilo que exceder o consumo interno do bem produzido deveria ser exportado, a receita gerada da exportação desse bem deveria ser utilizada na aquisição de bens via importação de outros países onde em uma concorrência perfeita as trocas entre países beneficiam os dois.

Ricardo (1817), em seu trabalho de “princípios de Economia Política e Tributação”, introduziu o conceito das vantagens comparativas, onde ele abordava os custos das mercadorias comercializadas internacionalmente. Quando cada país se especializava nos ramos em que seus custos de produção são menores do que seus parceiros comerciais o mesmo terá vantagens comparadas com os demais parceiros, desta forma os principais beneficiários do comercio internacional serão os consumidores dos países importadores, pois terão produtos do mundo todos por preços acessíveis.

Para que isso ocorresse os estados não deveriam interferir no comércio exterior, e países cujo sua indústria fosse mais desenvolvida e os preços são menores que os demais países deveriam importar produtos primários. Os países onde a agricultura se dava em terras menos férteis será uma vantagem maior a participação no comércio internacional, pois os preços dos alimentos o principal insumo de consumo do salário diminuiria ocasionando um aumento do lucro.

Malthus (1820) analisando os excedentes se opôs a corrente clássica do livre comércio e defendia uma produção cada vez maior de alimentos onde a

proteção agrícola e incentivos governamentais seria a base no intuito de se conseguir um maior investimento e uma maior produtividade por consequência um menor preço. Para ele um país que dependesse da importação de alimentos, correia perigo em uma situação de guerra ou emergência, pois estaria à mercê dos seus parceiros comerciais devido a dependência de suprimento externo.

John Stuart Mill, em sua obra “Princípios de Economia apolítica”, faz uma análise do capitalismo sob a ótica das exportações de capitais. Ele afirma que a taxa interna de lucro será maior se uma parte da poupança interna tivesse como destino os investimentos externos, esse investimento deveria ser dirigido aos suprimentos alimentares e as matérias primas, isso ocasionaria um duplo benefício para o país como a redução da taxa interna de juros e garantiria uma fonte constante de suprimento.

Ainda com base no artigo de Cassano (2003), intitulado “A teoria econômica do comercio internacional”, o autor vai demonstrar também utilizando uma análise histórica discorrendo sobre diversos trabalhos empíricos e autores, trabalhos como teorema de Heckscher-Ohlin e autores Leontief, Linder, Williamson Krugman/Obstfeld. Segundo Cassano (2003), no Século XX, a teoria ortodoxa determina que o comércio de um país com outro é a oferta abundante de trabalho em relação ao capital empregado ocasionando uma exportação de bens intensivo em mão de obra. Os países cuja relação é oposta, ou seja, onde a oferta de capital é abundante em relação a mão de obra, ocorre um incentivo em exportar esse bem.

O teorema de Heckscher-Ohlin demonstra que cada país ira exportar os bens intensivos de fatores abundantes. O país que tiver em sua produção uma maior oferta de mão de obra irá exportar bens com esse fator e seu excedente será exportado, por outro lado o país que apresenta como fator abundante capital estarão produzindo bens com esse fator, e o excedente produzido será exportado. As importações de bens deverão ocorrer no sentido oposto, em que o país com fator trabalho abundante deverá importar bens intensivo em capital e os países com fator capital abundante deverão importar bens com fator mão de obra abundante.

Leontief (1953), em um trabalho que analisou as importações e as exportações dos Estados Unidos após a segunda Guerra Mundial, chegou a resultados que demonstravam o país exportava produtos que eram menos intensivos em capital que suas importações, mesmo sabendo que havia mais capital por trabalhador nesse país comparado a outros, se esperava que os Estados Unidos

exportassem bens intensivo em capital e importasse bens intensivos em mão de obra. O resultado que ele encontrou foi diferente do que se esperava pelo modelo de Heckscher-Ohlin, esse trabalho ficou conhecido como o paradoxo de Leontief.

Linder (1961) estabeleceu uma distinção entre o comércio de produtos primários e o comércio produtos industrializados. O comércio de produtos primários é explicado pelo modelo de Heckscher-Ohlin, enquanto a estrutura de demanda caracterizados pelas qualidades dos produtos diferenciados é a determinante do padrão de comércio de produtos industrializados. Linder chegou à conclusão que o comércio de produtos industrializados é maior entre países com níveis de renda semelhantes conclusão contraria do modelo de Heckscher-Ohlin onde o potencial do comércio se dará entre países com diferentes níveis de renda per capita.

De acordo com Krugman e Obstfeld (1999), os bens que tem diferenciação são aqueles que tem como características abundância relativa dos fatores de produção e a intensidade que eles são usados ocasiona uma vantagem comparativa. Cassano (2002, p. 116) chama atenção para o caso Brasileiro:

Daí surge um forte indicador para o caso brasileiro, onde exportação dos industrializados na década de 70 passa a superar a dos produtos primários exatamente por agregar valor à produção primária através de um processo industrial [...] o Brasil estaria exportando produtos originados de fatores abundantes em um primeiro momento – terra e mão-de-obra- mas que foram transformados em outros bens pela disponibilidade mais intensa de um processo industrial. Assim soja em grão estaria abrindo espaço para o óleo e farelo de soja, café em grão para o café solúvel, a laranja para o suco concentrado e o minério de ferro para o aço.

A indicação que o autor passa é de que o Brasil estaria abrindo espaço para o mercado mundial não apenas para os seus produtos primários, mas para os seus produtos manufaturados, o que possibilitou essa abertura é a sua grande capacidade produtiva na agricultura que possui fatores abundantes, aplicando com grande capacidade e estratégia conseguiu abrir espaço no comércio mundial.

### **2.3.2 Barreiras ao comércio**

Nos dias atuais as barreiras ao comércio assumiram o foco nas principais rodadas de negociações sobre o as relações internacionais dos países, além das barreiras tarifárias as chamadas barreiras técnicas ganham grande repercussão, pois atingem principalmente as economias que estão buscando um maior desenvolvimento econômico e estão disfarçadas através das exigências técnicas



que mercados mais desenvolvidos cobram dos produtos de países em desenvolvimentos, como ocorre uma capacitação tecnológica menor nessas empresas haverá automaticamente uma dificuldade de cumprimento de tais exigências e consecutivamente uma barreira esses produtos (INMETRO, 2009).

Assinado em Standards Code, no ano de 1979, o Acordo sobre Barreiras técnicas ao Comércio tinha em sua meta principal a preparação, adoção e aplicação de normas e regulamentos técnicos para procedimentos de avaliação de conformidade (INMETRO, 2009). Ficaria a escolha dos países se o mesmo aderiria a esse novo tratado:

Ao aderirem ao GATT, os países signatários poderiam, ou não, assinar o Standards Code, já que seu caráter não era compulsório. As provisões do TBT Agreement, por sua vez, são de cumprimento obrigatório por todos os países-membros da organização, ou seja, países que compõem a OMC são obrigados a aceitá-lo, no momento de sua adesão (INMETRO, 2009, p. 8)

Outro acordo de destaque se refere ao Acordo sobre Aplicações Sanitárias e Fitossanitárias assinado na rodada do Uruguai em 1994.

O SPS tem como objetivo impedir que medidas que visem a proteção à saúde de pessoas, plantas e animais constituam barreiras ao comércio internacional, incentivando a harmonização destas medidas em nível internacional, o que pode ser feito através da adoção das medidas estabelecidas em organizações internacionais. (INMETRO, 2009, p. 10).

Criou-se um sistema de proteção para que países menos desenvolvidos possam competir de igual para igual com produtos que de países mais desenvolvidos superando assim barreiras tanto no âmbito tecnológico como no que se refere à questão de saúde do consumidor final. Garrido (2004, p 6-7) demonstra que,

A motivação para a construção de barreiras técnicas ao comércio internacional se dá pela resultante das forças aplicadas por três grandes grupos de agentes: os políticos, as empresas e os consumidores [...] Este jogo de forças tem um dinamismo próprio que é impactado por acontecimentos políticos, econômicos, sociais do ambiente fruto das ações de outros agentes, sejam estes pessoas, empresas ou países. Este dinamismo também sofre efeito ao longo do tempo em função de eventos cíclicos, como por exemplo o caso das eleições.

O posicionamento do país em relação a sua política externa será um reflexo das pressões que esses agentes exercem, juntamente com a conjuntura econômica que a economia mundial está passando. Assim pode ser observado ciclos econômicos que caminhavam entre o protecionismo e liberalismos, assim os países buscam um ponto de equilíbrio onde conquistam mercados através das

relações políticas ou através da demonstração de força de outro cunho e restringem outras através das barreiras técnicas (GARRIDO, 2004).

### 2.3.3 Acordos

Os acordos internacionais sempre estiveram presentes na política externa dos governos, se tornando um dos instrumentos mais importantes para negociações com outros parceiros e órgãos, e demonstra quanto a objetividade diplomática de um governo através da quantidade de acordos assinados em um período de tempo Ministério das Relações Exteriores - MRE (BRASIL, 2010). Outra importante questão que os atos demonstram é a abertura diplomática pois

Nota-se correlação entre o número de atos firmados e os períodos de maior abertura diplomática e expansão comercial do País, que produziram as elevações de patamar de quantidade de acordos, por exemplo, nas décadas de 1850 e 1870; na gestão de Rio-Branco; no nacional-desenvolvimentismo; na industrialização e na Política Externa Independente; no período do “milagre” e do “pragmatismo responsável”; e na abertura econômico-comercial dos anos 1990. O Governo do Presidente Lula da Silva elevou ainda mais esse patamar, ultrapassando, em 2005, a marca de 200 atos por ano (MRE, 2010, p. 3).

A frequência de atos internacionais assinado pelo Brasil aumentou nos últimos anos se aproximando hoje em uma frequência de 300 por ano refletindo uma diplomacia que busca a diversificação e o aprofundamento, com uma ampliação temática e aumento a capacidade do Brasil no âmbito internacional MRE (2010). Assim os atos internacionais são descritos por MRE (BRASIL, 2010, p. 5) como

Ato internacional é todo instrumento pelo qual uma Pessoa de Direito Internacional Público (Estado ou Organização Internacional, por exemplo) assume obrigações e adquire direitos, por escrito, sobre determinada matéria, perante outra ou outras Pessoas de Direito Internacional. Os atos internacionais constituem instrumentos formais da execução da política exterior, em particular dos princípios inscritos no art. 4º. da Constituição Federal, com vistas a estabelecer, expandir e diversificar relações diplomáticas e serviços consulares.

Os tratados recebem uma denominação de acordo com o objeto e objetivo que está sendo tratado no possível ato ou acordo onde deve haver uma flexibilidade, tradição, relevância, solenidade política e respeito ao grau de compromisso jurídico que esse acordo representa MRE (2010). Quanto a sua tipologia serão: tratado, convenção, acordo, ajuste complementar, memorando de entendimento, protocolo e convênio interinstitucional.

Os acordos são amplamente utilizados pelo Brasil e são subdivididos em três subgrupos, o primeiro Acordo-Quadro ou Acordo Básico, o segundo será Acordo

por Trocas de Notas ou Notas reversais e o terceiro será Acordos de sede MRE (2010). O acordo-Quadro ou acordo Básico e acordo com o MRE (BRASIL, 2010, p. 7) será

Também conhecidos como “guarda-chuva”, estabelecem marco geral de cooperação, devendo ser complementados por instrumentos posteriores, como os Ajustes Complementares ou os Programas Executivos, que implementam seus amplos dispositivos no plano concreto. Esses tipos de acordos definem o arcabouço institucional que passará a orientar a execução da cooperação.

O segundo chamado de Acordo por Troca de Notas ou Notas reversas trará os assuntos administrativos, são na maioria das vezes Notas diplomáticas sendo assim

Trata de assuntos de natureza administrativa, da rotina diplomática, podendo ainda precisar, alterar ou interpretar o alcance de cláusulas de atos já concluídos. Seu formato são Notas Diplomáticas reversais que podem assumir duas modalidades: Notas idênticas de mesmo teor e data; ou uma Nota de proposta e outra de aceitação (BRASIL, 2010, p 7)

O terceiro e último o Acordo de Sede segundo o MRE (BRASIL, 2010, p. 7) será

Atos celebrados entre um Estado e uma organização internacional que permite a operação administrativa e técnica da representação de entidades intergovernamentais ou escritórios de representação, inclusive no que tange a aspectos de privilégios e imunidades.

Durante vinte anos de debates foi na convenção de Viena onde o Direito dos Tratados foi regulamentado e assim os tratados internacionais foram codificados e inserido no direito internacional, sendo ratificada pelo Brasil em 2009 e promulgada por decreto no mesmo ano (BRASIL, 2010).

#### 2.3.3.1 Sistema Geral de Preferência (SGP)

De acordo com a informação disponível no site do MIDC<sup>1</sup>, o Sistema Geral de Preferências (SGP) foi idealizado pela lógica Cepalina tendo como grande preconizador Raul Presbisch, esse sistema tinha como função assegurar que países em desenvolvimento pudessem ter acessos aos mercados mais desenvolvidos, o intuito era diminuir o problemas de deterioração que ocorriam através das trocas comerciais entre as economias menos desenvolvidas com mais desenvolvidas

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços. **SGP – Sistema Geral de Preferências**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externor/negociacoes-internacionais/807-sgp-sistema-geral-de-preferencias>>. Acesso em: 18 mai.2017.

através do comércio internacional as os países emergentes conseguiriam obter mais avanços em seus processos de desenvolvimento (BRASIL, 2017).

O Sistema geral de preferências foi idealizado pela lógica Cepalina tendo como grande preconizador Raul Presbisch, esse sistema tinha como função assegurar que países em desenvolvimento pudessem ter acessos aos mercados mais desenvolvidos, o intuito era diminuir o problemas de deterioração que ocorriam através das trocas comerciais entre as economias menos desenvolvidas com mais desenvolvidas através do comércio internacional as os países emergentes conseguiriam obter mais avanços em seus processos de desenvolvimento (BRASIL, 2017).

O SGP permitiu que “certos produtos, originários e procedentes de países beneficiários em desenvolvimento (PD) e de menor desenvolvimento (PMD), recebem tratamento tarifário preferencial (redução da tarifa alfandegária)” (BRASIL, 2017). Assim conseguem conquistar entrar em mercados de países que fazem parte desse sistema como a União Europeia, Estados Unidos, Japão e Austrália e demais diversos países. Segundo o MDIC (BRASIL,2017), as principais características do SGP são:

- Unilateral e não-recíproco: os outorgantes concedem o tratamento tarifário preferencial, sem, contudo, obter o mesmo tratamento em contrapartida;
- Autônomo: cada outorgante possui seu próprio esquema, que contém a lista de produtos elegíveis ao benefício, respectivas margens de preferências (redução da tarifa alfandegária) e regras a serem cumpridas para a concessão do benefício, tais como Regras de Origem;
- Temporário: cada esquema é válido por um prazo determinado, mas, historicamente, os outorgantes têm sempre renovado seus esquemas;
- Autorizado no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) por meio da “Cláusula de Habilitação”, por tempo indeterminado.

Para que o produto seja outorgado para fazer parte do SGP são seguidas algumas regras de origem para que possam receber a redução tarifária que será baseada no Sistema Harmonizado (SH). Os tipos de regras são: regra Geral, Regra de Mudança de Posição, Regra De minimis (BRASIL, 2017).

### 2.3.4 balança comercial

É na balança comercial que são registradas todas as transações comerciais que um país faz com as outras economias, nessa conta entra o total de saldo exportados e o total de saldos importados, engloba produtos como *commodities* agrícolas, bens de capital, desde produtos mais simples como a soja, até os produtos com alto teor tecnológico como automóveis.

A balança comercial é uma conta que faz parte do balanço de pagamento, onde, se registra de forma sistemática todas as transações econômicas, durante um dado período de tempo entre os seus residentes e os residentes do resto do mundo. Todos os registros no balanço de pagamentos são efetuados em dólares norte-americanos.

Essas transações econômicas internacionais serão trocas de valores envolvendo a transferências de bens e serviços, moeda e outros ativos de um país para outro país. Essas transações podem ocorrer entre residentes e não residentes, são pessoas físicas ou jurídicas que tenham esse país como seu centro de interesse econômico.

A balança comercial está localizada na conta transações correntes, nessa estruturação quem tem como metodologia a do (FMI) Fundo Monetário Internacional, será encontrada a estrutura balança comercial com os seus principais grupos as exportações e logo abaixo as importações.

A balança comercial de um país expressa o quanto é a sua relação comercial com o restante do mundo e segundo Ferreira, Silva e Araújo (2006, p. 123), “a administração da política econômica do país exige constante acompanhamento e avaliação da sua balança comercial. Assim, torna-se necessário avaliar os fatores que determinam seu desempenho”. Através dela é possível observar como e de qual forma esse país está inserido no comércio internacional, sua relação comercial.

Se o mesmo está inserido em algum bloco econômico através de acordos de comercialização e utilizando de instrumento para a proteção de suas empresas nacionais como barreiras tarifárias a produtos importados. O Brasil se destaca por ter em sua pauta de produtos exportados as *commodities* artigos de baixo valor

agregado que não sofrem processos de alteração são poucos diferenciados como, por exemplo, frutas, legumes, cereais ou matérias primas como o mineiro de ferro.

São produtos que tem seu preço formado pelo comércio internacional devido as suas circunstâncias de mercado como a oferta e a demanda do mesmo e, segundo Ferreira, Silva e Araújo (2006, p 124), “o papel do setor agrícola neste processo é considerável, como motor do crescimento da economia Brasileira”, esse setor gera toda uma cadeia o chamado *agribusiness*.

A agricultura representa, atualmente, cerca de 10% do PIB total. No entanto, quando se considera o complexo agroindustrial, no qual também são incluídos os fornecedores de bens (insumos modernos e transformadores e bens de capital) e serviços para a agricultura, os processadores e transformadores de matéria-prima (na agroindústria) e, por fim, os distribuidores envolvidos no fluxo e no *marketing* de produtos até o consumidor final, a contribuição final[...]a geração de riqueza no país torna-se muito maior, ultrapassando 30% do PIB.( FERREIRA; SILVA; ARAÚJO 2006, p 124).

A agricultura brasileira se destaca pela sua grande capacidade tecnológica, isso acaba se tornado um diferencial o que acaba situando o Brasil na economia mundial de uma melhor forma. Outro grande fator que gerou impacto na balança comercial brasileira foi o processo de flexibilização cambial que ganhou maior impulso nos anos setenta com abertura e uma maior integração financeira dos mercados.

Essa maior liberdade dos capitais ocasionada nos países mais desenvolvidos, na década de 1970 e 1980. Foi na década 1990 ganhando espaço cada vez maior nos países emergentes como o Brasil segundo Ferreira, Silva e Araújo (2006, p 124) “com o câmbio flexível, a liberdade do movimento de capitais diminui o espaço para políticas irresponsáveis” o avanço e a ampliação do comércio e o papel cada vez maior das multinacionais e transnacionais, com o avanço da tecnologia da informática e comunicações tornou a integração e a abertura de mercados inevitável.

Não houve grandes variações no saldo da balança comercial que foi positivo de 1981 a 1995; contudo, no período de 1995 a 2000, o saldo foi negativo. Já a partir de 2000, refletindo a mudança no regime cambial, o saldo da balança comercial apresentou incremento substancial. (FERREIRA; SILVA; ARAÚJO 2006, p. 124).

Com o encerramento das bandas cambiais ocasionando no incremento do câmbio flutuante em 1999 fazendo com que a taxa flutuasse abaixo da taxa de

câmbio nominal, com a crise cambial de 1999, ocorreram pressões externas que ocasionou uma redução considerável das reservas cambiais brasileiras, implantou-se o regime de câmbio flutuante. Segundo Ferreira, Silva e Araújo (2006)

Nos países onde vigora o regime cambial flutuante e as cotações são determinadas pela relação entre procura e oferta, pode as vezes, um movimento de depreciação de moeda local, geralmente devido ao desequilíbrio no balanço de pagamentos. O equilíbrio pode ser restabelecido mediante, por exemplo, investimento direto de empresas estrangeiras no país e captação de empréstimos no exterior.

A balança comercial se tornou um dos importantes instrumentos para a análise do comércio e as relações que o Brasil tem em inclusão ao seu posicionamento no mundo, tendo como destaque o setor agrícola e toda a sua cadeia que ele engloba, chamando atenção para um setor que através da modernização conseguiu se destacar no PIB brasileiro através da sua participação nos saldos positivos da balança comercial

### **2.3.5 O comércio exterior do Século XX para o Século XXI**

O comércio internacional passou por grandes mudanças que foram acompanhadas pelos países e seus governos. Segundo Cesar e Sato (2012), onde grandes acordos foram os trilhos para que as relações comerciais entre os países acompanhadas e fiscalizada, quando o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi elaborado e assinado em 1947 apenas 7% de toda a produção mundial registrada era exportada, passando em 2001 onde são iniciadas Rodada de Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC) mais de um quarto de toda produção mundial era exportada. Os autores continuam a analisar o período e demonstram que,

Entre 1947 e 2001, o volume de comércio tornou-se aproximadamente 22 vezes maior, englobando serviços além de commodities e produtos manufaturados. Paralelamente ao grande aumento nos fluxos comerciais nas últimas décadas, observou-se gradual fragmentação e dispersão da produção industrial, gerando novas dinâmicas de trocas internacionais intra e entre empresas (CESAR; SATO, 2012. p.174).

Os fluxos de comércio ao longo do século XX sofreram um enorme crescimento onde os quadros dos acordos das grandes nações eram os bilaterais com cláusulas de condicionamentos e limitantes onde as nações mais favorecidas

demonstravam sua hegemonia, a reviravolta ocorre após a rodada do GATT onde a uma mudança nos acordos, entra em cena o multilateralismo, regidos pelas novas regras, ocorre o surgimento de novas zonas de comércio podem ser observados através de sistemas de integração entre as nações

Esses arranjos econômicos, sancionados ou não pelo sistema multilateral de comércio regido pelo GATT, começaram a ser feitos, em certa medida, para contornar obstáculos não-tarifários que passaram a ser erigidos à medida que as rodadas de negociações multilaterais do GATT foram reduzidas, a níveis geralmente insignificantes, as tarifas aplicadas a bens industriais pelos países mais avançados (ALMEIDA, 2001, p.121).

No total, foram oito rodadas de negociações, em Genebra (1947), Annecy (1949), Torquay (1951), Genebra (1956), a chamada rodada Dillon (1960-61), a Rodada Kennedy (1964-67), a Rodada Tóquio (1973-1979) e finalmente a Rodada Uruguai (1986-1994). Oliveira (2007, p.230-231) traz uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio:

Após a primeira negociações em Genebra, em 1947, na qual foram negociados 45 mil concessões tarifárias, sobre um valor total de comércio de US\$ 10 bilhões [...] Annecy, em 1949, a segunda Rodada de Negociações do GATT [...] apenas treze países participaram e 5 mil concessões tarifárias foram intercambiadas. Entre setembro de 1950 e abril de 1951 [...] Rodada Torquay, na qual a morte da OIC foi confirmada e 8700 concessões tarifárias foram negociadas, sendo os direitos aduaneiros reduzidos em 25% de seu nível nominal de 1948 em média. A quarta Rodada de negociações comerciais multilaterais ocorreu em Genebra, em 1956, envolvendo dessa vez 26 países, que fizeram concessões tarifárias sobre um valor de comércio de US\$ 2,5 bilhões. (OLIVEIRA, 2007, p 230-231).

O GATT tinha como seu principal foco a redução das barreiras tarifárias principalmente nos produtos industrializados, isso ocorreu até a Rodada Uruguai, onde temas pendentes novos e antigos entraram nas pautas de reunião, como produtos agrícolas os têxteis e os de serviços, e um descontentamento devido ao insucesso dos métodos de negociações bilateralista devido ao aumento do sistema, e automaticamente sua complexidade, ocasionando uma redução do ritmo de liberalização tarifária em comparação com as outras rodadas (OLIVEIRA, 2007). Segundo Cunha (2015, p. 148),

As negociações durante as Rodada Uruguai se dividiram em duas tarefas: a elaboração de um acordo geral com princípios e regras para disciplinar o comércio de serviços e o estabelecimento de compromissos de liberalização específicos para os diversos subsetores de serviços.



As décadas que antecederam a Rodada Uruguai foram decisivas para as grandes mudanças nas relações comerciais e políticas, pois, segundo oliveira (2007, p. 237), a década de 1970 será responsável por grandes mudanças:

A década de 1970 foi marcada por mudanças substanciais na ordem econômica internacional. O sistema de Bretton Woods, construído no imediato pós-guerra, apresentava fragilidades que acarretaram o seu fim, ou pelo menos transformações importantes na forma de gerencia global das relações monetárias e financeiras entre as nações. O fim do padrão, dólar-ouro, em 1971, e conseqüente fim do câmbio fixo, em 1973, acabaram por trazer à tona novos desafios ao sistema internacional, tendo em vista que a configuração monetária que deu o capitalismo mundial condições relativamente estáveis de crescimento, entre as décadas de 1950 e 1970, não mais existia.

Com o surgimento de novas economias e a forte elevação da economia japonesa e da Europa Ocidental acabariam se tornando uma contestação da hegemonia do Estados Unidos, no campo econômico e tecnológico, isso levou a política externa norte americana mudar suas estratégias no GATT, passando a agir no âmbito bilateral e simultaneamente no multilateral (OLIVEIRA, 2007).

O que foi percebido no GATT foi uma prática do poder político e comercial que as grandes economias como os Estados Unidos, exerciam sobre os países que buscavam nas rodadas de negociações regras claras para o desenvolvimento do comércio internacional mais justo, pois se observou que

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento — UNCTAD — tentou consagrar, nos anos 60 e 70, formas mais avançadas de relacionamento comercial, financeiro e tecnológico entre países ricos e pobres que pudessem institucionalizar, por meio de acordos multilaterais, o princípio do tratamento diferencial e mais favorável em favor dos últimos, mas os primeiros sempre manifestaram preferência por arranjos mais flexíveis, caracterizados pela concessionalidade unilateral e seletiva (inclusive do ponto de vista político). (ALMEIDA, 2001, p 122).

O autor continua demonstrando que:

Práticas discriminatórias e modalidades pouco transparentes de acesso a mercados continuam, portanto, a marcar o comércio internacional, a despeito do grande progresso que se logrou quando, a partir do final da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais, se passou, em 1995, do regime mais *permissivo* do GATT – 1947 para os mecanismos mais estritos do GATT – 1994 e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (ALMEIDA, 2001, p 122).

A Rodada Uruguai foi o grande impulso para uma abertura maior e mais clara das regras, dando aos países em desenvolvimento maior visibilidade e poder de negociação, mesmo que esse fosse de certa forma restringida ainda pelas

grandes potências, e traria mecanismos modernos e temas como agricultura entrariam nas negociações Oliveira (2007). Pois foi na rodada Uruguai que

Um fato importante que vem a acontecer na Rodada Uruguai é a ideia do *single undertaking* nas negociações do comércio de bens, na qual o país ou aceitaria todos os dispositivos negociados ou nada. Esse aspecto traz uma diferença substancial da Rodada Uruguai em relação às rodadas anteriores, tendo em vista que nelas era possível que um país aceitasse determinados acordos em certas áreas e refutasse outros que não lhe parecessem benéficos. (OLIVEIRA, 2007, p. 248).

Depois de vários anos de negociações, foi concluído em dezembro de 1993, em Genebra, a Rodada de negociações deixando em abertos alguns temas, mas foi dado um grande salto:

Em abril de 1994, os representantes das *partes contratantes* do GATT assinam a Ata Final da Rodada Uruguai, em Marraqueche. Provavelmente, a principal novidade trazida pela Ata foi a criação, em bases concretas, da Organização Mundial do Comércio (OMC), primeira instituição, de fato, responsável pelo trato das questões relativas ao comércio internacional. (OLIVEIRA, 2007, p 251).

Os resultados finais foram satisfatórios, pois os acordos que foram iniciados no GATT não deixaram de existir e nem foi substituído pela a OMC segundo Lampreia (1995, p. 247) demonstra que:

O conjunto de textos de instrumentos legais negociados desde o lançamento da Rodada, em setembro de 1986, apresenta-se na Ata Final sob a forma de anexos ao Acordo que cria a Organização Mundial de Comércio (WTO), que não fora prevista em Punta del Este, mas cuja constituição foi julgada necessária para fins de abrigar, dentro de uma única moldura institucional: o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, tal como modificado pela Rodada Uruguai (Gatt); todos os Acordos e arranjos concluídos desde 1947 sob os auspícios do mesmo Gatt; e os resultados completos da recém-concluída Rodada Acordo Geral passa a ser denominado *Gatt 1994*.

Com o fechamento da Rodada do Uruguai termina com a criação de um novo órgão que mantinha os demais acordos estabelecidos nos últimos 40 anos através do GATT 1994, ganham um novo complemento mais moderno de identidade onde os pacotes de acordos multilaterais relativos ao comércio são mantidos, mas pode se observar a entrada de novos temas.

Além do Gatt'94, o pacote de acordos multilaterais relativos ao comércio de bens inclui ainda doze textos, cobrindo os seguintes temas: agricultura; aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias; têxteis e confecções; barreiras técnicas ao comércio; mediadas de investimentos relacionados ao comércio [...] inspeção de pré-embarque; regras de origem; procedimentos reativos a licença de importação; subsídios e mediadas compensatórias; e salvaguardas (LAMPREIA, 1995, p 247).

A década de 1990 marca o cenário do comércio internacional, com um fluxo comercial crescendo em uma taxa média de 7% em valor um crescimento muito superior se comparados a taxa média de crescimento do produto industrial mundial que atingiu 3% no mesmo período (THORSTENSEN,1998). Dentro desse cenário ganha destaque a organização mundial de comercio (OMC).

Dentro do contexto internacional, a OMC, criada em janeiro de 1995, é a coluna mestra do novo sistema internacional do comércio. A OMC engloba o GATT, O Acordo Geral de Tarifas e de Comércio, concluído em 1947, os resultados das sete negociações multilaterais de liberalização de comércio realizada desde então, e todos os acordos negociados na Rodada Uruguai, concluída em 1994 (THORSTENSEN, 1998, p.30).

Com os objetivos bem definidos juntamente com as suas funções, o Sistema Multilateral de Comércio se consolidou através da OMC, ganhando membros, chegando as 132 participantes com mais 30 em processo de integração, com 4 conselhos e 35 comitês (THORSTENSEN, 1998). A autora continua demonstrando seus objetivos:

Os objetivos da OMC/GATT, ao longo das cinco décadas da sua história, sempre enfatizaram a liberalização do comércio através do estabelecimento e aplicação de regras para a remoção de barreiras nas fronteiras. No entanto, tais objetivos vêm sendo questionado diante do novo contexto mundial. Atualmente, as políticas nacionais estão sendo cada vez mais influenciadas pelos acontecimentos internacionais, as empresas transnacionais, estão desempenhando papel cada vez mais importante no comércio, e a estratégia da globalização está, agora, ditando as regras de investimentos e de avanços tecnológicos (THORSTENSEN, 1998, p.31).

Oliveira traz outra descrição para esse importante órgão e sua representação no comércio internacional, nas relações internacionais e nos acordos.

Entre as funções capitais da OMC está a de ser o organismo administrador tanto de acordos multilaterais, como GATT 94, GATS, TRIPS, quando dos plurilaterais, relacionados ao comercio de aeronaves civis, compras governamentais, comércio e produtos lácteos e de carne bovina. Ademais, a Organização serve como um fórum permanente para negociações multilaterais internacionais e também como organismo imbuído de capacidade jurídica para a resolução de desavenças comerciais entre seus membros, por meio do Órgão de Solução de Controvérsias (OLIVEIRA, 2007, p.256-257).

Uma nova abordagem diante das novas necessidades que o comércio internacional passava na década de noventa foi necessária, os métodos de produção estavam sendo constantemente modificadas devido a globalização que a economia atingiu, estratégias de investimento e comércio são atividades que completavam o intuito de atingir o mercado externo, antes isso era apenas uma

complementariedade no que apenas era tratados as relações internacionais, apenas o estado comandava as negociações e trazia os acordos, agora as empresas trazem à tona uma nova política de negociações estratégicas do estado e das organizações se confundiam (THORSTENSEN, 1998).

Na primeira reunião ministerial da OMC, realizada em Cingapura no ano de 1996, entra em vigor novos temas o comércio e investimento e comércio e competição as transparências nas compras governamentais juntamente com uma maior facilitação, entretanto foi sofrido uma grande oposição principalmente das nações em desenvolvimento como o Brasil, pois ainda se arrastavam muitos problemas que não foram resolvidos na Rodada Uruguai, setores que eram estratégicos para essas nações, entre eles o setores agrícola e têxtil (OLIVEIRA, 2007).

Já em Seattle, os países membros da OMC já preparavam o caminho para a chamada Rodada do Milênio, mas diversos fatores tornaram essa rodada de negociação em um fracasso devido à falta de interesse político e principalmente um consenso entre os atores internacionais mais poderosos ganhando destaque os Estados Unidos. Eles tentavam avançar nas aberturas de setores chave para eles como o de serviços, isso tinha como propósito a melhoria das suas contas externas do país sendo iniciado desde da década de 1980, já o Japão e União Europeia queriam ampliar ainda mais o tema para a área de investimento e concorrência temas que tinham mais conveniência para eles naquele momento (OLIVEIRA, 2007).

O processo de globalização resultou em uma especialização internacional e chamando a atenção na interpretação que as economias nacionais tem nesse tema com um grande aprofundamento, os interesses econômicos das nações se moldam na forma que política econômica interna se confunde com políticas econômica externa, demonstrado por Thorstensen (1998, p.31) essa ideia fica clara:

No contexto da globalização, a identidade nacional dos produtos e das empresas que os fornecem fica cada vez mais difícil de ser identificada. Como consequência, as novas regras para o comércio internacional devem focar o impacto de todas as políticas econômicas sobre o funcionamento dos mercados globais, sujeitas às exigências econômicas de melhor eficiência, e sujeitas às exigências políticas de tratamento justo por parte dos governos aos interesses de outros países.

Dentro da ideia da globalização todo o processo sofreu uma grande e profunda modificação, tendo como objetivos a promoção da eficiência e crescimento

econômico juntamente com uma liberalização comércio internacional. Entra em cena novas políticas e instrumentos que permitirão uma maior competição das empresas internacionais (THORSTENSEN, 1998). Diante desse cenário que o comércio internacional passava, uma nova Rodada de negociações acontecia

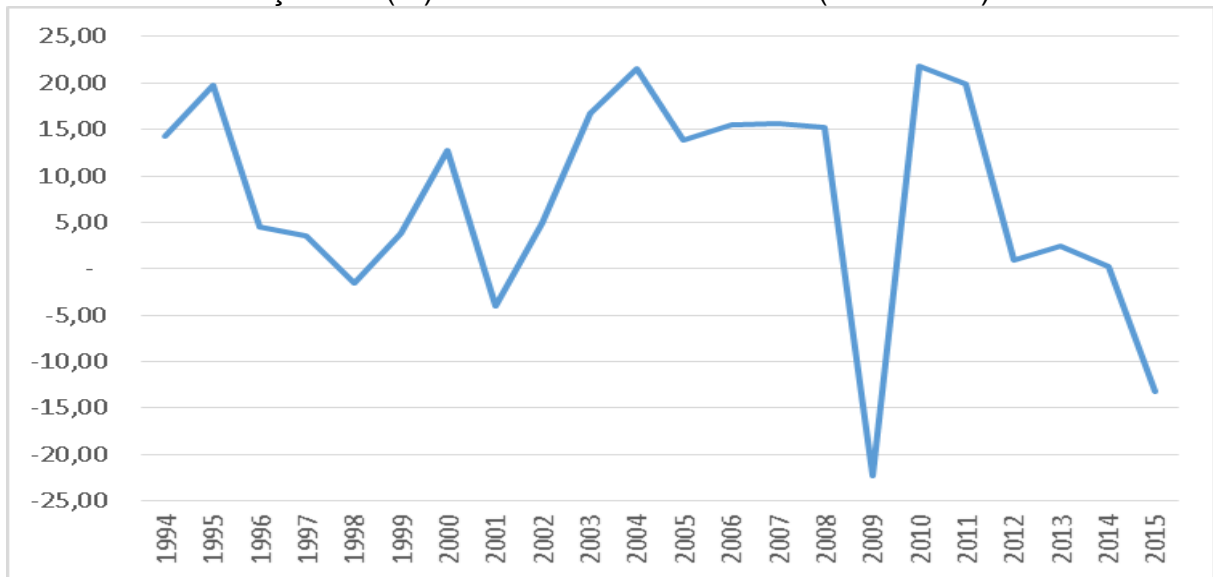
Tentando conciliar os interesses de países em desenvolvimento (Grupo de Cairns, entre outros) com aqueles dos países desenvolvidos (EUA, os da EU e Japão), ocorre em Doha, no Catar, a quarta reunião Ministerial da OMC [...] economia mundial não andava muito bem, existindo grande incerteza do seu desempenho futuro [...] o mundo pressionava pela emissão de sinais positivos pela OMC, tendo em vista que um novo fracasso nas negociações em Doha poderia trazer mais trevas ao cenário mundial, já bastante negativo ( OLIVEIRA, 2007, p 260).

Surgiu diante desse contexto uma discussão de um novo papel da OMC que ela deveria desempenhar, uma nova postura deve ser tomada para o comércio internacional, antes uma abordagem de simples liberalização de fronteiras e regulamentação nas tarifas alfandegárias, passando a exercer um papel mais contundente fortalecendo o pilar central da organização buscando conciliar novos temas e superando novos desafios que o comércio internacional impôs juntamente com a globalização comercial.

A economia internacional passou por mudanças fazendo surgir um novo contexto nas relações de comércio mundial e na sua composição, a forma de participar do comércio internacional se tornou mais amplas, contudo veio nesse conjunto uma herança de grandes complexidades onde o estado e os interesses privados de grandes companhias internacionais se encontram (OLIVEIRA, 2015).

O crescimento do comércio internacional de 1994 a 2000 a taxa ficou em média 3,6%, dos anos 2000 a 2005 apresentou uma taxa de 11,42% decaindo entre os anos 2005 a 2010 com um resultado 6,26%, entre os anos 2010 a 2015 demonstra uma queda acentuada chegando a -1,45% (UNCTAD, 2017). Gráfico 1 a seguir demonstra claramente essas variações.

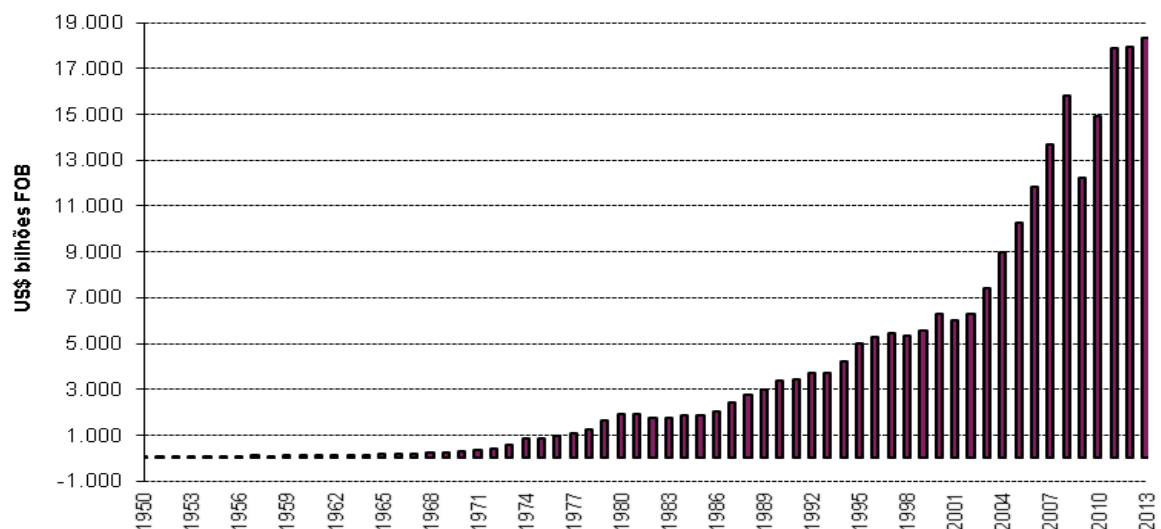
Gráfico 1 – Evolução em (%) do comércio internacional (1994-2015)



Fonte: UNCTAD (1994-2015).

Essa evolução acarretou crescimento nas exportações mundiais a partir da década de 70 se mantendo constante até os anos 2000, onde ocorre uma grande elevação até 2007. Gráfico 2 a seguir traz o crescimento.

Gráfico 2 - Evolução das Exportações Mundiais - 1950 a 2013

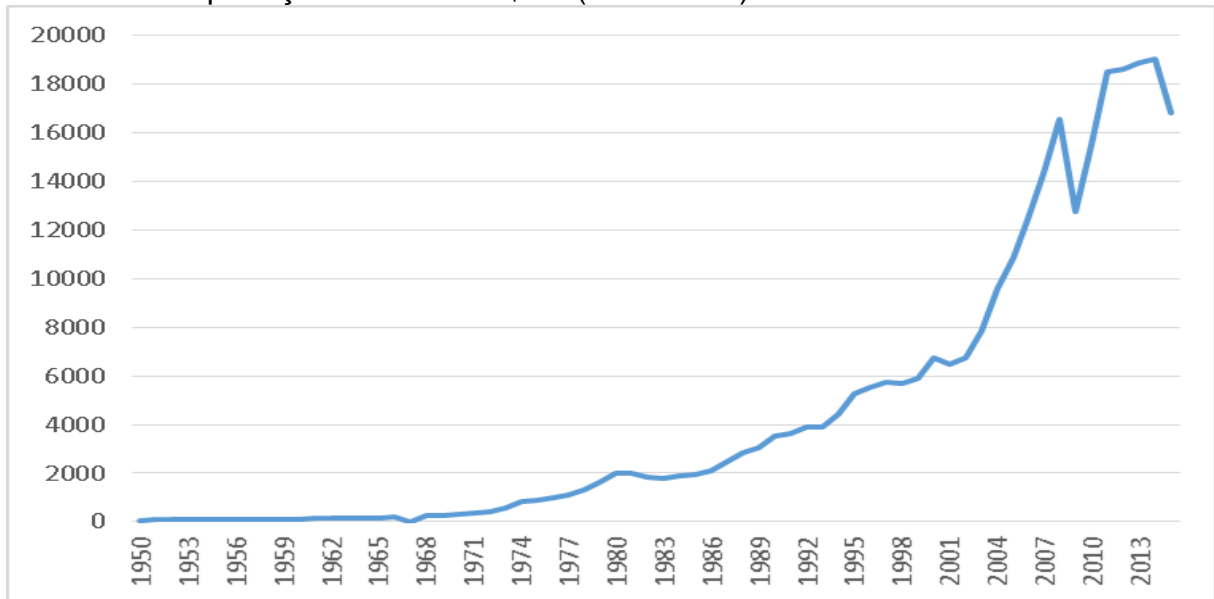


Fonte: MDIC (1950-2013).

As importações mundiais também tiveram grande participação, com a

abertura comercial praticada pelas economias criando um grande fluxo de comércio internacional como pode ser observado no Gráfico 3 a seguir, onde são demonstradas as importações mundiais totais de 1950-2013. Pode ser observado um incremento das importações mundiais a partir da década de 1970, ocorrendo um grande salto a partir de da década de 2000.

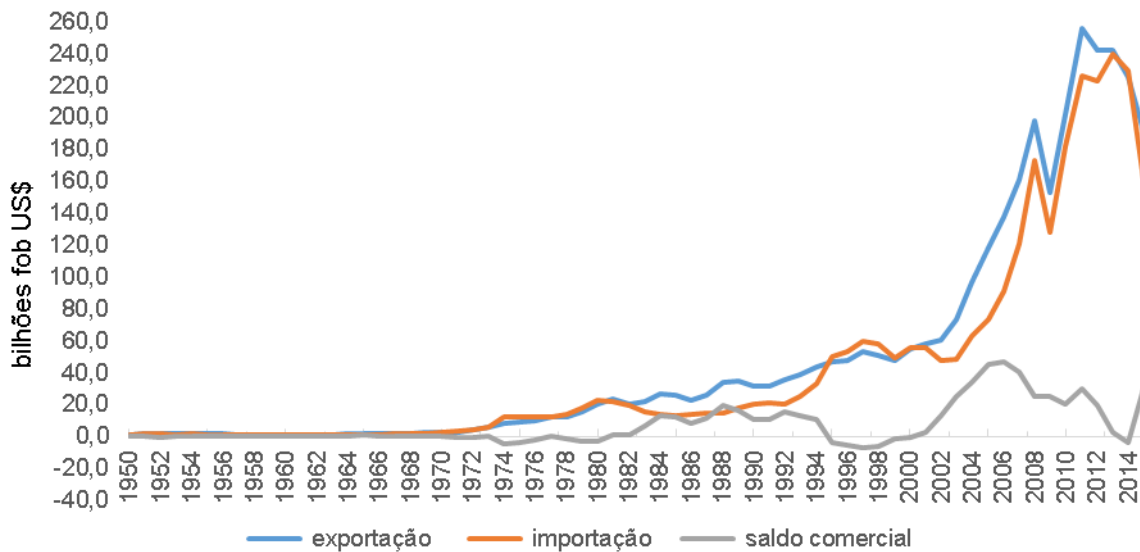
Gráfico 3 – Importação mundial US\$ bi. (1950-2013)



Fonte: Elaborado com base nos dados de MDIC (1950-2013).

O Brasil acompanhou o crescimento do comércio internacional atingido taxas de crescimento comercial acompanhando o restante do mundo. Como visto acima a década de 2000 representou uma grande evolução nas exportações e importações mundiais onde expressivas taxas de crescimentos foram alcançadas, a ao analisar a balança comercial brasileira é observado um aumento nas exportações e nas importações na década de 2000. Gráfico 4 a seguir fica claro esse grande aumento.

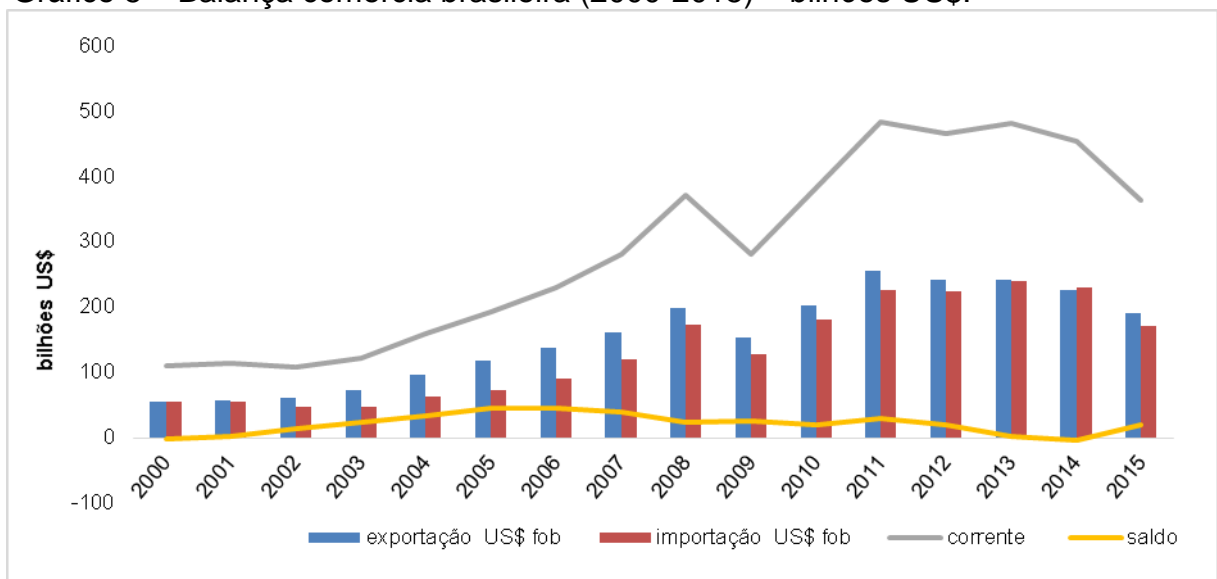
Gráfico 4 - Balança Comercial Brasileira – (1950 -2014) US\$ bilhões FOB



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC (1950-2013)

Analisando os últimos 15 anos da balança comercial brasileira, fica claro que do ano de 2000 a 2002 as exportações e importações mantiveram um patamar constante, a mudança ocorre no de 2004 onde um aumento nas exportações e no saldo comercial chegando no ano de 2011 a US\$ 256 bilhões. Gráfico 5 a seguir demonstra essa evolução.

Gráfico 5 – Balança comercial brasileira (2000-2015) – bilhões US\$.



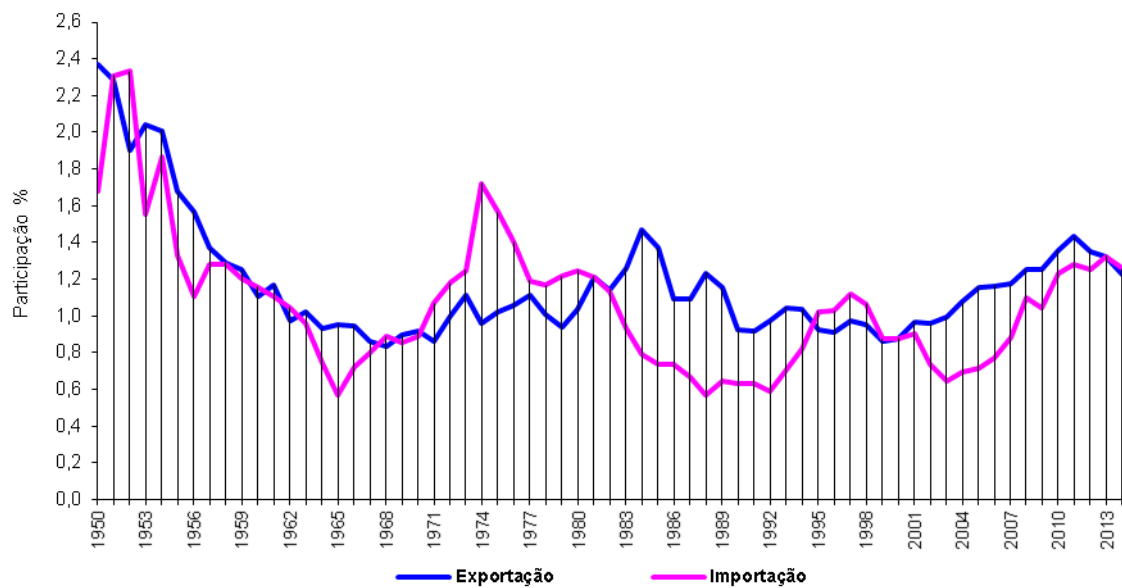
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC (2000-2017)

Quando avaliamos o quanto o Brasil participa nas relações comerciais no mundo, a uma queda representativa. Nos anos 1950 o país participava com 2,4% de



tudo que era exportado no mundo e importava 1,6%, uma queda acentuada nas décadas de 1960 recuperando um patamar mais elevado na de 1970. Nos anos 1990 as exportações representavam abaixo de 1% sendo ultrapassadas pelas importações, a década de 2000 é observado uma recuperação das exportações chegando a 1,4% do total mundial. Gráfico 6 a seguir demonstra a participação do Brasil no mundo.

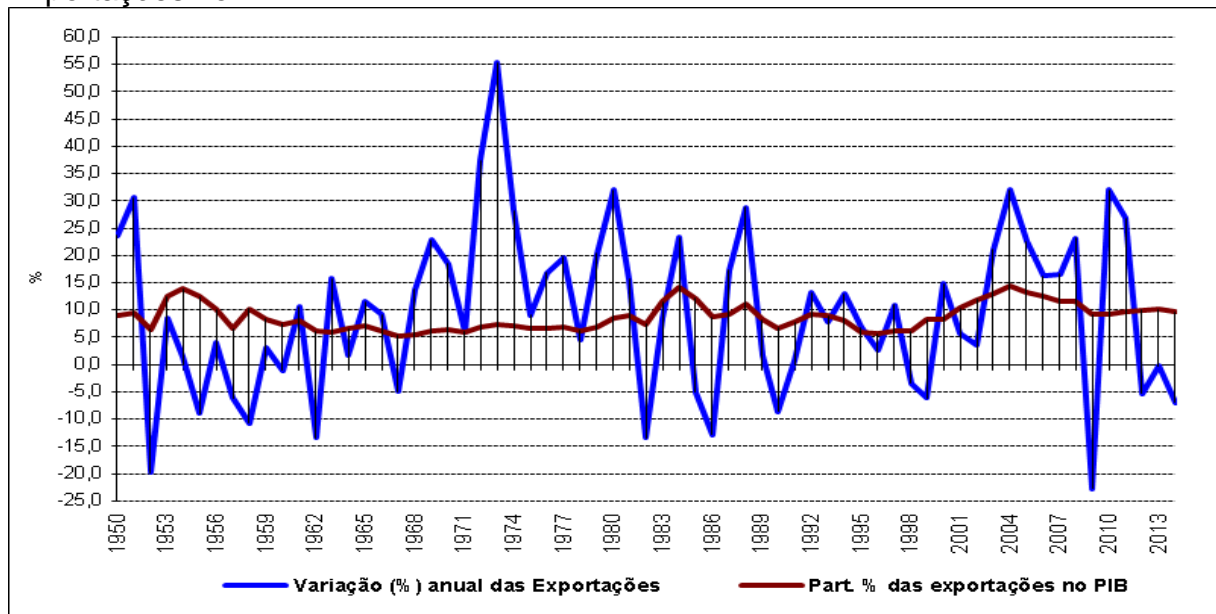
Gráfico 6- Participação % do Brasil nas exportações e importações mundiais (1950-2013)



Fonte: MDIC (1950-2013)

A participação das exportações no PIB sempre se manteve em um padrão, chegando a representar 15% no máximo, contudo as exportações sempre obtiveram uma grande variação tanto no seu crescimento onde a década de 1970 houve um grande pico, repetindo na década de 2000 como observado a seguir.

Gráfico 7 - Variação (%) anual das Exportações brasileiras e Participação (%) das Exportações no PIB



Fonte: MDIC (1950-2013)

Mesmo com a intensa evolução comercial que o mundo passou no último século XIX, obtendo uma nova dinâmica no início do século XX, não foi o bastante para que todas as nações alcançassem a reciprocidade esperada do comércio internacional como o desenvolvimento econômico igualitário para todas, o que acabou acontecendo foi um aumento das barreiras dos países desenvolvidos sobre os mais pobres demonstrando de forma mais acentuada a divisão que o mundo é descrito nos dias de hoje (SARQUIS, 2011).

### 2.3.6 O comércio internacional de *commodities* agrícolas

Com a abertura econômica a partir da década de 1990 o setor que mais ganhou destaque o agronegócio, com a competição do mercado internacional tendo sido como um dos determinantes para que esse setor ganhe uma grande visibilidade em relação à tecnologia e produtividade crescente nas últimas décadas (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Historicamente a agricultura sempre teve uma contribuição importante para as relações internacionais e na própria economia mundial sendo evidenciado principalmente depois da segunda guerra mundial, onde esse processo de expansão

agrícola foi impulsionado por países como os Estados Unidos o que acabou criando todo uma cadeia não apenas de cultura, mas todo uma indústria responsável desde insumos a maquinas pesadas (MENDONÇA, 2015). Foi a partir do século XIX que serão sentidas as principais mudanças, segundo Mendonça (2015, p. 379):

Durante o século XIX, foram introduzidas tecnologias mecânicas para aumentar a produtividade do trabalho na agricultura. No século XX, as principais mudanças ocorreram em relação a técnicas biológicas e químicas, introduzidas na agricultura principalmente a partir de 1930. Este processo de mudança nos padrões de produção, com a utilização de insumos industriais na agricultura, é intensificado principalmente na década de 1950 com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando há um aumento da demanda por alimentos e fibras.

Em 1990 mais da metade da produção de grãos dos Estados Unidos seria destinada para o mercado internacional, chegando em 1992 a US\$ 42 bilhões do total exportado, essa expansão decorreu principalmente de medidas protecionistas que o próprio Estados Unidos praticava garantindo assim medidas que controlavam o mercado interno mantendo ele fortalecido, mas principalmente garantido os preços para seus agricultores. Outro fator importante foi a própria padronização dos alimentos industrializados o que resultou e uma expansão mais acelerada do modelo de agronegócio para demais partes do mundo (MENDONÇA, 2015).

Nos anos 2000 um crescimento significativo do comércio mundial influenciado pelo crescimento das economias emergentes como a China fazendo com que um aumento pela demanda e commodities alimentícias ocasionando uma inflação nos preços das mesmas, episódio chamado de *boom das commodities*. (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

O aumento do preço das commodities agrícolas ocasionado na década de 2000 revelou como o agronegócio se tornou um setor com representação expressiva tanto para as economias que exportam quanto para aquelas que fazem parte da cadeia de valor, pois a distribuição de renda é muito significativa. Pois o índice de preços de alimentos subiu entre os anos de 2010 e 2011 cerca de 15% (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). Os autores ainda demonstram que

Primeiramente, a expansão do crescimento econômico da China, da Índia e do Brasil trouxe a inclusão de novos consumidores no mercados mundial, o que estimulou o consumo (inclusive de alimentos). Assim aumentou-se a composição por recursos escassos (petróleo e terras agricultáveis), elevando o custo das matérias primas. [...] como a moderna agricultura é intensiva em energia, o preço do petróleo impactou diretamente os custos agrícolas (VIEIRA FILHO; FISHLOW 2017, p. 155).

Como no ano de 2003, os Estados Unidos invadiram o Iraque a oferta de petróleo reduziu ocasionando uma alta no barril. Os países desenvolvidos praticavam grandes subsídios agrícolas desestimulando o crescimento de países com real vantagem produtiva como o Brasil e a Argentina (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). Os produtos agrícolas sofrem grande proteção através de subsídios pelos países desenvolvidos apesar de já estarem sofrendo uma redução desde a Roda do Uruguai que posteriormente se transformou em OMC (GURGEL, 2006).

O Brasil vem nos últimos anos desempenhando um papel que é de se discutir as reduções da proteção que países desenvolvidos impõem em seus produtos como forma de proteção acentuando ainda mais a desigualdade, como destacou (GURGEL 2006, p. 134):

O Brasil tem papel fundamental nas discussões sobre mercado agropecuário da Roda do Milênio. O dinamismo do Brasil nos setores do agronegócio justifica tal atitude, uma vez que país tem apresentado um ritmo e crescimento expressivo na produção e exportação de importantes *commodities* agropecuárias e é atualmente um dos maiores exportadores mundiais de diversos produtos como soja e derivados, açúcar, carnes, suco de laranja, café, milho e algodão. Dessa forma, o Brasil é um dos países mais interessados na discussão e efetivação de acordos multilaterais que possam reduzir as distorções comerciais em produtos do agronegócio.

Com uma redução significativa das tarifas, significaria para o Brasil uma penetração ainda maior nos mercados mundiais e em novos mercados e ganhos em competitividade do setor do agronegócio, além disso, uma redução considerável dos preços das *commodities* atingido toda uma cadeia produtiva que se beneficiaria ao redor do mundo (GURGEL, 2006). No contexto atual onde o mundo se recupera de crise internacional e novos temas surgem e ganham forças como o ambiental e uma mudança nos sistemas agrícolas onde o fortalecimento regional dos mercados locais, e nas relações internacionais temas como protecionismo se contrapõem em uma parte que busca cada vez mais o comércio mundial (MENDONÇA, 2015).

#### 2.4 A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO DE COMMODITIES AGRÍCOLAS NO PERÍODO DE 1997 A 2015

No Brasil a complexidade histórica entre o crescimento econômico e a sua relação com o comércio exterior fez com que sua própria relação com políticas de desenvolvimento industrial baseada em uma política de substituição de importações,

onde uma limitação da abertura comercial brasileira baseada em uma relação unilateral, assolados por crises cambiais e financeiras em diversos períodos passando pelo milagre econômico até a completa estagnação econômica assolada por um grave processo inflacionário sendo rompido na década de noventa pela intensa abertura comercial em busca de uma estabilização econômica e crescimento sustentado (SARQUIS, 2011).

Como um dos membros fundador do GATT, em 1947, sempre buscou em suas negociações a bandeira do multilateralismo, assumindo uma postura de líder regional reconhecido pelas economias mais desenvolvidas, atuante sempre a favor de seus vizinhos via colaboração buscou reduzir as barreiras comerciais e protecionistas buscando um comércio e seu desenvolvimento mais justo e igualitário respeitando as condições econômicas de seus parceiros (OLIVEIRA, 2012). O Brasil não tinha logrado muito êxitos no comércio internacional e veio perdendo participação no comércio internacional nos últimos cinquenta anos, ocasionou assim uma situação de declínio do país em relação ao mundo em relações nas exportações, contudo no PIB brasileiro as exportações tiveram um crescimento passando de 8% para 16% nos últimos 50 anos (SARQUIS, 2011). O autor continua descrevendo qual foi a orientação do país nesses últimos cinquenta anos:

Em linha com o processo de forte industrialização, o Brasil diversificou consideravelmente a pauta de exportações. Boa parte deste processo foi empreendida nos anos setenta e completada ao longo dos anos oitenta. Consolidou-se nessas décadas uma reorientação da especialização exportadora do Brasil de produtos básicos para produtos cada vez mais processos industrialmente[...] Os produtos industriais que se responsabilizavam por cerca de 20% das exportações de bens do Brasil, ainda em meados da década de sessenta, passaram a representar mais de 60% destas em meados da década de oitenta [...] incrementado ao longo da década de noventa [...] chegaram a equivaler mais de 80% das exportações (SARQUIS, 2011, p. 99-100).

Um setor ganhou destaque nas últimas décadas por estar presente em grande volume na balança comercial brasileira e na participação do mercado internacional com o emprego de tecnologia, aumento de produtividade e qualidade, o agronegócio ganhou o destaque no cenário internacional como sendo um dos mais dinâmicos da economia brasileira, se tornando reconhecido mundialmente pela sua capacidade produtiva e exportadora (MARANHÃO; FILHO, 2016). Esse reconhecimento foi alcançado depois da chamada revolução verde, onde um grande

esforço de pesquisa e desenvolvimento o que originou uma nova realidade para o setor assumindo assim o destaque para o desenvolvimento brasileiro

Portanto, o agronegócio passou por muitas reformas e mudanças no final dos anos 1980 e 1990. Muitos acreditam que com estas mudanças poderia afetar a produção e obter uma queda nas exportações. Mas não foi o que aconteceu muito pelo contrário. Foi a partir destas “mudanças” que propiciou ao agronegócio um aumento na economia do país. O setor se confirmou ano após anos e as exportações atingiram recordes históricos. (ZILLI; VIEIRA; BENTO, 2016, p. 2).

O setor impacta diretamente na balança comercial brasileira nos últimos 25 anos representando aproximadamente cerca de 40% de tudo que é exportado para outros países confirmando ainda mais o sucesso que o setor conquistou no Brasil e no mundo evoluindo anos após anos (ZILLI; VIEIRA; BENTO 2016). Além de grande investimento em pesquisas, desenvolvimento, políticas econômicas, realizados pelos governos também contribuíram para o sucesso do setor.

Desde o plano real em 1994, como maior controle inflacionário, procurou-se a atenção das políticas públicas a dois componentes: o crescimento e a distribuição de renda [...] Na década de 1990, o grau de abertura da economia foi mais elevado, mais o período caracterizou-se por um momento pouco favorável às exportações. Na década subsequente, os reflexos da desvalorização cambial de 1999 e a recuperação da economia internacional após 2003 contribuíram para apontar o período conhecido como o “*bomm* das *commodities*” (MARANHÃO; FILHO, 2016, p. 2).

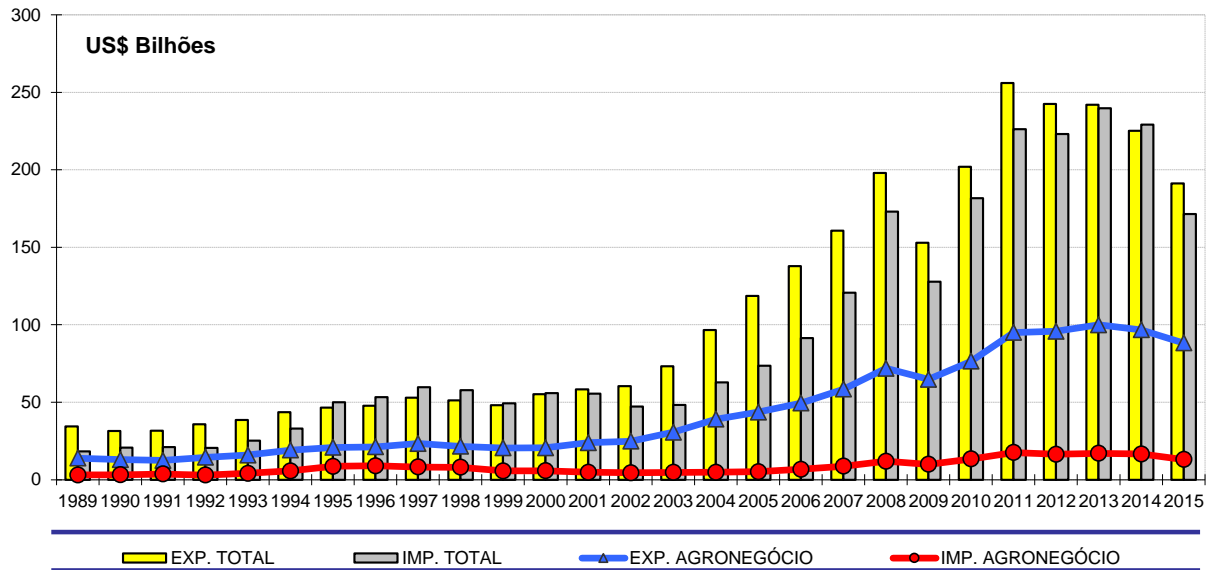
O aumento dos preços das commodities elevou mais ainda a importância do setor na economia brasileira que buscava o crescimento e o desenvolvimento econômico, nesse cenário o Brasil ganha destaque como amplo exportador de commodities agrícolas assumindo em 2007 a liderança mundial (WILKINSON, 2010). Outro fator para esse sucesso é quantidade e qualidade que país dispõe e terras férteis para mais diversas culturas

O Brasil tem uma área cultivável de 340 milhões de hectares, dos quais apenas 63 milhões são atualmente dedicados a cultivo, e 200 milhões de hectares em regime de pasto. Com base no cálculo algo em torno de 77 milhões de hectares de fronteira agrícola são disponíveis sem tocar a na floresta amazônica ou no pantanal. Além disso, avanços em produtividade vão liberar grandes áreas atualmente dedicada a pasto. (WILKINSON, 2010, p. 27-28).

Segundo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o setor agropecuário responde fortemente aos estímulos que lhe são postos, tornando grande representante na balança comercial brasileira. Observa-se a participação do agronegócio, uma evolução nas exportações no ano de 1994 representava cerca de 44,88% do total exportado, perdendo um pouco de participação no ano de 2000 no

patamar de 37,38%, em 2015 fecha com uma participação de 46,16%. Ao observar o Gráfico 8, no ano de 1989 as exportações do agronegócio totalizava cerca de US\$13,92 bilhões, no ano de 1995 US\$ 20,871 bilhões, no ano de 2015 US\$ 88,224 bilhões.

Gráfico 8 - Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio - 1989 a 2015 - (em US\$ bilhões)

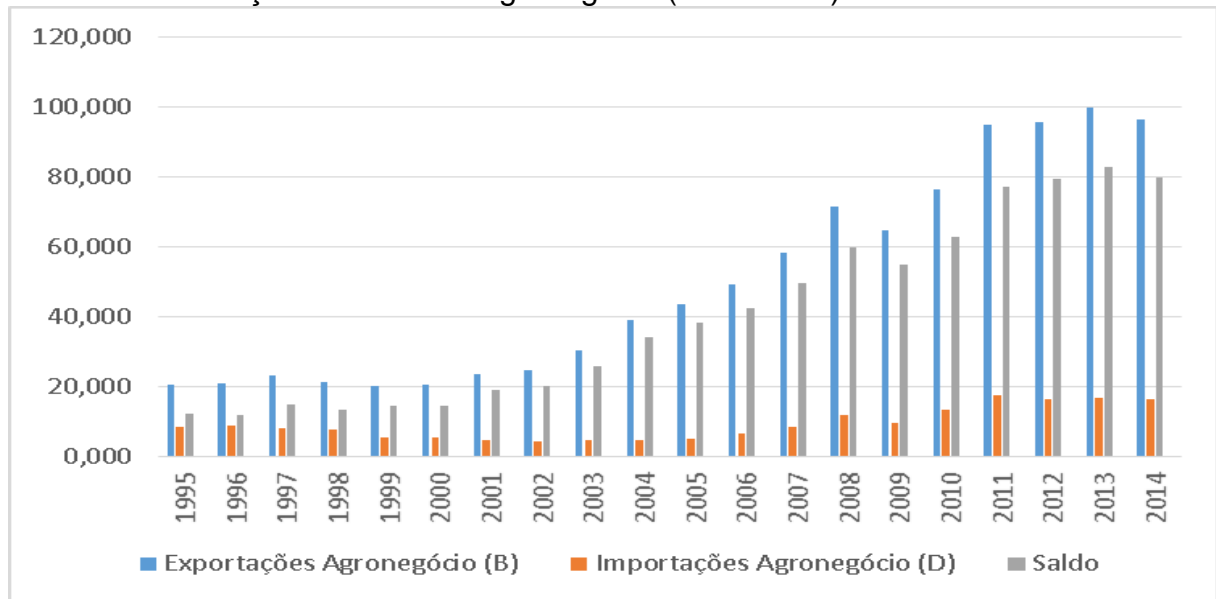


Fonte: Agrostat Brasil, a partir de dados da SECEX/MDIC

Elaboração: DAC/ SRI/ MAPA

O agronegócio brasileiro sempre manteve um saldo positivo, sendo um importante setor nas relações comerciais, de 1995 a 2014 manteve um saldo positivo em torno de US\$ 67 bilhões, destaca-se a partir dos anos mil, particularmente acontece um forte crescimento no ano de 2004 com um saldo de US\$ 34,200 bilhões atingindo uma marca de US\$ 82,907 bilhões no ano de 2013.

Gráfico 9 - Balança comercial do agronegócio (1995-2014)

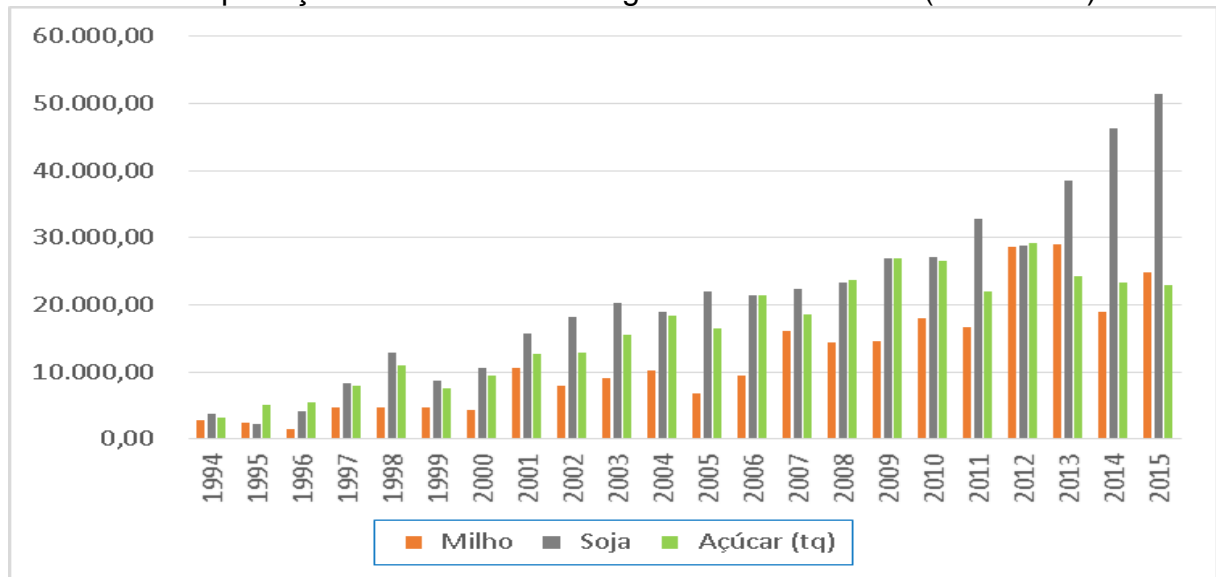


FONTE: CONAB (1995-2014).

O principal destaque para o agronegócio ocorre no início do século 21, onde a diversificação através das agroindústrias ocasiona um maior valor agregado dos produtos o gera um aumento no valor de suas exportações, diminui riscos de uma crise via queda de preços internacionais como os das commodities, mesmo assim ocorre uma concentração dos produtos na faixa de 70 a 80% (CONTINI, 2014).

O Gráfico 10 demonstra a exportações de três *commodities* soja, milho e açúcar, entre 1995 a 2015. O maior destaque fica para soja que em 1994 estava próxima em valores com milho e açúcar, tornou o principal produto em 2015, o açúcar seguiu sendo o segundo mais exportado e o milho vem em terceiro.



Gráfico 10 - Exportações de *commodities* agrícola selecionadas (1994-2015)

FONTE: OECD-FAO Agricultural Outlook 2016-2025 (1994-2015)

O setor agrícola brasileiro se destaca por manter uma participação com superávit e com uma participação do importante no PIB brasileiro, diversos fatores contribuem para esse sucesso como a própria quantidade disponível de terras férteis, tecnologia empregada através das políticas de pesquisa e desenvolvimento que contribuíram para aumento da produtividade de diversos setores (BARROS; SILVA, 2008).

### 3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste projeto seguiu uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, documental e contou com auxílio de bases de dados nacionais e internacionais. Os procedimentos de coletas de dados contaram com o auxílio de bases de domínio público, através das bases ALICEWEB, MDIC, MAPA, Banco Central, ITAMARATY, OECD, CONAB, FAOSTAT, AGROSTAT. O estudo traz uma pesquisa bibliográfica e documental, com uma análise quantitativa em relação aos dados coletados, o período analisado foi de 18 anos, começando no ano de 1997 e terminando no ano de 2015.

Para a melhor compreensão da pesquisa e dos dados apresentamos uma análise qualitativa, isso devido ao período ser extenso 18 anos e está sobre influência de acordos comerciais, mudanças no governo, e no regime de relações que o Brasil tem com o comercio internacional e se essas mudanças tiveram algum resultado ou não nesse período de 18 anos.

O Levantamento na base de dados foi efetuado através do Sistema Consular Integrado (SCI)<sup>2</sup>, essa ferramenta permite a consulta a três diferentes campos de buscas, atos bilaterais, atos multilaterais e todos os atos. No campo todos os atos, foram utilizadas três palavras chaves, agricultura, *commodity* e agronegócio. Na Tabela 1 estão os resultados em, frequência total, China e China %.

A categoria representa a palavra chave que é utilizada para a pesquisa, frequência total são todos os atos que está relacionada a categoria. Na Coluna China, são apresentados a quantidade total de atos vigentes entre Brasil e China, levando em consideração a categoria utilizada. A última coluna mostra qual é a representatividade em % dos atos vigentes entre Brasil e China, em relação a Frequência total.

Ao utilizar a categoria agricultura, a frequência de atos vigentes é de 697. Foi contabilizado 9 atos vigentes, entre Brasil e China, essa quantidade de ato representa 1,29% do total de atos vigentes. Ao utilizar a categoria commodity, a frequência apresentada e de 6 atos vigentes, entre Brasil e China, foi observado 1

---

<sup>2</sup> BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Sistema Consular Integrado. **Sistema Atos Internacionais**. Disponível em < <http://dai-mre.serpro.gov.br/> > Acesso em: 15 jun. 2017.

ato vigente, representando 16,66% do total de atos vigentes. A categoria agronegócio, apresenta uma frequência total de 22 atos vigentes, ao analisar os atos vigentes entre Brasil e China, foi observado 1 ato vigente, com uma representatividade sobre o total de atos vigentes de 4,54%.

Tabela 1 – Atos internacionais vigentes do Brasil

Categorias	Frequência Total	China	% China
Agricultura	697	9	1,29
Commodity	6	1	16,66
Agronegócio	22	1	4,54

Fonte: do autor (2017)

Ao acessar o Sistema Consular integrado, estão disponíveis três ferramentas de buscas: atos bilaterais, atos multilaterais, todos os atos. Em atos bilaterais, estão listados todos os atos vigentes, não vigentes e em tramitação dos quais o Brasil tem com um país específico. Em atos multilaterais estão listados todos os atos vigentes, não vigentes e em tramitação que o Brasil tem com mais de um país.

Na opção todos os atos estão listados todos os atos vigentes, não vigentes e em tramitação dos quais o Brasil tem com todos os países que a uma relação diplomática estabelecida. Foi a partir da utilização das três palavras, agricultura, *commodity* e agronegócio, na opção todos os atos, foi possível chegar no demonstrado na Tabela 1.

#### **4 O BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE COMMODITIES ALIMENTÍCIAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA (1997 A 2015)**

De acordo com o Ministério Das Relações Exteriores, o Brasil retomou as relações diplomáticas com a República Popular da China<sup>3</sup> no ano de 1974. Desde então, essa evolução foi progressiva tanto nas relações políticas como comerciais, aumentando também a sua complexidade. No ano de 1993, a chamada “Parceria Estratégica” ganhou destaque, 11 anos mais tarde, no ano de 2004, essa relação é ainda mais fortalecida com a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação (COSBAN) (BRASIL,2017b).

Com essa intensificação nas relações políticas na instância bilateral, houve a elevação no nível dos diálogos e a cooperação entre os dois países vai se concretizando, usando dos facilitadores como a criação da COSBAN, onde os principais temas como as relações econômicas, financeiras e políticas; agricultura; energia e cooperação tecnológica e científica e espacial, passam a ser discutidos. Outro aspecto que fortalece essa relação são as trocas de visitas de alto nível governamental entre os países através de seus presidentes (BRASIL, 2017b)

No Século XIX a China ganhou em importância nas relações econômicas do Brasil. Em 2009 se consolidou como uma das principais fontes de investimentos e parceria comercial com o Brasil. A corrente de comércio entre os dois países, que ficava em US\$ 3,2 bilhões em 2001, dá um salto no ano de 2015, chegando a US\$ 66,3 bilhões, se tornando o principal parceiro comercial, considerando o fluxo de comércio (BRASIL, 2017b)

A China está entre as principais fontes de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil. Os setores que mais recebem investimento são energia, mineração, siderurgia e o agronegócio. A intensificação da cooperação financeira no âmbito bilateral figura diversos bancos chineses atuando em território brasileiro e, vice-versa, com o Banco do Brasil com uma agência em Xangai. Em 2015 foi criado um fundo Brasil-China no valor de US\$ 20 bilhões, com o intuito de fomentar a capacidade produtiva e a expansão dos investimentos em diversas áreas

---

<sup>3</sup> BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **República Popular da China**; 2017b. Disponível em< <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china> > Acesso em: 11 jun. 2017.

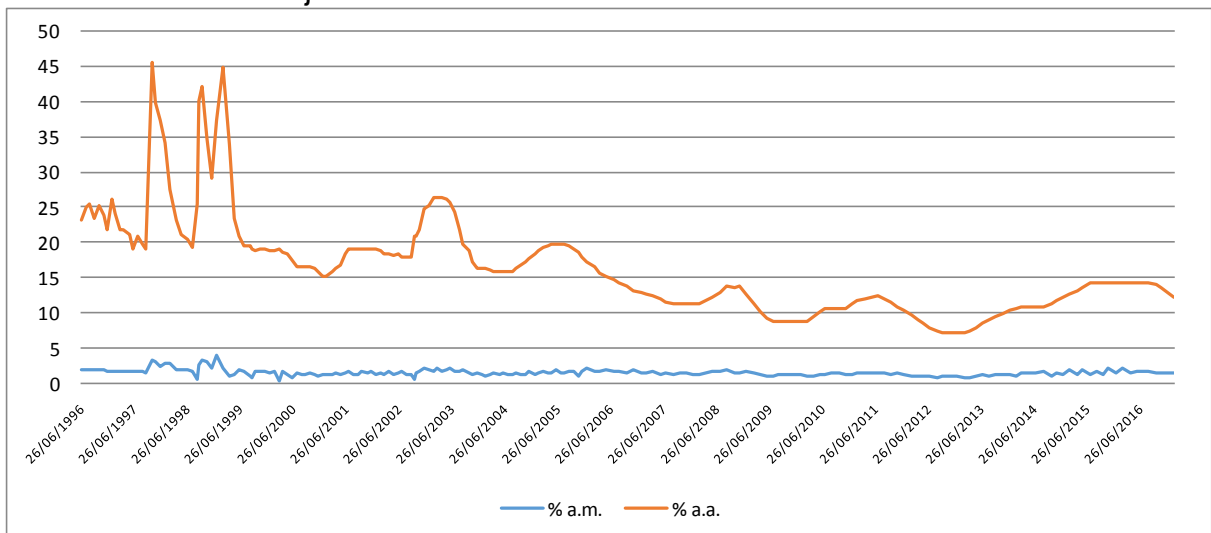
(BRASIL,2017b)

Os dois países têm atuado conjuntamente nos organismos internacionais através dos mecanismos internacionais multilaterais, dentre eles estão grupos como os BRIC's. Esses grupos representam o espaço que os países em desenvolvimento buscam para a discussão dos principais tópicos internacionais nas agendas das grandes nações desenvolvidas, como economia, desenvolvimento e mudanças climáticas. Através desses mecanismos foram criados instrumentos importantes como o novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Brasil tornou-se membro fundador do Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB) (BRASIL,2017b).

#### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO AMBIENTE ECONÔMICO NO PERÍODO DA EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Ao observar a taxa Selic brasileira, a partir de 1996, nota-se grande oscilação até ao final dessa década. Somente a partir da década de 2000 ocorre uma tendência de normalização, com períodos em que taxa se comporta sem muitos picos de alta e baixa. Após uma alta no ano de 2003 ultrapassando os 25% a.a., segue-se um comportamento de tendência de queda, atingindo no ano de 2012 menos de 10 % a.a., no entanto, volta a subir, atingindo 14,15% em 2016. O Gráfico 11 mostra a variação anual acompanhada da variação mensal da taxa de juros Selic em um período de 20 anos, entre 1996 a 2016.

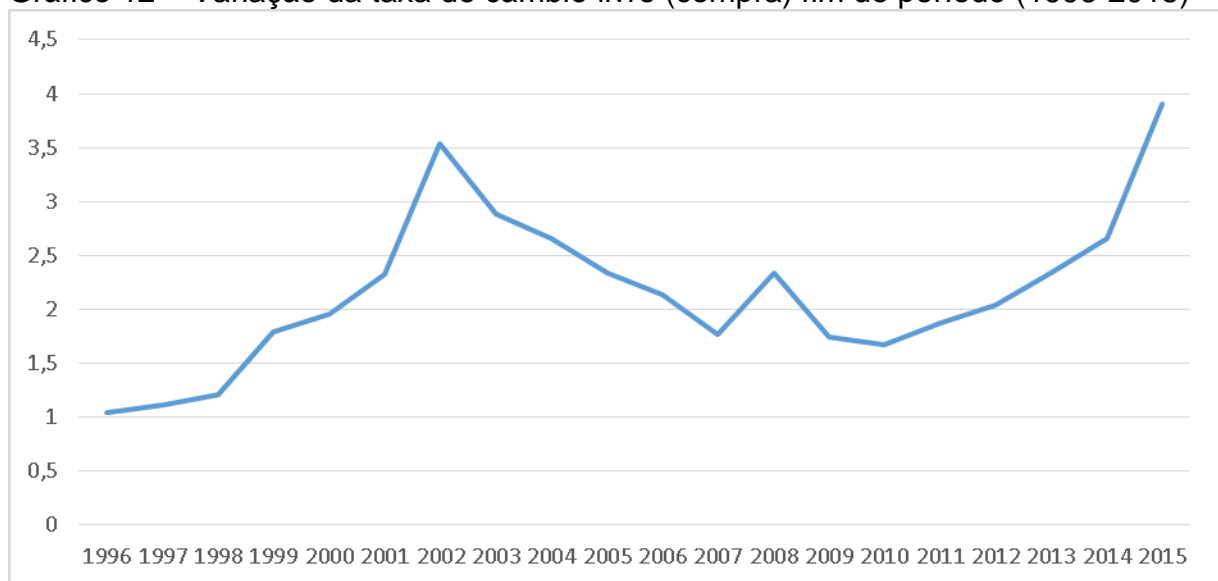
Gráfico 11 - Taxa de juros SELIC – série histórica 1996- 2016



Fonte: Elaborado com base nos dados de BACEN (1996-2016)

O Gráfico 12 mostra uma valorização da taxa de câmbio a partir de 1996, alcançando o seu maior valor em 2002 UR\$ 3,53. O dólar americano perder valor atingindo em 2007 UR\$ 1,77, com uma alta em 2008 para UR\$ 2,33. Após uma baixa até o ano de 2010, a uma inversão do movimento, onde a uma valorização da moeda americana perante o real brasileiro. Fecha o período de análise no ano de 2015 com o valor de UR\$ 3,90.

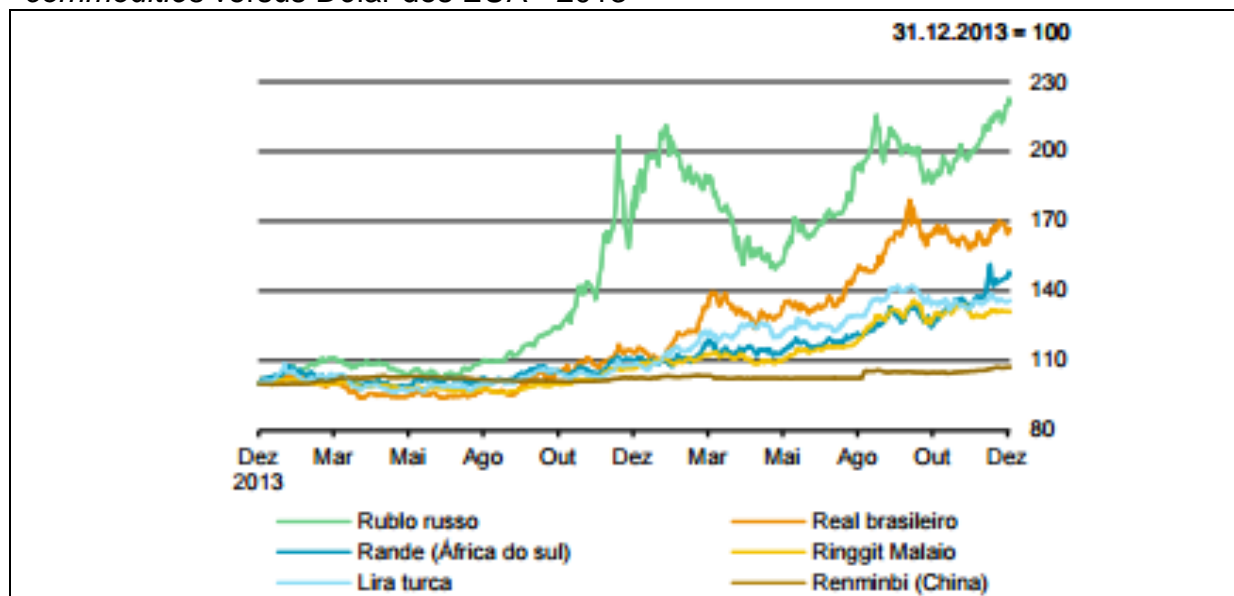
Gráfico 12 – Variação da taxa de câmbio livre (compra) fim de período (1996-2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados de BACEN (1996-2015).

Ao analisar a taxa de câmbio de países em desenvolvimentos e exportadores de *commodities*, observa-se uma valorização de suas moedas, frente ao dólar americano no ano de 2013. As moedas que mais ganharam destaque foi o Rublo Russo e o Real brasileiro, seguido da Lira Turca. O Renminbi chinês manteve-se estável em todo o período, na paridade com o Dólar americano.

Gráfico 13 – Taxas de câmbio de países em desenvolvimento e/ou exportadores de *commodities* versus Dólar dos EUA - 2013



Fonte: BACEN (2013).

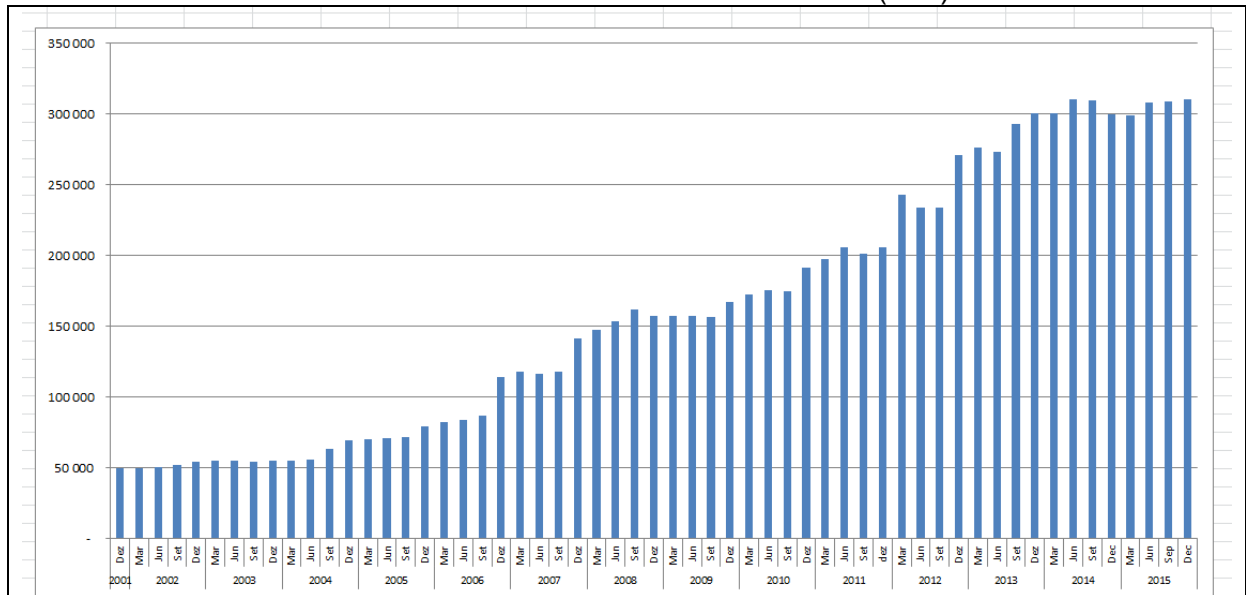
De acordo com os relatório de análise dos Capitais Brasileiros no Exterior (CBE)<sup>4</sup>, o Brasil teve um crescimento acentuado nos últimos 15 anos, desde quando as autoridades monetárias brasileiras começaram a registrar e a monitorar essas movimentações com o mano base 2001 (BCB,2006). Em 2001 esse valor era de US\$ 68,598 milhões, já em 2006 atinge o montante de US\$ 152.214 milhões. Em valores representa um incremento de US\$ 83.615 milhões em 5 anos.

No período de 2007 a 2011 fica claro que os investimentos brasileiros no exterior aumentam de forma significativa, em relação à média de crescimento entre 2001 a 2006. Em 2007 o CBE alcançava o valor de US\$ 196.724 milhões, atingindo em 2011 US\$ 280.265 milhões. O investimento brasileiro cresceu em 4 anos um total de US\$ 83.543 milhões, ficando ligeiramente abaixo do incremento do período registrado anteriormente.

Em 2012 o valor é de US\$ 355.982 milhões. Nesse caso, em apenas um ano o incremento em CBE, comparado com 2011, foi de US\$ 75.718 milhões. Em 2014 atinge-se o maior valor na série analisada US\$ 394.296 milhões, decaindo em 2015 US\$ 388.194 milhões. Em 15 anos o (CBE) atingiu um crescimento de US\$ 319.596 milhões, o Gráfico 14 abaixo mostra o crescimento no período de 2001 a 2015.

<sup>4</sup> BRASIL, Banco Central do Brasil. **Capitais brasileiros no exterior**,2017 Disponível em < <http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/cbe.asp> > Acesso em: 19 jun.2017

Gráfico 14 - Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) - US\$ milhões - Posição de investimento internacional – Investimento Direto no Exterior (IDE) – 2001-2015



Fonte: Elaborado com base nos dados de BACEN (2001-2015).

A década de noventa foi um período em que o Brasil passou por intensas mudanças na economia e no setor agropecuário, tais como: abertura comercial, formação de blocos econômicos como o MERCOSUL, uma política externa engajada no multilateralismo, redução das barreiras tarifárias e não tarifárias e mudança rápida da economia de mercado do Brasil frente ao comércio exterior. A política econômica interna resultou na estabilização econômica em 1994, com a introdução do Plano Real, o que favoreceu o planejamento e a organização da atividade econômica no Brasil (ALVIM E MORAES, 2013).

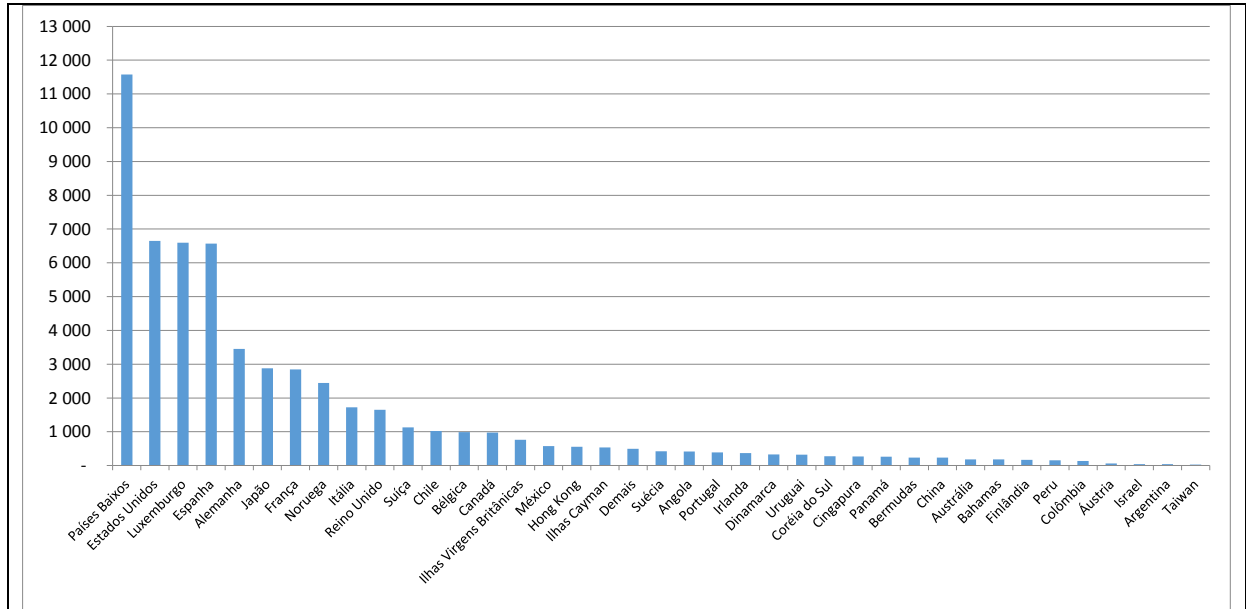
Com as mudanças estruturais na economia brasileira, e o comércio internacional ganhando impulso, estimulou-se uma maior participação e ingresso de capitais estrangeiros no Brasil. O setor agropecuário ganhou destaque, sendo o que mais recebeu esse capital internacional. Fatores como abundância de recursos naturais, baixo preço das terras, reduzido custo de produção, tecnologia disponível e liberalização comercial e financeira, impulsionaram os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Brasil direcionados ao agronegócio Brasileiro (ALVIM E MORAES, 2013).

Analisando o Gráfico 15, no ano de 2015 o total de IED foi de US\$ 75 bilhões. O montante se concentra entre 5 países: Países Baixos, Estados Unidos, Luxemburgo e Espanha. Os Países Baixos são os que mais investem no Brasil, seguido dos Estados Unidos. Luxemburgo vem em terceiro, seguido por Espanha e



Alemanha ocupando o quarto e quinto lugar, consecutivamente.

Gráfico 15 - Investimento estrangeiro direto no Brasil - principais investidores - 2015 - US\$ milhões



Fonte: Elaborado com base nos dados de BACEN (2015).

A política de abertura econômica, iniciada em 1990, se baseia, principalmente, na redução das barreiras tarifárias, acordos multilaterais e na criação do MERCOSUL. Em 1994 um conjunto de instrumentos, definidos pelo Plano Real, entra em vigor, como a indexação da economia através da criação do Unidade Real de Valor (URV), privatizações de empresas estatais e a âncora cambial que buscava um câmbio valorizado (ALVIM E MORAES, 2013). Essas medidas influenciaram para que na década de 2000, o Brasil alcançasse um crescimento econômico, com uma taxa de juros menor, um câmbio mais valorizado, com uma economia atraente para investidores externos, ao mesmo passo que suas empresas expandissem internacionalmente, sendo o setor agropecuário o de maior destaque.

#### 4.2 A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASIL-CHINA NO MERCADO DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS NO PERÍODO ENTRE 1997 E 2015

Esta sessão mostra a evolução comercial entre Brasil e China, analisando a balança comercial em um período longo de análise de 18 anos (1997-2015). Essa análise leva em consideração o total exportado do Brasil para a china, especificado por fator agregado, com intuito de observar o tipo de produto que o país mais

comercializa. A análise da balança comercial do agronegócio mostrara os valores exportados e importados, levando em consideração os produtos que obtiveram o maior valor em US\$.

No segundo momento avaliamos as relações políticas entre Brasil e a China, através dos atos internacionais vigentes entres os dois países. Essa análise demonstra qual importância dos acordos para a evolução da pauta comercial entre os dois países, e de que forma, e como os acordos influenciaram no período analisado.

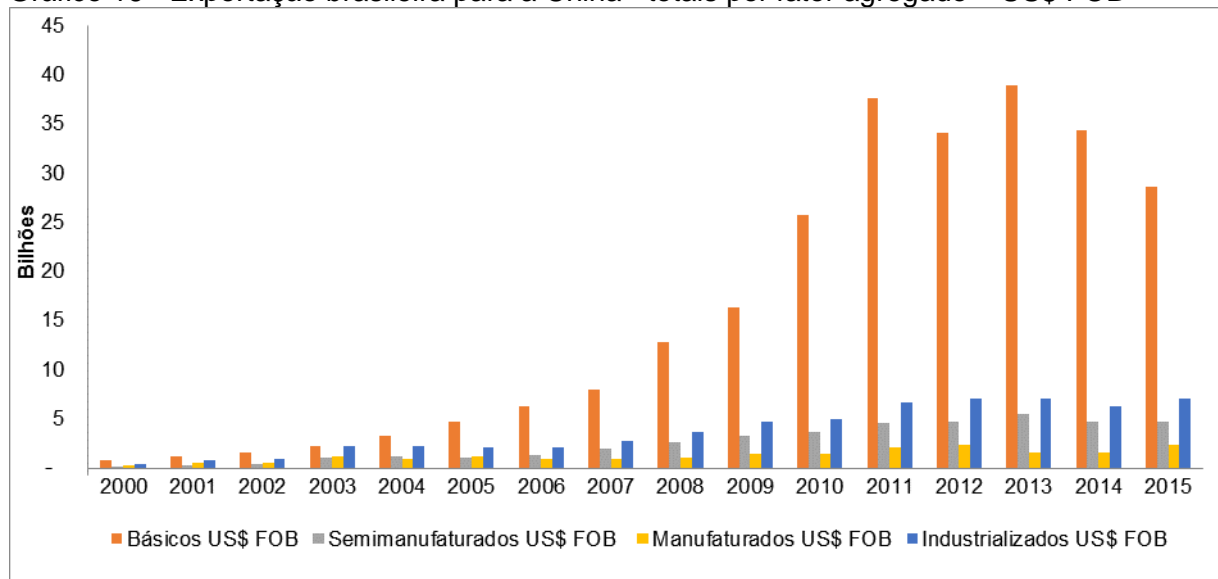
#### **4.2.1 A balança comercial Brasil-China no período entre 1997 a 2015**

Analisando a pauta de exportações do Brasil para China pode-se observar que os produtos básicos lideram seguido por produtos industrializados em segundo lugar, os manufaturados em terceiro e o quarto e último semimanufaturados. Em 2000 os produtos básicos geraram cerca de US\$ 739 milhões seguido dos industrializados US\$ 344 milhões, manufaturados e semimanufaturados totalizaram cerca de US\$ 203 milhões de dólares e US\$ 140 milhões respectivamente.

Com um crescimento no ano de 2004 os produtos básicos ganham destaque ao atingir US\$ 3 bilhões seguidos pelos industrializados com um valor de US\$ 3 bilhões. Em 2010 os produtos básicos atingem US\$ 25 bilhões enquanto o segundo colocado os produtos industrializados totalizaram US\$ 5 bilhões seguidos de manufaturados e semimanufaturados com US\$ 3 bilhões e US\$ 1 bilhão.

Após atingir o auge no ano de 2013 a uma pequena queda nos últimos dois anos fechando o período no ano de 2015 US\$ 28 bilhões resultando um crescimento de 278% comparado com o ano de 2000. Os produtos industrializados US\$ 6 bilhões o crescimento foi de 66% os manufaturados e semimanufaturados o crescimento foi de 45% e 20% respectivamente, o Gráfico 16 demonstra essa evolução.

Gráfico 16 - Exportação brasileira para a China - totais por fator agregado – US\$ FOB



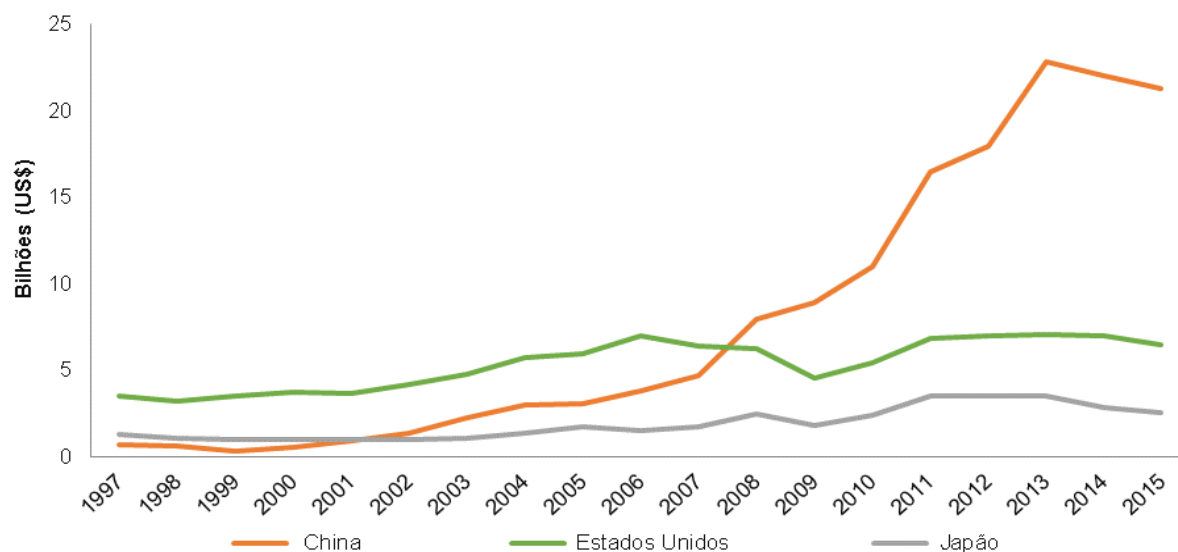
Fonte: elaborado com base MDIC (2000-2015)

O Gráfico 17 demonstra a evolução das exportações do agronegócio brasileiro para a China, o gráfico indica que no ano de 1997 as exportações para os Estados Unidos e Japão superavam as da China. Em 2000 a China se torna o principal parceiro comercial na Ásia ultrapassando o Japão. A partir de 2002 o crescimento acentuado é observado, em 2009 a China ultrapassa os Estados Unidos, tornando-se o maior parceiro comercial do Brasil.

Em relação aos Estados Unidos, a demanda do país permaneceu de forma inelástica em relação aos produtos brasileiros, enquanto a oferta dos produtos aumentava para o comércio internacional. O que ocorre foi uma absorção dessa oferta de produtos por mercados emergentes, como a China. O mesmo ocorre com o Japão, a sua demanda não muda em relação aos produtos brasileiros, permanecendo com pouca variação % de 1997 a 2015.

Diante do cenário, onde parte da oferta de produtos agrícolas brasileiros no mercado mundial aumenta, e economias desenvolvidas não suprem essa oferta, a China surge como uma economia emergente absorvendo essa demanda, e consecutivamente aumenta a sua participação na balança comercial do agronegócio, ganhando importância por ser um mercado consumidor em expansão.

Gráfico 17- Exportações do agronegócio brasileiro (1997-2015) em US\$ bilhões FOB



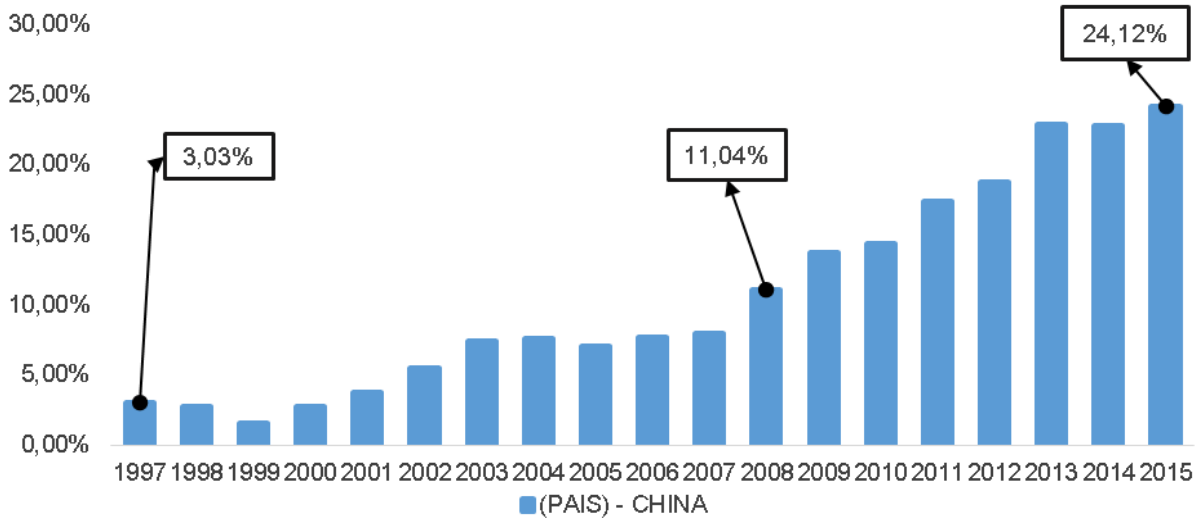
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de AGROSTAT (1997-2015)

O Gráfico 18 mostra a evolução das exportações para a China, através da participação em percentual total demonstra como foi evolução nos últimos 18 anos. Em 1997 a China representava 3,03% de tudo que era exportada pelo setor agropecuário, para efeito de comparação os Estados Unidos da América no mesmo ano correspondiam a 15,02%, o triplo da China. Ocorre uma perda nos anos posteriores 1998 e 1999 chegando a 2,74% e 1,56% respectivamente.

Ao adentrar a análise na década de 2000 observa-se uma recuperação atingindo os dois dígitos no ano de 2008 com 11,04% ultrapassando os Estados Unidos da América que representava no mesmo ano 8,71%, e fechando a década com uma participação de 14,39%. Os últimos 5 anos reafirmam a liderança chinesa e preferência pelos produtos agropecuários brasileiros atingindo em 2013 22,89% fechando em 2015 com uma participação de 24,12%.

Para melhor compreensão do crescimento da China na Balança comercial do agronegócio o Gráfico 19 mostra a comparação entre a China e a União Europeia, que no ano de 1997 correspondia a 43,23% das exportações do agronegócio veio perdendo espaço no decorrer da década de 2000, em 2007 correspondia a 35,98% contra apenas 8% da China no mesmo ano. Em 2013 a União Europeia passa corresponder a 22,10% das exportações, menos que a China que no mesmo ano atinge 22,89%, fechando o ano de 2015 em 20,70% contra 24,12% da China.

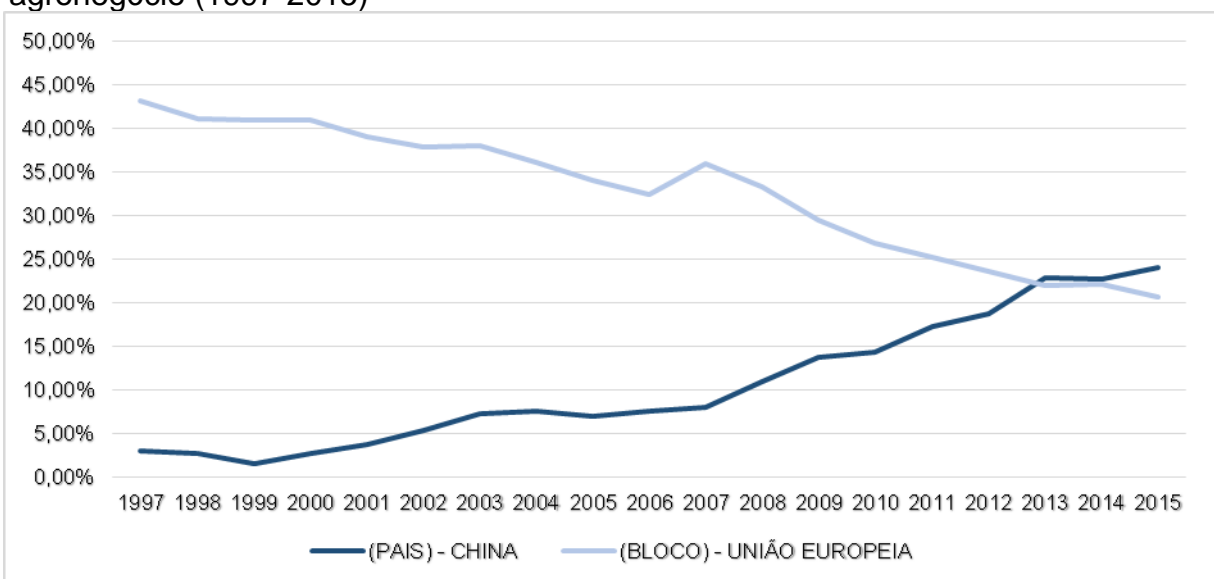
Gráfico 18- Participação em % das exportações para China na balança comercial do agronegócio (1997- 2015)



Fonte: Elaborado com base nos dados de AGROSTAT (1997-2015)

Para melhor compreensão do crescimento da China na Balança comercial do agronegócio, o Gráfico 19 mostra a comparação entre a China e a União Europeia. No ano de 1997 correspondia a 43,23% das exportações do agronegócio veio perdendo espaço no decorrer da década de 2000, em 2007 correspondia a 35,98% contra apenas 8% da China no mesmo ano. Em 2013 a União Europeia passa corresponder a 22,10% das exportações, menos que a china que no mesmo ano atinge 22,89%, fechando o ano de 2015 em 20,70% contra 24,12% da china.

Gráfico 19- Participação em % das exportações para a China e União Europeia do agronegócio (1997-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de AGROSTAT (1997-2015)

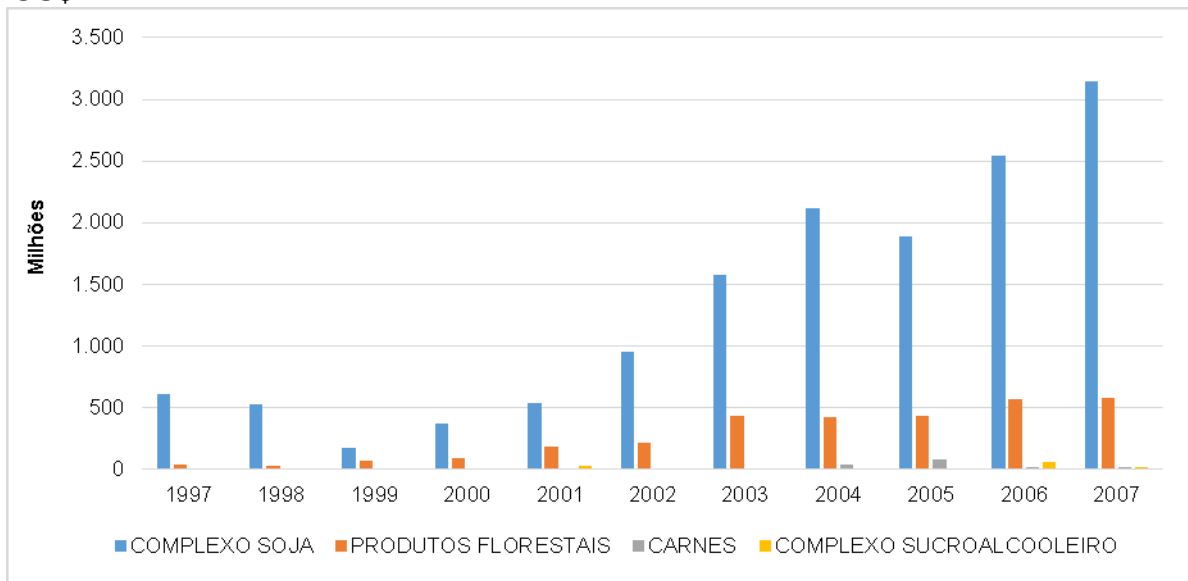
Como foi demonstrado no Gráfico 19, a China se tornou um dos principais parceiros comerciais, absorvendo a demanda por produtos agrícolas brasileiros, ultrapassando o Japão e mais tarde os Estados Unidos da América. Importador principalmente de produtos básicos, seguido de industrializados, a China cresceu como parceiro nos últimos anos, obtendo grande relevância para a balança do agronegócio brasileiro a partir de 2008, ultrapassando a União Europeia no ano de 2013. Tudo isso demonstra como a China se tornou um parceiro estratégico na relação comercial envolvendo principalmente o agronegócio brasileiro.

#### **4.2.2 Destaques da pauta de importação e exportação de *commodities* agrícolas, os volumes e os valores, no período de 1997 a 2015**

Essa sessão busca analisar a pauta comercial de *commodities* agrícolas entre o Brasil e a China, demonstrando as principais *commodities* exportados do Brasil para China, e as principais *commodities* importadas pelo Brasil da China. Através da base de dados da AGROSTAT, foi selecionado os produtos de (1º nível), são 12 produtos, complexo soja, produtos florestais, carnes, complexo sucroalcooleiro, couros, produtos de couro e peleteria, fumo e seus produtos, fibras e produtos têxteis, demais produtos de origens vegetal, produtos oleaginosos (exclui soja), sucos, cereais, farinha e preparações e café. Para melhorar a interpretação da análise o período foi dividido em 1997 a 2007, correspondente ao Gráfico 20. O período 2008 a 2015, é relacionado no Gráfico 21.

Ao analisar primeiro período 1997 a 2007, Gráfico 20, referentes a exportação, dos 12 produtos selecionados, 4 ganham destaque na pauta exportadora. O complexo soja, produtos florestais, carnes, complexo sucroalcooleiros, O complexo soja em 1997 representava US\$ 615 milhões, atingiu em 2007 US\$ 3.150 bilhões. Produtos florestais, em 1997 correspondia a US\$ 38 milhões, em 2007 representava US\$ 578 milhões. Carnes correspondia US\$ 6.682 milhões em 1997, partir de 2007 atingiu US\$ 13.912 milhões. O complexo sucroalcooleiro em 1997 obtinha um valor de US\$ 10 milhões, em 2007 atinge US\$ 13.796 milhões.

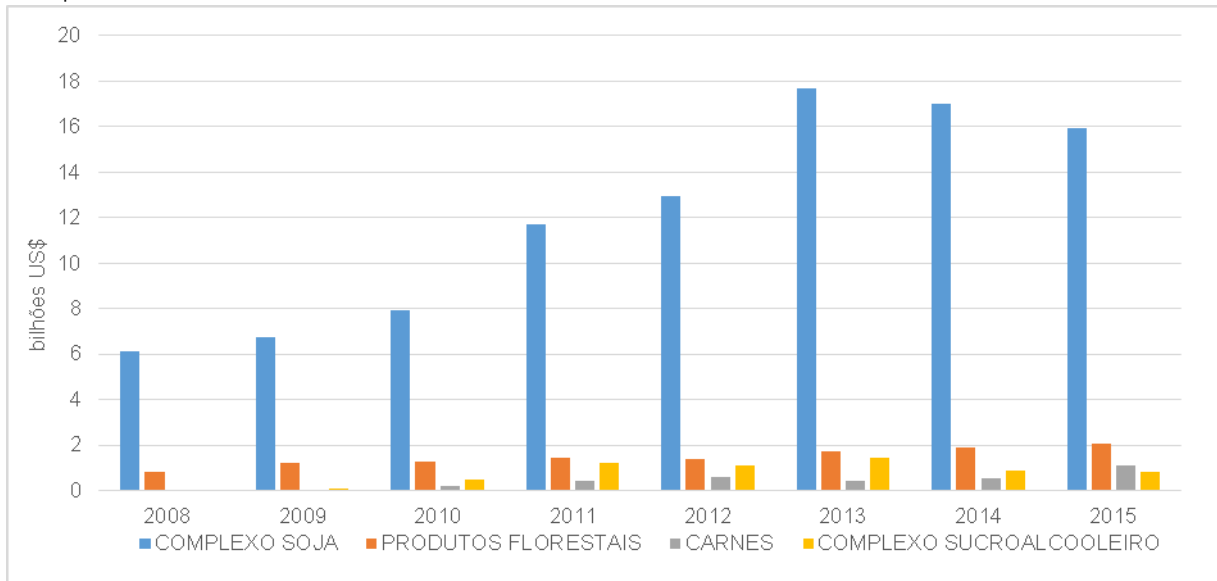
Gráfico 20- Exportações do agronegócio brasileiro para a china (1997-2007) milhões US\$



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de AGROSTAT (1997-2007)

O período de 2008 a 2015, o complexo soja, produtos florestais, carnes, complexo sucroalcooleiros, ainda são os principais produtos da pauta exportadora do agronegócio. O complexo soja em 2008 US\$ 6.154 bilhões, em 2014 com US\$ 17 bilhões, sofrendo uma queda em 2015 para US\$ 15 bilhões. Produtos florestais em 2008 US\$ 835 milhões, atingindo em US\$ 2 bilhões em 2015. Carnes em 2008 US\$ 2 milhões, atinge em 2015 US\$ 1 bilhão. Complexo sucroalcooleiros em 2008 US\$ 23 evoluindo, US\$ 817 milhões em 2015. O Gráfico 21 a seguir demonstra a evolução dos 4 produtos.

Gráfico 21- Exportações do agronegócio brasileiro para a china (2008-2015) bilhões US\$



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de AGROSTAT (2008-2015)

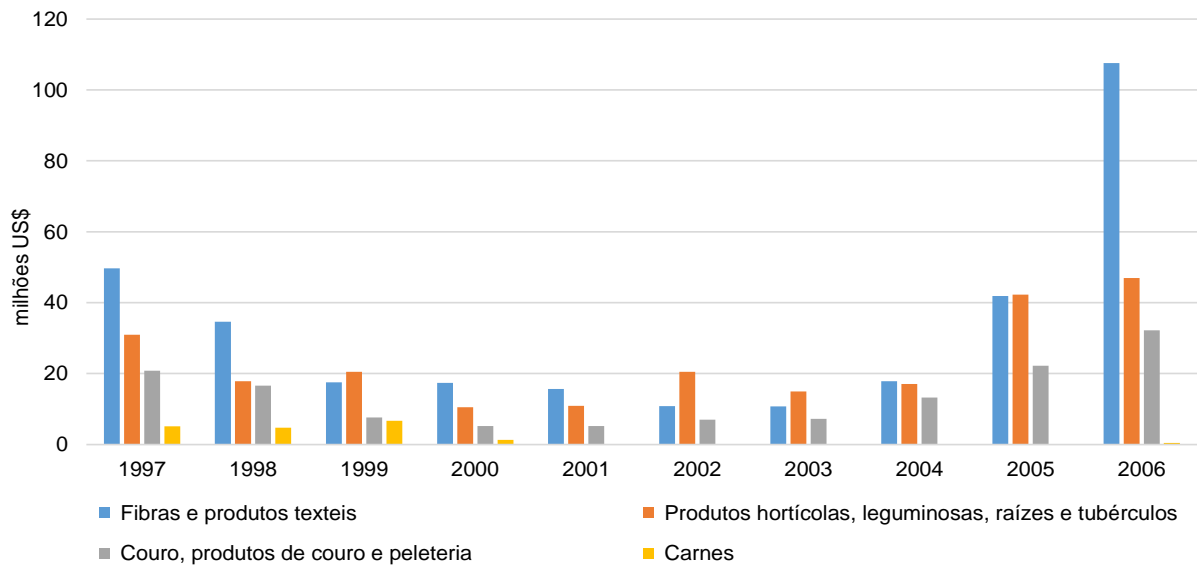
Analisando as importações do agronegócio brasileiro, de produtos chinês. São identificados 25 produtos de 1º nível, dos os quatros primeiros são destacados e dois gráficos, para melhorar a análise o período foi dividido em, 1997 a 2006, e o segundo em 2007 a 2015. Os períodos estão sendo representado, pelos Gráfico 22 e Gráfico 23 logo abaixo.

São quatros produtos que se destacam, fibras e produtos têxteis; produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos; couros, produtos de couros e peleteria; carnes. As fibras produtos têxteis em 1997 totalizaram US\$ 49.695 milhões alcançando em 2006 US\$ 107.570 milhões. Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos, em 1997 representavam US\$ 31 milhões em 2006 atingiram US\$ 46 milhões.

Couros, produtos de couros e peleteria, em 1997 representavam em torno de US\$ 20 milhões, atingindo em 2006 US\$ 32 milhões. As carnes que em 1997 representavam em torno de US\$ 5 milhões, foi reduzindo até atingir em 2001 a quantia de US\$ 1.293 milhões, de 2001 a 2005 não há registros de importação, somente em 2006 reaparece no valor de US\$ 427 milhões.



Gráfico 22- Importação do agronegócio brasileiro de produtos chinês (1997-2006) em milhões US\$

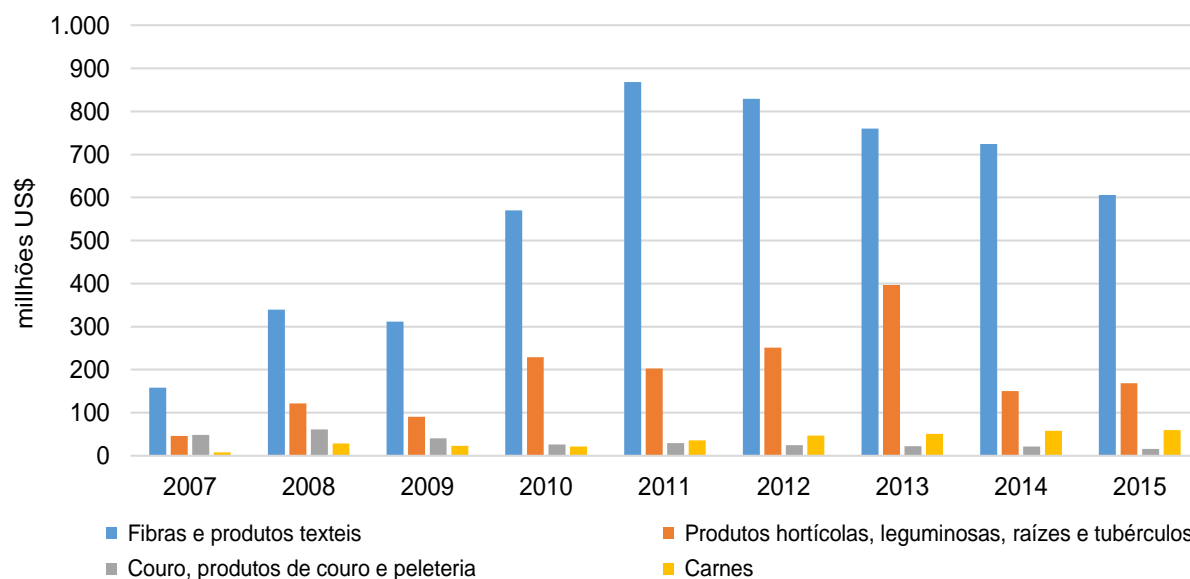


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de AGROSTAT (1997-2006)

No período de 2007 a 2011 a um aumento significativo das importações dos produtos selecionados, logo depois a uma queda até o final do período. Fibras e produtos têxteis mantém a liderança, em 2011 atinge o maior valor da série US\$ 868 milhões, logo depois ocorre uma queda atingindo em 2015 US\$ 606 milhões.

Os produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos atingem seu maior valor em 2013 US\$ 396 milhões, logo depois corre uma queda encerrando em 2015 US\$ 168 milhões. Carne que em 2007 totalizou apenas US\$ 7.875 milhões, cresceu chegando em 2015 a US\$ 59 milhões. Couros, produtos de couros e peleteria sofreram uma redução, em 2007 US\$ 48 milhões, terminando a série em US\$ 16 milhões.

Gráfico 23- Importação do agronegócio brasileiro de produtos chinês (2007-2015) em milhões US\$



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de AGROSTAT (2007-2015)

Os resultados demonstram que houve evolução nas relações comerciais entre o Brasil e China, as exportações aumentaram de acordo com os valores dos principais produtos, onde o complexo soja lidera em todo o período, seguido dos produtos florestais, carnes e do complexo sucroacoleiros. As importações demonstram a nossa relação com china, mantendo uma corrente e comercio positiva nos últimos anos.

#### 4.3 IMPLICAÇÕES POLÍTICAS, CONSOLIDADAS NOS ATOS BILATERAIS, SOBRE OS RESULTADOS DO COMÉRCIO BILATERAL DE COMMODITIES AGRÍCOLAS ENTRE BRASIL-CHINA

Com as relações diplomáticas retomada com a China em agosto de 1974, somente em 1982 que ocorre um ato oficial entre Brasil e China. Esse ato foi a visita de um ministro brasileiro à China, abrindo nessa ocasião uma janela de importantes eventos diplomáticos durante a década de 1980. Durante esta década, foram totalizados 6 atos diplomáticos, dentre eles, em 1988 deu-se o início do Programa Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestre (CBERS)<sup>5</sup>, no mês de julho.

<sup>5</sup> Sobre o CBERS, ver: BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestre**; Retirado em < <http://www.cbbers.inpe.br/> > Acesso em: 11 jun. 2017.

Na década de 1990 foi observado um aumento nos eventos diplomáticos entre os dois países, totalizando 11 atos (Quadro 1). Em 1993 ocorre o estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China, em 1995, o Brasil declara apoio a China para a sua entrada na (OMC). O lançamento do satélite CBERS-1 ocorre em 1999 fechando a década com a visita do Vice-Presidente Marco Maciel à China no mês de dezembro de 1999.

De 2000 a 2010 são registrados 27 atos diplomáticos oficiais e a China se torna o maior parceiro comercial na Ásia, 2004 é marcada pela visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorre a Criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), Assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China.

Em 2007 ocorre o Lançamento do satélite CBERS-2B e a I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China, em 2009 é marcada como sendo o ano em que a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil. No ano de 2010 corre a visita de Estado do Presidente Hu Jintao ao Brasil, participação na II Cúpula do BRICS, em Brasília e assinatura do Plano de Ação Conjunto Brasil-China 2010-2014.

No período de 2011 a 2015 são registrados 32 atos e apenas 4 anos, tendo como destaques em 2011 a assinatura do Plano de Ação Conjunta Brasil-China em Saúde 2011-2014, no ano de 2012 II Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente Michel Temer, e, do lado chinês, pelo Vice-Primeiro-Ministro Wang Qishan, em Brasília e a China tornou-se o principal importador de produtos brasileiros.

Em 2013 ocorre o Lançamento do satélite CBERS 3 Visita do Vice-Presidente Michel Temer à China: participação na cerimônia de abertura da IV Conferência Ministerial do Fórum de Macau, realização da III Reunião da COSBAN em Cantão. No ano de 2014 corre o lançamento do satélite CBERS 4, encerrando o período da análise no ano de 2015 ocorre a reunião dos Ministros das Relações Exteriores do BRICS em Nova York, à margem da 70ª Sessão Anual da Assembleia Geral das Nações Unidas, o último registro de ação diplomática ocorre o encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da COP 21. No Quadro 1 a seguir estão todos os atos as no período de 1974 a 2015 e suas descrições para a melhor visualização dos atos descritos acima.

Quadro 1 – Cronologia das relações bilaterais Brasil-China

<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>
<b>1974</b>	Estabelecimento de relações diplomáticas (agosto)
<b>1982</b>	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro à China (março)
<b>1984</b>	Visita do Presidente João Baptista Figueiredo à China (maio)
<b>1984</b>	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil (agosto)
<b>1985</b>	Visita do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang ao Brasil (novembro)
<b>1988</b>	Visita do Presidente José Sarney à China (julho)
<b>1988</b>	Início do Programa CBERS (China-Brazil Earth Resource Satellites) (julho)
<b>1990</b>	Visita do Presidente Yang Shangkun ao Brasil (maio)
<b>1992</b>	Visita do Primeiro-Ministro Li Peng ao Brasil (junho)
<b>1993</b>	Visita do Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil (março)
<b>1993</b>	Visita do Primeiro-Ministro Zhou Rongji ao Brasil e estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China (maio/junho)
<b>1993</b>	Visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil (novembro)
<b>1995</b>	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à China (dezembro)
<b>1995</b>	Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC)
<b>1996</b>	Visita do Primeiro-Ministro Li Peng (novembro)
<b>1998</b>	Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia (novembro)
<b>1999</b>	Lançamento do satélite CBERS-1 (outubro)
<b>1999</b>	Visita do Vice-Presidente Marco Maciel à China (dezembro)
<b>2000</b>	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil (setembro)
<b>2000</b>	A China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia
<b>2001</b>	Visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil (abril)
<b>2003</b>	Lançamento do satélite CBERS-2 (outubro)
<b>2004</b>	Visita do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim à China (fevereiro)
<b>2004</b>	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China (maio)
<b>2004</b>	Criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) (maio)
<b>2004</b>	Visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil (novembro)
<b>2004</b>	Assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China (novembro)
<b>2006</b>	I Reunião da COSBAN, em Pequim, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente José Alencar e, do lado chinês, pela Vice-Primeira-Ministra Wu Yi (março)
<b>2006</b>	Visita do Presidente da Assembleia Nacional da China, Wu Bangguo (agosto)
<b>2007</b>	Criação do Diálogo Estratégico entre as Chancelarias (abril)
<b>2007</b>	Lançamento do satélite CBERS-2B (setembro)
<b>2007</b>	I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China, Pequim (novembro)
<b>2008</b>	Visita do Membro do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, He Guoqiang (julho)
<b>2008</b>	Visita do Presidente Lula da Silva à China, para participar da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim (agosto)
<b>2009</b>	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Yang Jiechi ao Brasil (janeiro)
<b>2009</b>	Visita ao Brasil do Vice-Presidente Xi Jinping (fevereiro)
<b>2009</b>	Visita do Vice-Presidente Xi Jinping ao Brasil (fevereiro)
<b>2009</b>	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China (maio)
<b>2009</b>	Visita do Vice-Ministro do Supremo Tribunal Popular, Hao Chiyong, ao Brasil (maio)
<b>2009</b>	Visita do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, à China (setembro)
<b>2009</b>	Visita do Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), Jia Qinglin, ao Brasil (novembro)
<b>2009</b>	A China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil
<b>2010</b>	Visita de Estado do Presidente Hu Jintao ao Brasil, participação na II Cúpula do BRICS,

	em Brasília e assinatura do Plano de Ação Conjunto Brasil-China 2010-2014 (abril)
2010	Visita do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Félix, à China (abril)
2010	Visita do Ministro da Defesa, General Liang Guanglie, ao Brasil (setembro)
2011	Visita do Ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota à China (março)
2011	Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China, com participação na Cúpula dos BRICS em Sanya (abril)
2011	Assinatura do Plano de Ação Conjunta Brasil-China em Saúde 2011-2014 (outubro)
2011	Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Hu Jintao à margem da 6ª Cúpula do G-20, em Cannes, França (dezembro)
2012	II Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente Michel Temer, e, do lado chinês, pelo Vice-Primeiro-Ministro Wang Qishan, em Brasília (fevereiro)
2012	Visita do Vice-Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular, Wang Zhaoguo, ao Brasil (março)
2012	Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Hu Jintao à margem da IV Cúpula dos BRICS, em Nova Délhi, Índia (março)
2012	Visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, conjuntamente à Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Assinatura do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021, elevação das relações ao nível de Parceria Estratégica Global e criação do Diálogo Estratégico Global entre Chanceleres (junho)
2012	Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Hu Jintao à margem da 7ª Cúpula do G-20, em Los Cabos, México (junho)
2012	Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, à China (junho)
2012	Visita da Vice-Presidenta da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), Zhang Meiyang, ao Brasil (dezembro)
2012	A China tornou-se o principal importador de produtos brasileiros
2013	Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da V Cúpula dos BRICS, em Durban, África do Sul (março)
2013	Visita do Membro do Birô Político do Partido Comunista da China e Secretário do Comitê Municipal do Partido em Pequim, Guo Jinlong, ao Brasil (junho)
2013	Missão da Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, à China (agosto)
2013	Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da 8ª Cúpula do G-20, em São Petersburgo, Rússia (setembro)
2013	Mês do Brasil na China (setembro) e da China no Brasil (outubro)
2013	Visita do Vice-Presidente Michel Temer à China: participação na cerimônia de abertura da IV Conferência Ministerial do Fórum de Macau, realização da III Reunião da COSBAN em Cantão e encontros com o Presidente Xi Jinping e Vice-Presidente Li Yuanchao (novembro)
2013	Lançamento do satélite CBERS 3 (dezembro)
2014	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, ao Brasil, e realização da I Reunião do Diálogo Estratégico Global (abril)
2014	Visita oficial do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China (abril)
2014	Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil e participação na VI Cúpula do BRICS (julho, Fortaleza e Brasília)
2014	Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da 9ª Cúpula do G20, em Brisbane, Austrália (novembro)
2014	Lançamento do satélite CBERS 4 (dezembro)
2015	Visita do Vice-Presidente Li Yuanchao ao Brasil, para participação nas cerimônias de posse da Presidenta da República (janeiro)
2015	Visita do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira à China para participar da I Reunião Ministerial do Foro CELAC-China, em Pequim (janeiro)
2015	Visita do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Ricardo Lewandowski, à China (março/abril)
2015	Visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil. Assinatura do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (maio)
2015	Visita do Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang ao Brasil e realização da IV Sessão Plenária da COSBAN (junho)
2015	Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da VII

	Cúpula do BRICS (julho)
2015	Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do BRICS em Nova York, à margem da 70ª Sessão Anual da Assembleia Geral das Nações Unidas (29 de setembro)
2015	Visita do Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Francisco Falcão, à China (outubro/novembro)
2015	Reunião dos Mandatários do BRICS em Antália, Turquia, à Margem da Cúpula do G20 (15 de novembro)
2015	Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da COP 21 (novembro)

Fonte: Brasil-MRE (2017)

#### 4.3.1 Atos internacionais vigentes bilaterais Brasil-China relativos à agricultura

Utilizando a ferramenta de busca no site do Ministério das Relações Exteriores onde encontramos uma ferramenta de busca dos de todos os atos internacionais no qual o Brasil faz uma participação. No filtro foi utilizado a palavra agricultura, com isso buscou apenas os atos internacionais que tem como principal foco a agricultura. Foram encontrados no total 9 atos internacionais vigentes com a China, utilizando a palavra “agricultura”. No Quadro 2 estão colocados todos esses atos.

Em 1984 são observados dois atos, um ajuste complementar e um protocolo adicional, o ajuste complementar tinha como base o acordo de cooperação científica e tecnologia entre o governo brasileiro e chinês, estabelecido em 1982, e visa intensificar a cooperação no campo da ciência e tecnologia, com as principais áreas sendo agricultura, pecuária e piscicultura, silvicultura, saúde, energia elétrica microeletrônica e normalização.

O protocolo adicional reafirmava os objetivos estabelecidos no Acordo Comercial Brasil-China de 1978, e buscava ampliar e diversificar o comércio bilateral em produtos selecionadas em uma lista preestabelecida no protocolo. Em 1994 ocorre um ajuste ao setor de biotecnologia aplicada a agricultura e tinha como base o acordo de cooperação científica e tecnológica de 1982, onde promovia o intercâmbio de pesquisadores e troca de material genético, formação e capacitação de recursos humanos aplicado a biotecnologia aplicada a agricultura.

Em 2004 são observados 4 protocolos que tratariam sobre requisitos sanitários para a exportação de aves processadas termicamente, quarentena e condições veterinárias da carne das aves, carne bovina desossada e carne suína processada. Em 2009 é observado um comunicado conjunto sobre o contínuo

fortalecimento da chamada parceria estratégica onde os presidentes reconhecem a importância mútua das relações comerciais e políticas entre o Brasil e a China.

Em 2011 ocorre um comunicado conjunto onde a presidenta Dilma Rousseff realizou uma visita de estado a China, onde foram assinados documentos de cooperação na área política, defesa, ciência e tecnologia, recursos hídricos, inspeção e quarentena, esporte, educação, agricultura, energia, energia elétrica, telecomunicações e aeronáutica entre outros.

Quadro 2- Atos internacionais vigentes referente à agricultura

Ano	Título
1984	Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1984	Protocolo adicional ao acordo de comércio entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.
1994	Ajuste no setor de biotecnologia aplicada a agricultura, complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.
2004	Protocolo entre o ministério da agricultura, pecuária e abastecimento da República federativa do Brasil e a administração geral de supervisão de qualidade, inspeção e quarentena e condições sanitárias e veterinárias de carnes de aves processada termicamente a ser exportada da República Popular da China para a República Federativa do Brasil.
2004	Protocolo entre o ministério da agricultura Protocolo entre o ministério da agricultura, pecuária e abastecimento da República federativa do Brasil e a administração geral de supervisão de qualidade, inspeção e quarentena e condições sanitárias e veterinárias de carnes de aves a ser exportada do Brasil para a República Popular da China.
2004	Protocolo entre o ministério da agricultura Protocolo entre o ministério da agricultura, pecuária e abastecimento da República federativa do Brasil e a administração geral de supervisão de qualidade, inspeção e quarentena e condições sanitárias e veterinárias de carne bovina desossada a ser exportada do Brasil para a República Popular da China.
2004	Protocolo entre o ministério da agricultura Protocolo entre o ministério da agricultura, pecuária e abastecimento da República federativa do Brasil e a administração geral de supervisão de qualidade, inspeção e quarentena e condições sanitárias e veterinárias de carne suína processada termicamente a ser exportada do Brasil para a República Popular da China.
2009	Comunicado conjunto entre a República federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o contínuo fortalecimento da parceria estratégica.
2011	Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China.

FONTE: Elaborado pelo autor com base em dados do MRE (2017)

#### 4.3.2 Atos internacionais bilaterais vigentes Brasil-China relativos à *commodity*

Utilizando a ferramenta de busca no site do Ministério das Relações Exteriores onde encontramos uma ferramenta de busca de todos os atos internacionais no qual o Brasil tem com as outras nações. No filtro foi utilizado a palavra *commodity*. Com isso buscou apenas os atos internacionais que tem como principal foco “*commodity*”. Foram encontrados no total apenas 1 ato internacional com a china, no Quadro 3 está sendo apresentado o ato.

Esse protocolo tem como finalidade o fortalecimento a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis, eletricidade mineração, o mecanismo de cooperação se daria através da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação. Ocorre grande incentivo de intercâmbio de informações sobre leis, informações e pesquisas, proteção de meio ambiente e intercâmbio de informações sobre tudo que se refere a energia e mineração.

Quadro 3- Atos internacionais referente a *commodity*

Ano	Título
2009	Protocolo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação em energia e mineração.

FONTE: Elaborado pelo autor com base em dados do MRE (2017)

#### 4.3.3 Atos internacionais vigentes bilaterais Brasil-China relativos à agronegócio.

Utilizando a ferramenta de busca no site do Ministério das Relações Exteriores onde encontramos uma ferramenta de busca de todos os atos internacionais no qual o Brasil tem com as outras nações. No filtro foi utilizado a palavra agronegócio. Com isso buscou apenas os atos internacionais que tem como principal foco “agronegócio”. Foi encontrado um ato, no Quadro 4 está exposto e acordo.

Esse plano de ação define os objetivos, metas concretas e orientações para a cooperação bilateral para os próximos cinco anos, e busca melhorar a coordenação e a atuação dos mecanismos de cooperação bilateral já existentes, ampliando, aprofundando em todas as áreas a cooperação bilateral. Fortalecer as consultas de políticas multilaterais que tem mutuo interesse para o Brasil e China.

O plano de ação aprimora a coordenação das iniciativas de cooperação em todas a áreas da Parceria Estratégica Brasil-China, estabelece metas precisas e objetivas em cada uma das áreas de cooperação, monitora e avalia as metas estabelecidas, promove o intercâmbio de experiências nacionais nas áreas de interesse mutuo, e adota uma visão estratégica nas relações bilaterais no médio e longo prazo.

Quadro 4- Atos internacionais referente ao agronegócio

Ano	Título
2010	Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014

FONTE: Elaborado pelo autor com base em dados do MRE (2017)



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mudanças ocorridas nas relações internacionais ao longo do século XX, a globalização e a conseqüente liberalização comercial, influenciaram o desenvolvimento do comércio internacional. O mundo dominado por duas economias, Estados Unidos e União Europeia, viu o multilateralismo se tornar as opções das relações políticas e econômicas entre os países. Nesse contexto, os países em desenvolvimento usam com mais força essa estratégia para se fortalecerem, através dos acordos comerciais, para buscarem um espaço no cenário internacional.

A nova dinâmica internacional, alcançada pelo comércio, levou o Brasil a buscar inserir-se na nova dinâmica do mundo globalizado, através de políticas multilaterais, juntos com as nações em desenvolvimento, com intuito de conquistar um comércio mais justo e igualitário. O Brasil, por meio de sua diplomacia, buscou encontrar parcerias intra e extra regionais, para se fortalecer e alcançar objetivos na nova geopolítica internacional. Exemplos disso, o Mercosul na América do Sul e as relações Sul-Sul, chamaram a atenção das nações mais desenvolvidas. Esse protagonismo nas relações diplomáticas projetou o Brasil como um líder regional e líder nas negociações na América do Sul.

Essa tendência brasileira de buscar o multilateralismo e novos parceiros comerciais refletiu no comércio internacional brasileiro, pois aumentou sua importância no cenário mundial, ao se aliar aos seus vizinhos de fronteira, e fez com que o país participasse ativamente da Organização Mundial do Comércio (OMC). Conforme levantamento das informações de pesquisa, visualizou-se que houve um aumento dos atos internacionais refletindo em um número maior de acordos comerciais com a China.

Desde a retomada do Brasil, nas relações diplomáticas com a China, em 1974, foi aos poucos buscando diálogo e parceria. Em 1993, o primeiro passo foi chamado de Parceria Estratégica Brasil-China, para em 2000, a China se tornou o principal parceiro comercial na Ásia, ultrapassando o Japão.

Após vários atos na esfera diplomática, o primeiro passo para concretização de uma parceria surge em 2004, a qual nasceu a COSBAN e o reconhecimento do Brasil como economia de mercado para a China. Essa, por conseguinte, tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil em 2009,

ultrapassando os Estados Unidos da América. Com isso, torna-se o principal importador do agronegócio brasileiro, com uma importância na balança comercial no ano de 2015 de 24,12% do saldo total. Ultrapassa, também, a união Europeia e se torna o principal importador de produtos Brasileiros em 2012.

Através da análise da pauta de exportações do Brasil para China, pode-se observar que os produtos básicos lideram o mesmo, seguidos por produtos industrializados em segundo lugar, os manufaturados em terceiro e o quarto e último os produtos semimanufaturados. Nas exportações para China, quatro produtos ganham destaque na pauta exportadora, que são estes: o complexo soja, produtos florestais, carnes e complexo sucroacoleiros.

Já, analisando a importação do agronegócio brasileiro de produtos chineses, o resultado obtido foi de quatro produtos que se destacam, que são: fibras e produtos têxteis; produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos; couros, produtos de couros e peleteria; carnes.

Os resultados demonstraram que houve evolução nas relações comerciais entre o Brasil e China. As exportações aumentaram, de acordo com os valores dos principais produtos, no qual o complexo soja lidera em todo o período, seguido dos produtos florestais, carnes e do complexo sucroacoleiros. Já, as importações, demonstraram a nossa relação com a China, mantendo uma corrente e comércio positivos nos últimos anos.

Em relação aos atos internacionais vigentes, a pesquisa observou que: a) ao utilizar a categoria agricultura, a frequência de atos vigentes é de 697. Foi contabilizado 9 atos vigentes, entre Brasil e China, a qual essa quantidade de ato representa 1,29% do total de atos vigentes; b) Ao utilizar a categoria *commodity*, a frequência apresentada é de 6 atos vigentes, entre Brasil e China, a qual foi observado 1 ato vigente, representando 16,66% do total de atos vigentes; c) A categoria agronegócio, apresenta uma frequência total de 22 atos vigentes e, ao analisar os atos vigentes dos países em questão, foi observado 1 ato vigente, com uma representatividade sobre o total de 4,54% atos vigentes.

Por meio dos resultados obtidos pela pesquisa, foi possível analisar se o crescimento comercial entre Brasil e China, no período de 1997 a 2015, ocorreu por impactos diretos ou indiretos dos acordos comerciais nas *commodities* agrícolas, ou se foi apenas um movimento do mercado mundial, relativo as mudanças que as economias emergentes passaram a exercer sobre a demanda por *commodities*.

Com isso, foi observado um aumento das exportações de *commodities* agrícolas para o mercado externo, juntamente com o aumento da oferta desses produtos por parte do Brasil. A China, como uma das economias emergentes e grande consumidora de *commodities* agrícolas, absorveu a maior parte dessa demanda dos produtos brasileiros no mercado interacional, ultrapassando parceiros comerciais como os Estados Unidos e Japão.

Os atos internacionais reforçaram a parceria Brasil-China, tornando uma relação comercial madura e duradoura. O marco inicial foi através da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 2004. O resultado pode ser observado nos anos posteriores, onde ocorre aumento dos fluxos comerciais, com um crescimento duradouro e longo. A partir disso, a corrente comercial entre os dois países se manteve positiva.

A dificuldade encontrada durante a realização do trabalho, foi a de selecionar os atos entre Brasil e China, devido à grande quantidade de acordos disponíveis para consulta no Sistema Consular Integrado. Também, cabe citar como dificuldade, a disponibilidade de literatura analítica específica, correlacionando o tema abordado no trabalho, e as limitações por parte das bases de dados nacionais, em relação às informações do comércio internacional no período da análise.

Como sugestão de pesquisa, recomendamos estudar a relação comercial e política entre Brasil-Estados Unidos, levantar os atos existentes entre os dois países, correlaciona-los com a corrente de comércio entre os países e descrever o impacto na pauta comercial, em comparação com a China.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Roberto. China, café, SGP. E a danada da ALCA.... In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 52-56. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acesso em: 6 mar. 2017.
- ABREU, Sergio; FLORÊNCIO; Lima; trajetória do Mercosul e mudanças de paradigmas e de posições da política externa brasileira: começo virtuoso e crise recente – possíveis interpretação. **Texto para discussão n. 2125**. / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2015. Disponível em: < [http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2125.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2125.pdf) >. Acesso em: 21 abr. 2017.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Rev. bras. Polít. int.**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 112-136, jun. 2001 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292001000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 out. 2016.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, Junho 2004 Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 Maio 2017.
- ALVIM, Augusto Mussi; MORAES, Silvana Longo. Os investimentos estrangeiros diretos no agronegócio brasileiro 2002-2008. **Indic. Econ. FEE**. Porto Alegre, v. 40 n. 3. P. 105-120, 2013.
- BACHA, Edmar Lisboa. **Introdução à macroeconomia** uma perspectiva brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1983. 204 p.
- BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo; SILVA, Simone Fioritti. A balança comercial do agronegócio brasileiro de 1989 a 2005. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 46, n. 4, p. 905-935, dez. 2008 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032008000400001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000400001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 24 out. 2016. .
- BAUMAM, Renato. O Brasil e as Cadeias globais de valor. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 47-51. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acessado em: 6 mar. 2017.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.600 p.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços. **SGP – Sistema Geral de Preferências**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/807-sgp-sistema-geral-de-preferencias>>. Acesso em: 18 mai.2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **República Popular da China**; 2017b. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china> > Acesso em: 11 jun. 2017.

BRASIL, Banco Central do Brasil. **Capitais brasileiros no exterior**, 2017 Disponível em < <http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/cbe.asp> > Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestre**; Retirado em < <http://www.cbbers.inpe.br/> > Acesso em: 11 jun. 2017.

BRUN, Argemiro Luís; Bedin, Gilmar Antônio. Globalização e desenvolvimento: algumas reflexões sobre as transformações do mundo atual e suas implicações no processo de desenvolvimento. **Desenvolvimento em questão**, Editora Unijuí, ano 1, n. 2, jul/dez. 2003.

CANUTO, Otaviano. A Alta Densidade das Cadeias de Produção no Brasil. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 40-46. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acessado em: 6 mar. 2017.

CASSANO, Francisco Américo. A teoria econômica e o comércio internacional. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v.13, n. 1(21), p. 112-128, 2002.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 5-35, jun. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000100001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100001&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 12 maio 2017.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, dez. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292014000200133&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200133&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 11 maio 2017.

CESAR, Susan Elizabeth Martins; SATO, Eiiti. A Rodada Doha, as mudanças no regime do comércio internacional e a política comercial brasileira. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 55, n. 1, p. 174-193, 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292012000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 22 out. 2016.

CINTRA, Rodrigo, A importância da governança na inserção brasileira nas cadeias Globais de Valor. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 61-65. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acessado em: 6 mar. 2017.

CONTINI, Elísio. Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In: BAUAINAIN, Antônio Marcio et al. (Org.). **O mundo rural no Brasil no século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: **Embrapa**, 2014. p.147-173. Disponível: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural->

no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola >. Acesso em: 12 mai. 17.

COSTA, Roberto Teixeira da. Desafios da Política Externa Brasileira para os Próximos 10 anos. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 57-60 . Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acessado em: 6 mar. 2017.

CUNHA, Raphael Coutinho da. Negociações comerciais em uma economia fechada: o Brasil e o comércio de serviços na Rodada Uruguai. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 58, n. 1, p. 142-163, jun. 2015 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292015000100142&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292015000100142&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 12 maio 2017.

FERREIRA, Leo da R; SILVA, Carlos Alberto G; ARAÚJO, Paulo F. C. de. **A mudança do regime cambial e o seu impacto na balança comercial brasileira**. Revista de Economia e Agronegócio. Volume 4, Número 2, 2006. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/55188/2/1%20Artigo.pdf>>Acesso em: 14 out.16.

FILHO, Jose Eustáquio Ribeiro Vieira. Fishlow, Albert. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. p. 316. Ano. 2017. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29768](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29768) > Acesso em: 5 maio 2017.

FLEMES, Daniel. A visão brasileira da futura ordem global. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 403-436, Dec. 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292010000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 Maio 2017.

FRENDT, Roberto. Cadeias globais de valor: uma sucinta introdução. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 9-14. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acessado em: 6 mar. 2017.

GURGEL, Ângelo Costa et al. Impactos dos acordos comerciais sobre as exportações de soja, café, aves e suínos das cooperativas agropecuárias brasileiras. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 47, n. 4, p. 971-993, dez. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032009000400008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000400008&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 18 out. 2016.

ISTAKE, Marcia. **Comercio externo e interno do Brasil e das suas macrorregiões: um teste do teorema de Heckscher-Ohlin**. Tese (doutorado) – Escola superior de agricultura Luiz de Queiroz, USP, 2003. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-22102003-171821/en.php> Acesso em: 14 out.2016.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999. 809 p.

LAMPREIA, Luiz Felipe Palmeira. Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 247-260, abr. 1995. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000100016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100016&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 12 maio 2017.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 5-17, dez. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 12 maio 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDONÇA, Maria Luísa. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375-402, ago. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292015000200375&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000200375&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 12 maio 2017.

NEVES, Luiz Augusto de Castro. O mundo globalizado. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 31-33. Disponível em: <<http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf>>. Acessado em: 6 mar. 2017.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A ordem econômico-comercial internacional: uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio e da participação da diplomacia econômica brasileira no cenário mundial. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 217-272, dez. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 12 maio 2017.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Política comercial e política externa no Brasil: uma análise da estratégia de negociação comercial brasileira (1995 – 2010). **Texto para discussão n. 1765**. / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1765.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1765.pdf)> acesso em: 23 abr. 2017.

OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. P. 298. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1124-Cadeias\\_globais\\_de\\_valor\\_e\\_os\\_novos\\_padroes\\_internacionais.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1124-Cadeias_globais_de_valor_e_os_novos_padroes_internacionais.pdf)>. Acesso em: 26 de mar. 2017.

PEREIRA, Lia Baker Valls. As cadeias globais de valor e os acordos comerciais: uma solução para a expansão das manufaturas? In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro:

- CEBRI**, 2014. P. 26-30. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acessado em: 6 mar. 2017.
- PINHEIRO, Mauricio Canedo. Abertura, Inserção nas Cadeias Globais de Valor e a política Industrial de Brasília. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 34-39. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acessado em: 6 mar. 2017.
- RABELO, Aldo. A inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 16-21. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acessado em: 6 mar. 2017.
- REIS, Danilo. ASSUNÇÃO, Isadora. LEMOS, André. Cooperação internacional: a influência dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na construção da atual política externa brasileira. **Revista científica da escola de gestão e negócios**, p. 9-20, fevereiro/julho, ano. 2013. Disponível: <https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/viewFile/329/278>. Acesso em 2017.
- SACHS, Jeffrey; LARRAÍN B., Felipe. **Macroeconomia**. ed. rev. e atual São Paulo Makron Books, 2000. 848 p.
- SANTOS, Daniela Tatiane dos; BATALHA, Mário Otávio; PINHO, Marcelo. A evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 333-358, maio/agosto. 2012. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482012000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482012000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 Maio 2017.
- SANTOS, Leandro Pereira dos et al. Análise da inserção do agronegócio brasileiro no comércio internacional. In: 53°SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 53°. 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos ...** João Pessoa: SOBER, 2015. Disponível em: < <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/4201.pdf> >. Acesso em: 12 mai.2017.
- SARAIVA, Miriam. Gomes. Diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, ed. 1, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5285>>. Acesso em: 11 Mai. 2017.
- SARQUIS, Sarquis José Buainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível: < <http://funag.gov.br/loja/download/864-com%C3%A9rcio-internacional.pdf> >. Acesso em: 21 abri. 2017.
- THORSTENSEN, Vera. A OMC - Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais. **Rev. bras. polít.**



int., Brasília, v. 41, n. 2, p. 29-58, dez. 1998 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 12 maio 2017.

THORSTENSEN, Vera; FERRAZ, Lucas. O isolamento do Brasil em relação aos acordos e mega-acordos comerciais. **Boletim de economia e política internacional**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 16, p.5-17, jan./abr. 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_internacional/140512\\_boletim\\_internacional016.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/140512_boletim_internacional016.pdf)>. Acesso em: 12 mai.2017.

THORSTENSEN, Vera; FERRAZ, Lucas; GUITIERRE, Leopoldo. O Brasil nas cadeias globais de valor. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 66-80. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acessado em: 6 mar. 2017.

VEIGA, Pedro da Mota; RIOS, Sandra Polónia. Cadeias globais de valor e implicações para a formulação de políticas. **Texto para discussão n. 2015.** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, dez. 2014. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2015.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2015.pdf) >. Acesso em: 19 mai. 2017.

ZILLI, Júlio Cesar; VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto; BENTO, Letícia Della Vecchia. Acordos internacionais bilaterais vinculados ao agronegócio. In: 54° SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 54°. 2016, Maceió. **Anais eletrônicos ...** Maceió: SOBER, 2016. Disponível em: < <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.6/1/6237.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.